mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 17 | MAIO 2012 |

51

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ipea 47 anos
Por um Brasil desenvolvido

mercado de trabalho
conjuntura e análise

| maio 2012 |

51

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ipea 47 anos
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Paulo Roberto dos Santos Pinto (interino)

Secretário Executivo Substituto – Nilton Fraiberg Machado

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Wellington Moreira Franco

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http:/www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http:/www.ipea.gov.br/ouvidoria

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa
Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez
Sandro Pereira Silva

Equipe de Apoio
Jonas de Oliveira Bertucci
Katcha Poloponsky

AGRADECIMENTOS
Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- v.1, n.0, (mar.1996) - Brasília: Ipea: MTE, 1996-

Trimestral (a partir de 2009)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego.

CDD 331.1205

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO 9

NOTAS TÉCNICAS 17

SAÍDA DO MERCADO DE TRABALHO: QUAL É A IDADE? 19
Ana Amélia Camarano
Solange Kanso
Daniele Fernandes

O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS 29
Fernanda J. A. P. Nonato
Rafael H. Moraes Pereira
Paulo A. Meyer M. Nascimento
Thiago Costa Araújo

ENVELHECIMENTO E PRODUTIVIDADE 43
Romero Rocha

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS 57

INTRODUÇÃO 59

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS 61
Daniel Francisco Nagao Menezes

A EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO 67
Katia T. P. da Silva
Rodrigo Ramiro

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA 77
Clara Marinho Pereira

ANEXO ESTATÍSTICO 89

APRESENTAÇÃO

Este número do boletim *Mercado de Trabalho*: *conjuntura e análise* busca apresentar um panorama do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano no primeiro trimestre de 2012, com base nos indicadores divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De uma maneira geral, os principais indicadores analisados apontam um bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período. Podemos destacar a elevação significativa dos rendimentos reais do trabalhador em comparação com o primeiro trimestre de 2011. Vale ressaltar também que, ainda que tenham sofrido uma elevação no mês de março, as taxas de desemprego e de informalidade ainda registram em 2012 valores menores do que aqueles registrados no primeiro trimestre dos anos anteriores.

Os dados da PME para abril de 2012, recém-divulgados pelo IBGE, confirmam, em geral, o bom desempenho do mercado de trabalho. A queda da taxa de desemprego mostra uma reversão da trajetória ascendente verificada no primeiro trimestre do ano. Talvez a única exceção digna de nota seja uma queda no rendimento médio do trabalhador; ainda assim, o valor registrado se mostra bastante superior ao registrado em abril de 2011.

Adicionalmente, este número do boletim contém três notas técnicas que abordam um mesmo tema: os efeitos gerados pela transição demográfica e pela participação do idoso no mercado de trabalho na economia brasileira, seja no âmbito da previdência, da produtividade do mercado de trabalho ou do crescimento econômico.

Na primeira nota, Ana Amélia Camarano, Daniele Fernandes e Solange Kanso discutem o processo de saída dos trabalhadores brasileiros da atividade econômica. A análise empírica realizada nessa nota utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE de 1998, 2003 e 2008 e os registros administrativos do Ministério da Previdência Social. O principal objetivo da nota é entender em que momento da vida os indivíduos deixam o mercado de trabalho e passam a receber o benefício da aposentadoria.

A segunda nota, escrita por Fernanda J. A. P. Nonato, Rafael H. Moraes Pereira, Paulo A. Meyer M. Nascimento e Thiago Costa Araújo, diz respeito ao perfil da força de trabalho brasileira. O objetivo desse trabalho é discutir três fatores que têm contribuído de maneira decisiva para as mudanças observadas no perfil da oferta de força de trabalho brasileira ao longo dos últimos 30 anos e suas implicações para as próximas décadas. Para tanto, os autores também utilizam os dados da PNAD. A última nota, assinada por Romero Rocha, apresenta uma discussão sobre os efeitos da transição demográfica na produtividade no mercado de trabalho. A ênfase dada no artigo retrata duas consequências do envelhecimento da população brasileira: *i*) redução do tamanho da população em idade ativa (PIA); e *ii*) redução da parcela dos indivíduos mais produtivos na força de trabalho. O autor sugere que estes efeitos negativos podem ser atenuados com a adoção de políticas tradicionais, tais como investimento em capital humano e, em particular, melhoria da qualidade da educação primária, aliada com investimentos efetivos no treinamento dos trabalhadores mais velhos.

Cabe salientar que, dando continuidade ao tema idoso no mercado de trabalho, este número do boletim traz em seu Anexo Estatístico um suplemento com diversas tabelas informativas sobre a questão da população idosa no mercado de trabalho brasileiro.

A seção Economia Solidária e Políticas Públicas, por sua vez, apresenta três textos que tratam de diversos aspectos relacionados à inserção de empreendimentos solidários em cadeias produtivas, assim como sobre os desafios que esses empreendimentos se defrontam na busca de geração de trabalho e renda aos seus associados. Mais especificamente, o texto de Daniel Francisco Nagao Menezes trata do incentivo legal à criação de cooperativas populares, dado pela Lei nº 12.305/2010 (Lei dos Resíduos Sólidos). O segundo texto, de autoria de Katia T. P. da Silva e Rodrigo Ramiro, versa sobre a experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo no Nordeste brasileiro. O terceiro e último texto, de autoria de Clara Marinho Pereira, utiliza a base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), para verificar em que medida os processos coletivos de empreendimentos solidários determinam o seu êxito econômico e respectivo engajamento na luta contra problemáticas públicas.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro no primeiro trimestre de 2012 com base, principalmente, nos indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Complementarmente serão utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A evolução dos principais indicadores de desempenho do mercado de trabalho será interpretada à luz dos resultados obtidos nos anos anteriores, focando, principalmente, o mesmo período do ano de 2011, de modo a minimizar interferências de ordem sazonal.

A fim de balizar os resultados sobre a *performance* do mercado de trabalho, a análise tem início com um breve panorama do ambiente macroeconômico atual com base em alguns indicadores com informações disponíveis para os meses de fevereiro e março de 2012.[1] No que diz respeito à produção industrial, o mês de fevereiro deste ano mostrou uma variação percentual de –3,93% em relação ao mesmo mês do ano de 2011, sinalizando uma continuidade da queda deste indicador registrada nos últimos meses. Por sua vez, o valor real das vendas no varejo registrou, no mesmo mês de fevereiro, uma variação de 9,64% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ou seja, os indicadores de produção divergem dependendo do setor de atividade. Em relação à trajetória de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serve de referência para a meta oficial de inflação, registrou, para o mês de março, uma taxa de inflação anualizada de 2,55%, a menor taxa deste primeiro trimestre.

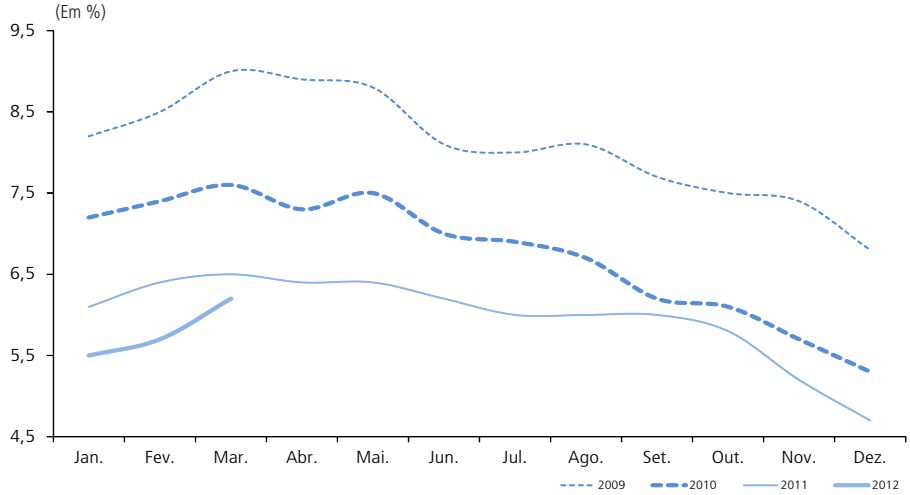
Ao se analisar os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro no primeiro trimestre de 2012, nota-se que a população em idade ativa (PIA) ficou em cerca de 42 milhões de pessoas, e aproximadamente 57,1% destas (24 milhões) integravam a população economicamente ativa (PEA). Na composição da PEA, mais de 22,5 milhões de indivíduos encontravam-se ocupados, e 1,4 milhão estava na condição de desocupados, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 5,8%. Podemos destacar também que a elevação dos rendimentos reais alcançou, em março de 2012, o valor mais elevado desde o início da PME em 2002, R$ 1.728,40. Tais números, quando comparados aos resultados dos mesmos meses de 2011, mostram que de forma geral os indicadores do trabalho evoluíram de modo favorável na economia. As seções seguintes são dedicadas à análise mais detalhada destes agregados.

1. Esse panorama macroeconômico está fundamentado pelos números disponíveis da sinopse macroeconômica do Ipeadata <http://ipeadata.ipea.gov.br/>.

2 TAXA DE DESOCUPAÇÃO E DE ATIVIDADE

O gráfico 1 mostra a trajetória da taxa de desemprego para o agregado das regiões metropolitanas (RMs), entre 2009 e 2012. No primeiro trimestre de 2012, ela apresentou um valor médio de 5,8%, ficando 0,5 ponto percentual (p.p.) abaixo do verificado para os três primeiros meses de 2011.

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Cabe destacar a diferença na evolução desse indicador no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo trimestre nos anos anteriores. Apesar desse indicador sempre crescer no primeiro trimestre dos três últimos anos, a trajetória mostra, em 2010 e 2011, uma desaceleração a partir do mês de fevereiro, algo que não ocorre em 2012. Neste ano, o crescimento da taxa de desemprego continua acelerando em março (6,2%), registrando alta de 0,5 p.p. frente a fevereiro de 2012 (5,7%).

Na desagregação desse indicador por RM nota-se, com exceção do Rio de Janeiro, uma queda na média trimestral em todas as RMs entre 2011 e 2012. Enquanto no Rio de Janeiro houve um crescimento de 0,8 p.p. na taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, Salvador apresentou a maior queda no mesmo período (–2,4 p.p.).[2] Nos demais recortes usualmente analisados neste boletim, como faixas etárias, gênero, grau de instrução e posição na família,[3] há uma evolução favorável da taxa de desemprego para quase todas as categorias.

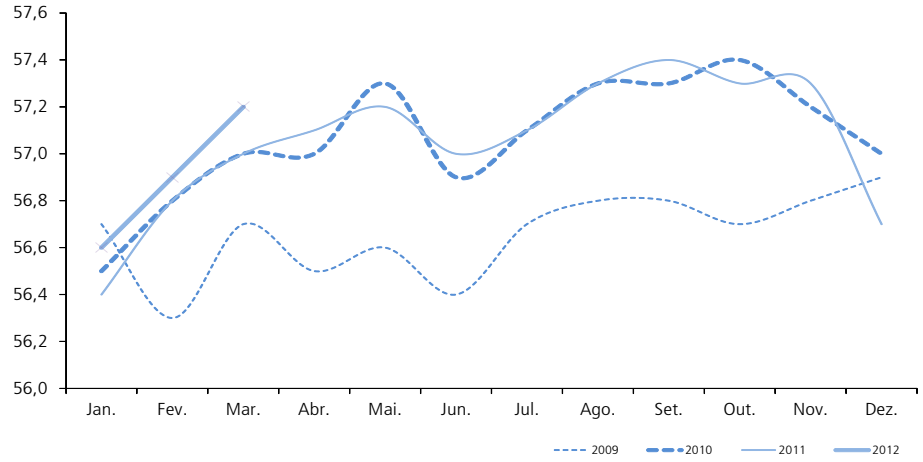
As taxas de desemprego apuradas pela PED, do Dieese, confirmam o quadro analisado acima. Na comparação das médias trimestrais, a taxa de desemprego em 2012 teve uma redução de 0,5 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2011. Ao longo de 2012, esta taxa registrou um crescimento de 1,3 p.p. (passando de 10,1% em fevereiro para 10,8% em março).

2. Na comparação da média trimestral de 2012 com 2011, as demais regiões apresentaram os seguintes resultados: Recife, –1,8 p.p.; Belo Horizonte, –0,9 p.p.; São Paulo, –0,5 p.p.; e Porto Alegre, –0,1 p.p.

3. Ver anexo estatístico.

O gráfico 2 ilustra a evolução da taxa de atividade[4] ao longo dos anos de 2009 a 2012. Nota-se uma tendência de aumento desta taxa no primeiro trimestre de 2012. A média observada no período (56,9%) foi superior às médias observadas no mesmo período de análise dos anos anteriores (a média observada no primeiro trimestre de 2011 foi de 56,7%). Vale ainda destacar que esta taxa também registrou um crescimento maior em março de 2012 se comparado ao mesmo período dos anos anteriores.

GRÁFICO 2
Taxa de atividade
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Na análise comparativa entre os períodos de tempo por RM, a taxa de atividade aumenta para Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte (1,1 p.p., 1,0 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente). Todavia, Porto Alegre apresenta um crescimento nulo, e Salvador e São Paulo apresentam redução nesse indicador (–2,0 p.p. e –0,2 p.p., respectivamente).

3 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

A população ocupada cresceu em média 1,8%, no primeiro trimestre de 2012, em relação ao mesmo período do ano anterior, o que equivale a uma geração de 409 mil postos de trabalho acima do registrado no mesmo período de 2011. No último mês de março a PME registrou a marca de 22,6 milhões de indivíduos ocupados nas RMs cobertas por sua amostra. A evolução mensal deste indicador entre os anos de 2009 e 2012 é apresentada no gráfico 3.

Dentre as RMs cobertas pela PME, todas tiveram variações positivas ao comparar o desempenho médio da ocupação de 2012 com valores médios de 2011.[5] Nessa comparação destacam-se as RMs de Recife e Belo Horizonte que obtiveram os respectivos crescimentos de 5,6% e 3,6%, no período em estudo.

No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada, os resultados apontam para um desempenho favorável no confronto entre valores trimestrais de 2012 e 2011, com destaque para construção (5,9%) e intermediação financeira[6] (4,3%). Os setores que apresentaram

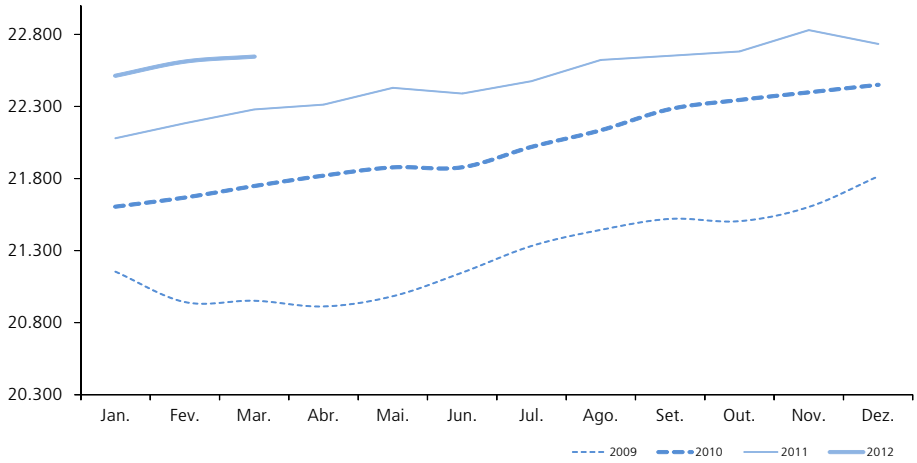
4. Taxa de atividade ou taxa de participação é o percentual da PEA em relação à PIA.

5. Crescimento das demais RMs pesquisadas entre os anos de 2012 e 2011: Rio de Janeiro, 1,7%; Porto Alegre, 1,5%; Salvador, 1,4%; e São Paulo, 1,0%.

6. Este agrupamento abrange, também, os serviços prestados a empresas, aluguéis e atividades imobiliárias.

piora foram serviços domésticos (–3,7%) e outras atividades[7] (–1,3%). Para os demais setores a variação se deu da seguinte forma: administração pública[8] com 2,8%, comércio[9] com 1,6%, outros serviços[10] com 1,0% e indústria[11] com 0,4%. No gráfico 4, verifica-se o comportamento da variação trimestral do nível de ocupação dos diversos setores nos primeiros meses de 2011 e 2012. Nele, podemos notar que os setores apresentam comportamentos bem distintos na comparação entre os trimestres. Entre os setores analisados podemos destacar a construção, que obteve um bom desempenho nos dois trimestres, e a indústria que, apesar da queda da população ocupada no primeiro trimestre do ano anterior, apresentou um crescimento no primeiro trimestre deste ano. Já o setor de intermediação financeira registrou o maior crescimento no primeiro trimestre de 2011, porém em 2012 registrou uma queda significativa.

GRÁFICO 3
Número de ocupados
(Em milhares)



Fonte: PME/IBGE.

Com relação ao CAGED, os dados apresentaram impressões um pouco distintas das verificadas com base na PME. É importante frisar as diferenças de cobertura destas duas fontes de informação.[12] No gráfico 5, temos a análise trimestral do saldo da movimentação de mão de obra por setor de atividade dos anos de 2011 e 2012. Nele podemos observar que o comércio apresentou o pior resultado nos dois períodos analisados. A construção, diferente do apresentado na PME, obteve um crescimento maior em 2012 na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já a indústria teve um melhor desempenho no primeiro trimestre de 2011 e o setor de serviços apresentou o melhor desempenho no primeiro trimestre do ano entre todos os setores da economia.

7. A categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, pesca, organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, e atividades mal especificadas.

8. Este agrupamento abrange, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

9. Este agrupamento inclui, além das atividades de comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

10. Este agrupamento abrange as seções de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação.

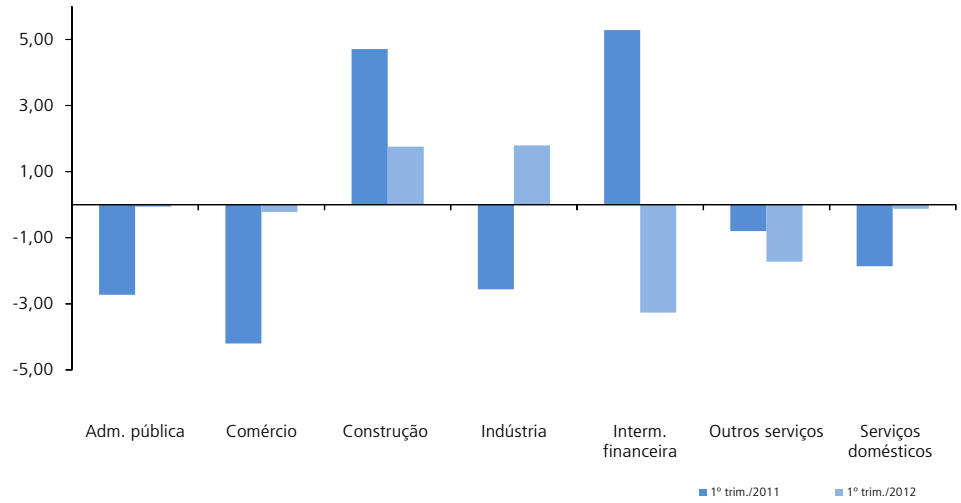
11. Neste agrupamento as atividades consideradas são de indústria extrativa e transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

12. Por um lado, o CAGED cobre todo o território nacional; por outro, essa fonte de informação lida apenas com os vínculos formais.

GRÁFICO 4

Variação trimestral do nível de ocupação por setor de atividade

(Em %)

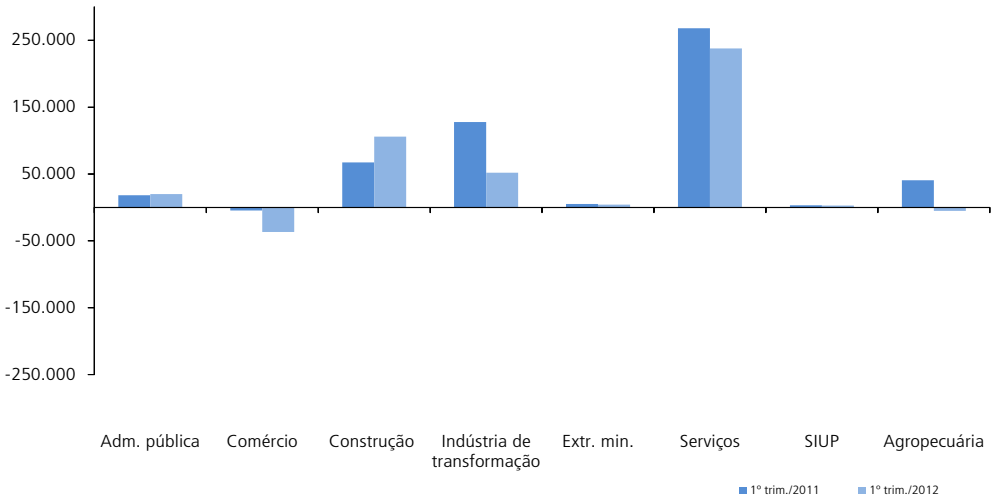


Fonte: PME/IBGE.

GRÁFICO 5

Saldo do nível de ocupação por setor de atividade

(Em milhares)



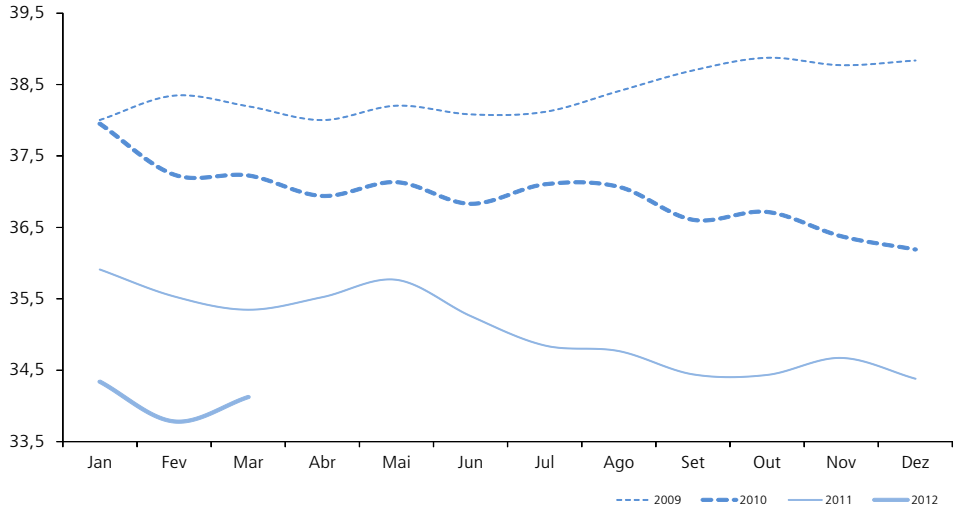
Fonte: CAGED/MTE.

Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, o destaque positivo fica por conta dos empregados com carteira de trabalho assinada que registraram um crescimento de 4,4% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, o que equivale em valores absolutos a aproximadamente 482 mil novos contratos com carteira assinada. Na outra ponta, os empregados sem carteira registram um decréscimo de 5,4%. Já o contingente de ocupados por conta própria registrou um crescimento de 1,1%.[13]

13. Os militares e estatutários e os empregadores tiveram acréscimos de 5,0% e 4,6%, respectivamente. É importante frisar ainda que, embora pouco representativos no universo da população ocupada, os não remunerados apresentaram uma queda de 15,2% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior.

O contraste entre os resultados dos grupos de empregados com e sem carteira assinada moldam a evolução do grau de informalidade. O gráfico 6 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada no primeiro trimestre de 2012 ficou em 34,1%, o que representa uma queda de 1,5 p.p. em relação a 2011. Vale destacar que a taxa teve um leve aumento em março de 2012 (34,1%) após ter registrado em fevereiro (33,8%) o menor valor desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002.

GRÁFICO 6
Evolução do grau de informalidade
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

O rendimento médio real habitualmente recebido registrou um ganho médio de 4,2% no primeiro trimestre de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011, ficando em torno de R$ 1.703,60 e registrando em março o maior valor desde o início da pesquisa em 2002, R$ 1.728,40. No gráfico 7, é possível notar também que o rendimento real encontra-se em patamares superiores e apresentou um ritmo de crescimento maior no primeiro trimestre desse ano se comparado aos anos anteriores. Esta elevação do rendimento real é explicada em parte pela já citada queda da taxa de inflação.

A elevação anual dos rendimentos foi registrada para todos os grupos por posição na ocupação. Mantendo a comparação na esfera trimestral (1º/2012 x 1º/2011), os dados revelam que o rendimento dos trabalhadores por conta própria cresceu 4,8%, enquanto o dos empregados do setor público, 3,5%, e do setor privado, 4,3%. A desagregação dos rendimentos deste último grupo mostra que os trabalhadores com carteira assinada tiveram um aumento de 4,2%, superior à variação de 2,1% dos empregados sem carteira assinada.

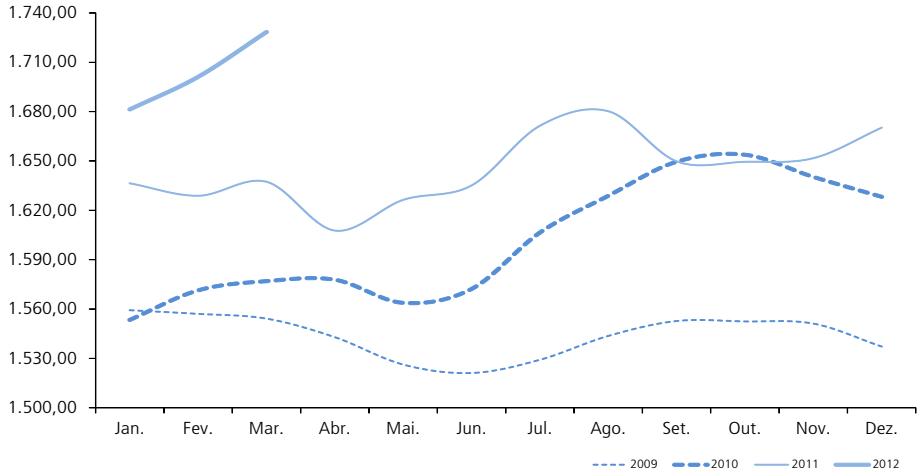
No plano regional, entre os trimestres analisados, a RM de Porto Alegre registrou perda nos rendimentos (–0,3%), ao passo que as demais RMs mantiveram variações positivas, com destaque para Salvador, que registrou um aumento de 17,7% entre os trimestres (janeiro-março) de 2012 e 2011.[14]

14. Crescimento das demais RMs pesquisadas entre os trimestres de 2012 e 2011: Belo Horizonte (7,5%), Recife (4,5%), São Paulo (4,8%) e Rio de Janeiro (0,4%).

GRÁFICO 7

Rendimento médio real habitual

(Em R$)



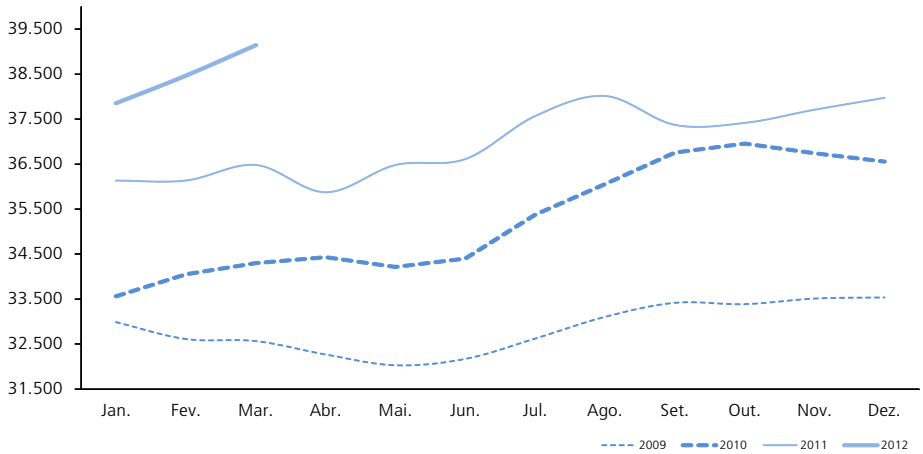
Fonte: PME/IBGE.

No gráfico 8 observa-se que a evolução da massa salarial no primeiro trimestre de 2012 destoa de forma significativa do comportamento verificado no mesmo período dos anos imediatamente anteriores. Nota-se que este indicador vem apresentando uma tendência de crescimento maior no primeiro trimestre de 2012 se comparado aos mesmos períodos dos anos anteriores. Tal comportamento reflete tanto o crescimento dos rendimentos quanto da população ocupada nos primeiros meses do ano. A variação da média trimestral da massa salarial, entre os trimestres de 2012 e 2011, foi de 6,1%.

GRÁFICO 8

Massa salarial

(Em bilhões)



Fonte: PME/IBGE.

Em linhas gerais, os indicadores analisados no primeiro trimestre de 2012 apontam um bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro. No entanto, há de se ter cautela em um prognóstico de continuidade deste bom desempenho. Dois padrões distintos são revelados pelos indicadores. Por um lado, a trajetória de alta da massa salarial observada no

período de análise, diferente das trajetórias observadas nos anos anteriores, pode indicar um aquecimento no consumo das famílias e da atividade econômica. Por outro, cabe ressaltar que o aumento da taxa de desemprego no mês de março de 2012 pode refletir um desaquecimento do lado da demanda na economia nos próximos meses.

NOTAS TÉCNICAS

SAÍDA DO MERCADO DE TRABALHO: QUAL É A IDADE?
Ana Amélia Camarano
Solange Kanso
Daniele Fernandes

O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS
Fernanda J. A. P. Nonato
Rafael H. Moraes Pereira
Paulo A. Meyer M. Nascimento
Thiago Costa Araújo

ENVELHECIMENTO E PRODUTIVIDADE
Romero Rocha

SAÍDA DO MERCADO DE TRABALHO: QUAL É A IDADE?

Ana Amélia Camarano*
Solange Kanso**
Daniele Fernandes**

1 INTRODUÇÃO

Assume-se que idade avançada e invalidez resultam em perda da capacidade laboral, o que requer mecanismos que possam repor a renda dos indivíduos nessa situação. Essa incapacidade pode ser causada por doenças crônicas advindas da idade, acidentes, condições de trabalho inadequadas etc. Esses fatores atingem a população trabalhadora em idades diferentes, o que muitas vezes pode resultar em uma saída "precoce" da atividade econômica. Esta ocorre também devido a outros incentivos como o valor do benefício, a legislação em vigor, a possibilidade de o indivíduo continuar no mercado de trabalho depois de aposentado etc.

É consenso que as incapacidades/fragilidades aumentam à medida que a idade avança, mas não há consenso quando (em que idade) elas aparecem. Embora no Brasil as pessoas com 60 anos ou mais sejam consideradas idosas, nem todos os indivíduos nessa faixa etária podem ser considerados incapazes para o trabalho. É um segmento etário muito heterogêneo, pois abrange indivíduos com quase 100 anos ou mais. Supõe-se também que a transição de uma situação de atividade para a de inatividade seja gradual, o que torna difícil estabelecer um divisor de águas entre o período laboral e o não laboral.

Os mecanismos de reposição de renda são comumente oferecidos pela família, Estado e mercado privado. O Estado brasileiro fez grandes progressos no que diz respeito à garantia de uma renda mínima para pessoas que perderam a capacidade laboral, por meio de benefícios contributivos e não contributivos. Acredita-se que a importância de uma política de provisão de renda para esse segmento populacional deverá aumentar substancialmente devido ao elevado crescimento esperado para a população idosa no futuro próximo, independentemente do comportamento que possa vir a ocorrer com a invalidez.

O objetivo deste trabalho é estudar o processo de saída dos trabalhadores brasileiros da atividade econômica. Busca-se entender em que momento da vida os indivíduos deixam o mercado de trabalho e passam a receber o benefício da aposentadoria. Na realidade brasileira, nem sempre esse momento coincide e significa perda da capacidade laborativa, pois a legislação permite que o aposentado volte ao mercado de trabalho.

* Técnica de Planejamento e Pesquisa e coordenadora de População e Cidadania da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

A análise é feita utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998, 2003 e 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os registros administrativos do Ministério da Previdência Social (MPS). Estão contemplados os vários regimes de aposentadoria: invalidez, idade avançada (urbana e rural), tempo de contribuição, regimes próprios do setor público, bem como os benefícios de prestação continuada (BPC), que são não contributivos.

O trabalho é dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta as tendências observadas entre 1992 e 2010 para a concessão do benefício da aposentadoria por idade, segundo os vários regimes. A terceira analisa a dinâmica de saídas do mercado de trabalho, por morte e por aposentadoria. O tempo despendido na atividade econômica e na condição de aposentadoria é medido na quarta seção. Algumas considerações finais são tecidas na quinta seção.

2 A IDADE AO RECEBIMENTO DA APOSENTADORIA

2.1 APOSENTADORIA POR IDADE OU POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

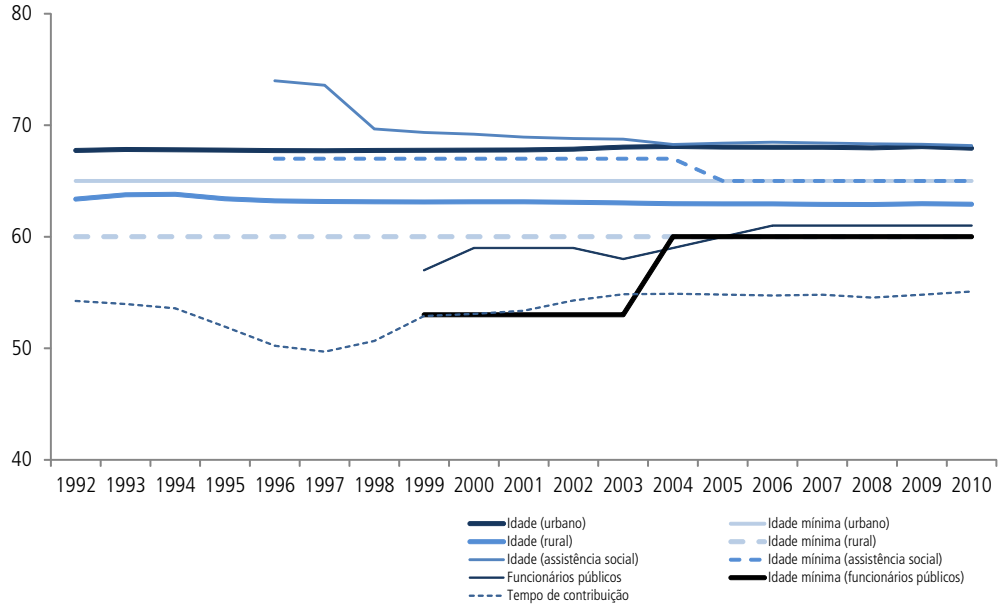
No Brasil existem vários regimes de aposentadoria. Para quase todos eles foi estipulada uma idade mínima para o requerimento do benefício, que é diferenciada por sexo. Por exemplo, uma mulher trabalhadora rural pode se aposentar dez anos mais cedo que um trabalhador urbano do setor privado. Além disso, os trabalhadores do setor privado têm direito a se aposentar depois de terem contribuído para a seguridade social durante 35 anos, se homens, e 30 anos, se mulheres, independentemente da idade. Isso leva, muitas vezes, a que as pessoas se aposentem em idades muito jovens.

Diferenças ainda mais acentuadas são observadas quando a comparação é feita considerando a idade à concessão do benefício. O gráfico 1 compara para homens brasileiros no período 1992-2010 a idade média na data de concessão do benefício com a idade mínima requerida. *Grosso modo*, pode-se dizer que os trabalhadores brasileiros do setor privado urbano e rural estão se aposentando, em média, em torno de três anos após a idade mínima, tendência esta que não se alterou ao longo do período estudado. Nos últimos cinco anos, essa diferença foi semelhante também para os beneficiários não contributivos (BPC) – era de sete anos em 1996 e se reduziu para 3,2 anos em 2010. Até 2004, os servidores públicos aposentavam-se, em média, aos 59 anos. A partir de 2006, com o estabelecimento de uma idade mínima de 60 anos em 2004, eles adiaram a sua aposentadoria para 1 ano após a idade mínima. Essas diferenças sugerem que os indivíduos podem ter algum atrativo para permanecer no mercado de trabalho ou não ter todos os pré-requisitos necessários para ter direito a um benefício social, como tempo de contribuição.

O gráfico 2 apresenta as mesmas informações para as mulheres. A tendência é a mesma observada para os homens: as mulheres se aposentam depois da idade mínima requerida, mas bem mais tarde que eles, em torno de quatro anos. Isto pode ser resultado de maiores dificuldades experimentadas por elas para conseguir as condições necessárias para obtenção do benefício. A diferença é mais acentuada para a aposentadoria rural por idade. Em 1992, uma mulher da área rural aposentava-se 7,5 anos mais tarde do que a idade mínima requerida e, em 2010, esta diferença diminuiu para 4,4 anos. Também diminuiu a diferença entre a idade mínima para a concessão do BPC e a efetiva: de 7,4 anos para 3,5. Por outro lado, a diferença no início da concessão do benefício de aposentadoria por idade urbana aumentou ligeiramente no período considerado: passou de 2,9 anos em 1992 para 3,6 em 2010.

GRÁFICO 1

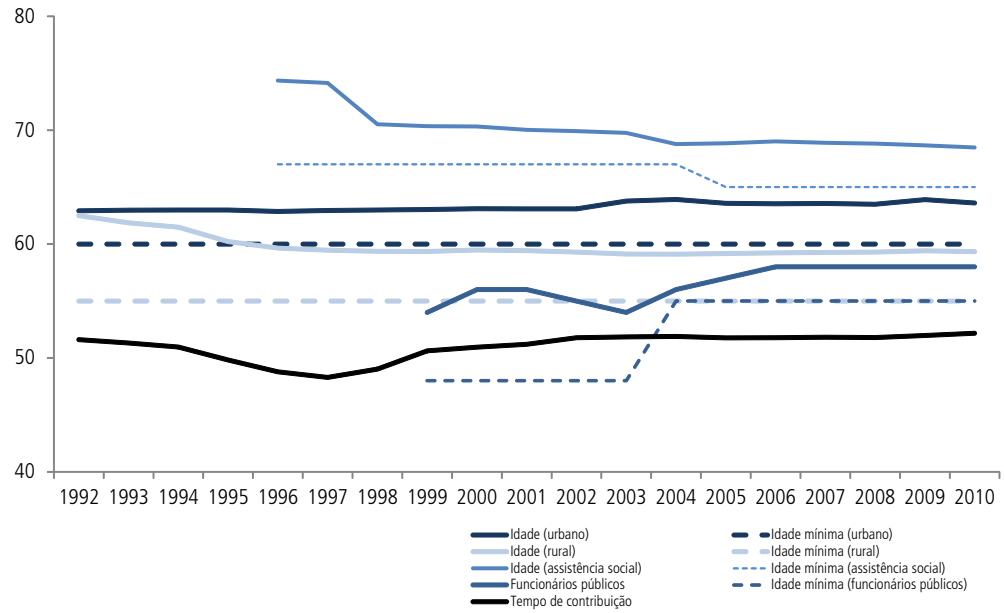
Brasil: idade média na data de concessão do benefício e idade mínima requerida segundo os regimes – homens



Fonte: *Anuário Estatístico da Previdência Social* (AEPS) Infolog/MPS.

GRÁFICO 2

Brasil: idade média na data de concessão do benefício e idade mínima requerida segundo os regimes – mulheres



Fonte: AEPS Infolog/MPS.

A legislação da aposentadoria por tempo de contribuição não estipula uma idade mínima para o seu requerimento. Observa-se nos gráficos 1 e 2 que a idade média à concessão desse benefício diminuiu no período e depois aumentou tanto para homens quanto para mulheres. O aumento foi mais acentuado para os homens e deve estar refletindo as mudanças na legislação previdenciária com a introdução do fator previdenciário (BRASIL, 1998). Apesar

do aumento, a idade média observada foi bem mais baixa do que a dos demais regimes: 55,1 anos para homens e 52,2 para mulheres em 2010.

Sumarizando, muito embora as pessoas estejam se aposentando depois da idade estipulada pela legislação, a variação entre essas idades é muito grande. Por exemplo, um homem que se aposentou por idade o fez 12,8 anos mais tarde do que o que se aposentou por tempo de contribuição (67,9 e 55,1 anos, respectivamente).[1] Para as mulheres, a variação foi de 11,4 anos (63,6 e 52,2 anos).

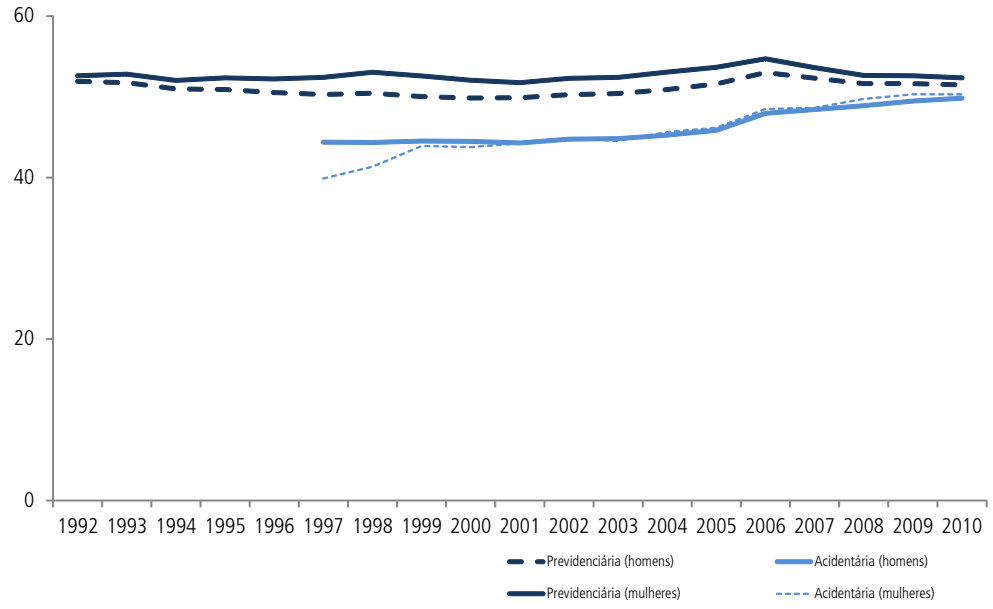
2.2 A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

As aposentadorias por invalidez podem ser resultado de doenças relacionadas ao trabalho ou de acidentes de uma forma geral. Esse entendimento resultou no estabelecimento de dois tipos de benefícios por invalidez: acidentários e previdenciários. Os últimos são concedidos independentemente da aferição de sua correlação com o exercício do trabalho, e os acidentários são comprovadamente decorrentes do exercício.

O gráfico 3 apresenta as idades médias na data da concessão do benefício por invalidez segundo a espécie para homens e mulheres. Observou-se uma tendência à estabilidade na idade à concessão dos benefícios previdenciários para ambos os sexos no período estudado; as mulheres apresentaram valores ligeiramente mais elevados que os homens. Em 2010, os homens começavam a receber o benefício aos 51,5 anos e as mulheres aos 52,4.

GRÁFICO 3

Brasil: idade média na data de concessão do benefício por invalidez por espécie e sexo



Fonte: AEPS Infolog/MPS.

As informações desagregadas por idade dos benefícios acidentários só estão disponíveis a partir de 1997. A idade média à aposentadoria por invalidez acidentária apresentou uma tendência ascendente para ambos os sexos, mas de forma mais acentuada para as mulheres. Entre 1997 e 2001, as mulheres se aposentavam mais cedo que os homens, mas, a partir

1. Nesta comparação, não se incluiu a idade média à concessão do BPC.

deste ano, a tendência se inverteu e a diferença nessas idades entre os dois sexos se reduziu. O crescimento da idade à aposentadoria acidentária levou a uma redução expressiva entre esta e a idade média à aposentadoria previdenciária, que se manteve sempre acima da primeira. Isto pode estar refletindo pioras nas condições de trabalho e/ou melhoras na notificação do tipo de acidente ocorrido.

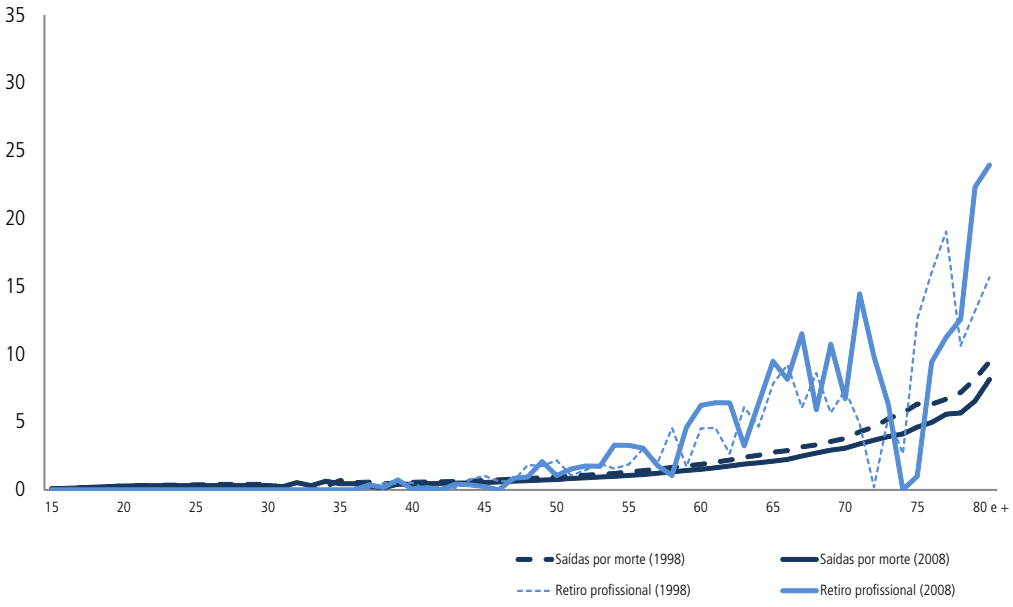
3 APOSENTADORIA = SAÍDA DO MERCADO DE TRABALHO?

A aposentadoria, ou seja, a posse de um benefício social, não significa necessariamente que um indivíduo deixe o mercado de trabalho, pois a legislação brasileira permite a volta do aposentado para a atividade econômica sem nenhuma penalidade. Isto só não é verdade para as pessoas que se aposentam por invalidez. A metodologia de tábua de vida ativa[2] permite estimar as taxas médias de saída da população economicamente ativa (PEA) por morte e/ou retiro profissional desagregadas por idade e sexo para um período de tempo relativamente curto, um ano, por exemplo.

O gráfico 4 apresenta as taxas de saída por morte e profissional da população masculina em 1998 e 2008. Observa-se que as taxas por retiro profissional aumentaram entre 1998 e 2008 e afetaram a idade média à saída do mercado de trabalho que passou a ocorrer um ano mais cedo (tabela 1). As saídas por morte diminuíram no período, dada a redução da mortalidade. Apesar de os homens se aposentarem em média aos 60 anos,[3] nos três anos considerados eles deixaram o mercado de trabalho quatro anos mais tarde em 1998 e aproximadamente três em 2008.

GRÁFICO 4

Brasil: taxas de saída da PEA por motivo – homens



Fonte: PNADs de 1998 e 2008/IBGE.

2. Esta metodologia descreve numericamente o processo ao longo do ciclo da vida de entradas e saídas da atividade econômica, mantidas certas condições para as taxas de atividade. Como se utilizou a metodologia da tabela de sobrevivência, pode-se transformar proporções de ativos e inativos em indicadores de transição. Ver, por exemplo, Bush (1996).

3. Esta é uma medida indireta da tabela de sobrevivência, não sendo possível desagregá-la por regime.

TABELA 1
Brasil: idade média à aposentadoria por sexo segundo o regime

	Homens			Mulheres		
	1998	2003	2008	1998	2003	2008
Idade urbana	67,74	68,05	67,96	62,99	63,77	63,49
Idade rural	63,14	63,03	62,89	59,37	59,13	59,30
Assistência social	69,67	68,75	68,34	70,52	69,77	68,82
Tempo de contribuição	50,66	54,84	54,54	49,03	51,84	51,79
Funcionários públicos		58,00	61,00		54,00	58,00
Invalidez previdenciária	50,44	50,42	51,63	53,03	52,41	52,65
Invalidez acidentária	44,34	44,81	48,90	41,34	44,53	49,74
Aposentadoria em geral[1]	60,64	60,32	60,72	61,19	61,05	60,61
Saída do mercado de trabalho[1]	64,14	63,63	64,06	51,18	52,54	53,34

Fonte: MPS.

Nota: [1] Medidas indiretas da tabela de vida ativa.

A tabela 1 mostra que enquanto a idade média à aposentadoria para os homens não se alterou no período considerado, a saída da atividade econômica passou a ocorrer mais cedo, paralelamente ao aumento da esperança de vida ao nascer. É provável que parte das mortes que foram evitadas tenha se convertido em incapacidade, ou alguma morbidade, e resultado no afastamento precoce do mercado de trabalho. Os dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apontam para um crescimento nas concessões dos benefícios por invalidez em aproximadamente 35% entre 1998 e 2008. Já a idade média dos homens à aposentadoria acidentária aumentou em 4,6 anos no período considerado e a previdenciária em 1,2 ano. Do total de aposentados, 15,5% tinham dificuldades para as atividades da vida diária[4] em 2008, proporção que era de 16,5% em 1998.

Embora o padrão de participação das mulheres na atividade econômica bem como o de mortalidade seja bem diferente do dos homens, o das saídas é similar, mas ocorre mais precocemente, como se pode ver pelo gráfico 5. Isto se deve porque parte das saídas é explicada pela nupcialidade ou fecundidade e não por aposentadoria. Como observado para os homens, as taxas de saídas femininas por morte diminuíram e as por retiro profissional aumentaram, mas de forma não monotônica.

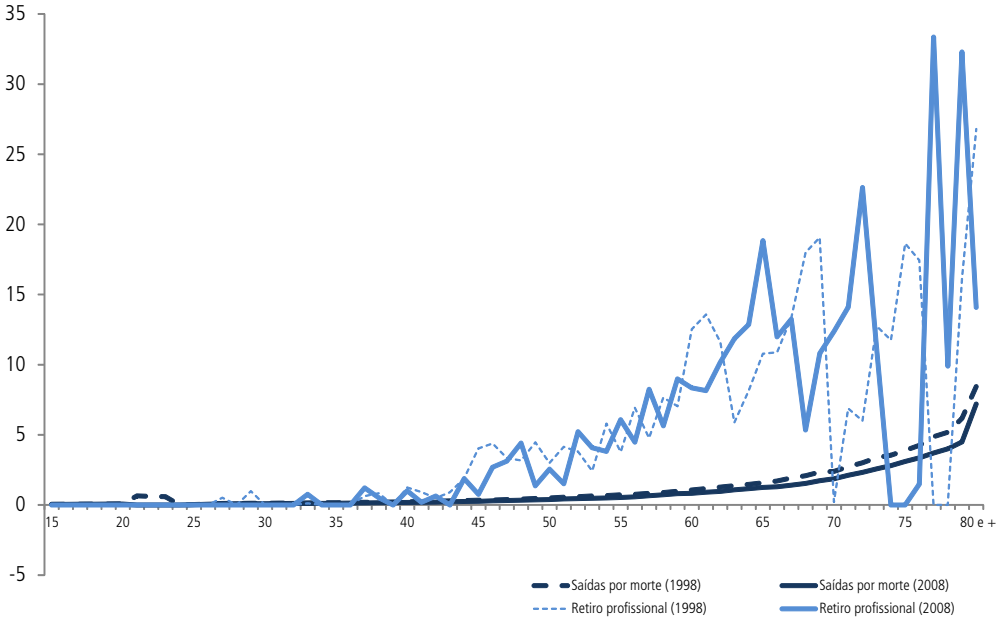
Diferentemente dos homens, parece que para as mulheres a aposentadoria significa, de fato, uma saída do mercado de trabalho. Isto pode ser explicado pela sua menor participação na atividade econômica e, também, pelo fato de a saída ocorrer por razões outras, como a nupcialidade e a fecundidade. O recebimento do benefício social ocorria para elas, em 1998, 10,1 anos mais tarde que a saída do mercado de trabalho. Em 2008, esta diferença se reduziu para 7,3 anos. Outro fator que explica esta diferença é que a maior parte delas se aposenta por idade, 46,9% em 2008.

A participação de homens aposentados no mercado de trabalho foi bem mais elevada do que a das mulheres nos três anos considerados. No entanto, reduziu-se de 35,5% em 1998 para 30,1% em 2008, queda esta verificada em quase todas as idades. Já a das mulheres ficou constante, em torno de 15% (gráfico 6).

4. Aqui consideradas as pessoas com dificuldades para o desempenho das atividades básicas da vida diária, como tomar banho, comer e ir ao banheiro sozinhas. Dados extraídos do Suplemento Saúde das PNADs.

GRÁFICO 5

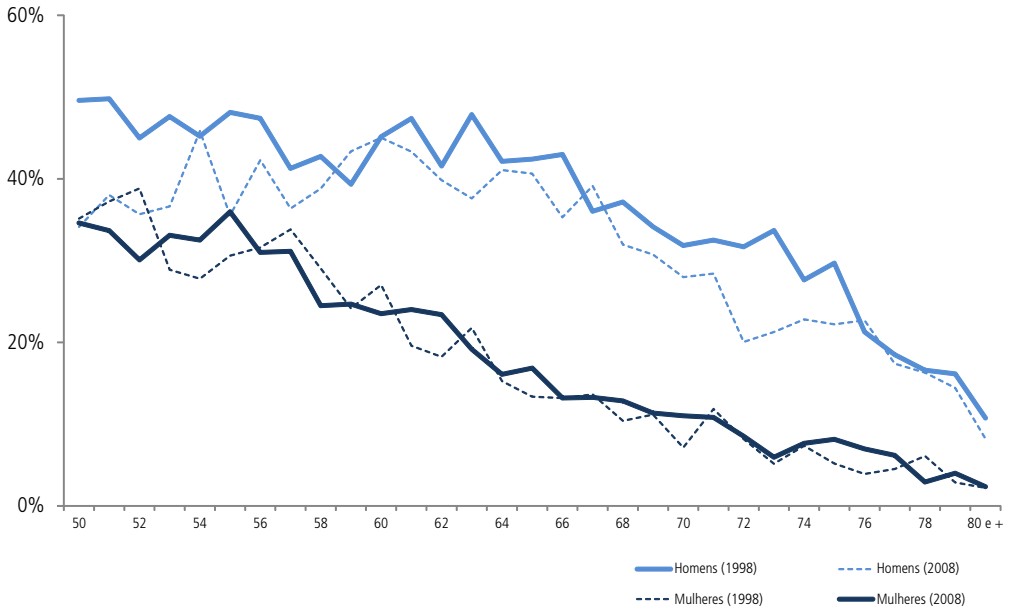
Brasil: taxas de saída da PEA por motivo – mulheres



Fonte: PNADs de 1998 e 2008/IBGE.

GRÁFICO 6

Brasil: taxa de participação dos aposentados no mercado de trabalho por idade e sexo



Fonte: PNADs de 1998 e 2008/IBGE.

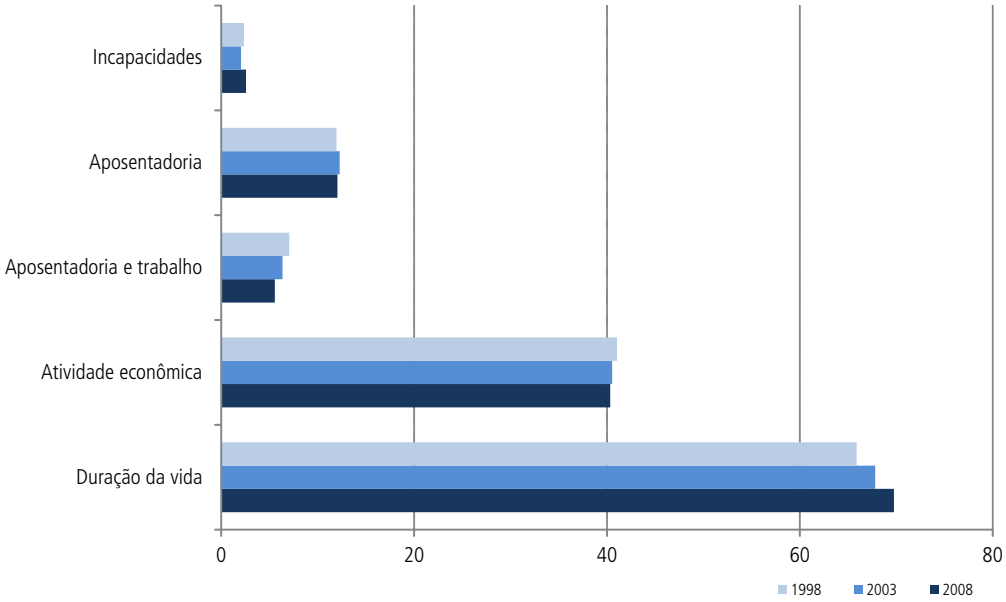
4 TEMPO DESPENDIDO NA ATIVIDADE ECONÔMICA E NA CONDIÇÃO DE APOSENTADO

O tempo que uma dada população passa na atividade econômica é determinado pelas taxas de atividade e de mortalidade. Da mesma forma, o tempo passado na condição de aposentado é determinado pelas taxas de aposentadoria e de mortalidade.

Na última metade do século passado verificou-se em quase todo o mundo uma redução do tempo passado pelos homens na atividade econômica e um incremento no tempo de recebimento dos benefícios de aposentadoria. Os gráficos 7 e 8 mostram o número médio de anos que os indivíduos podem esperar passar na atividade econômica na condição de aposentados, bem como o tempo passado com alguma incapacidade. Estas durações são comparadas à esperança de vida ao nascer, utilizada como *proxy* para a duração da vida.

GRÁFICO 7

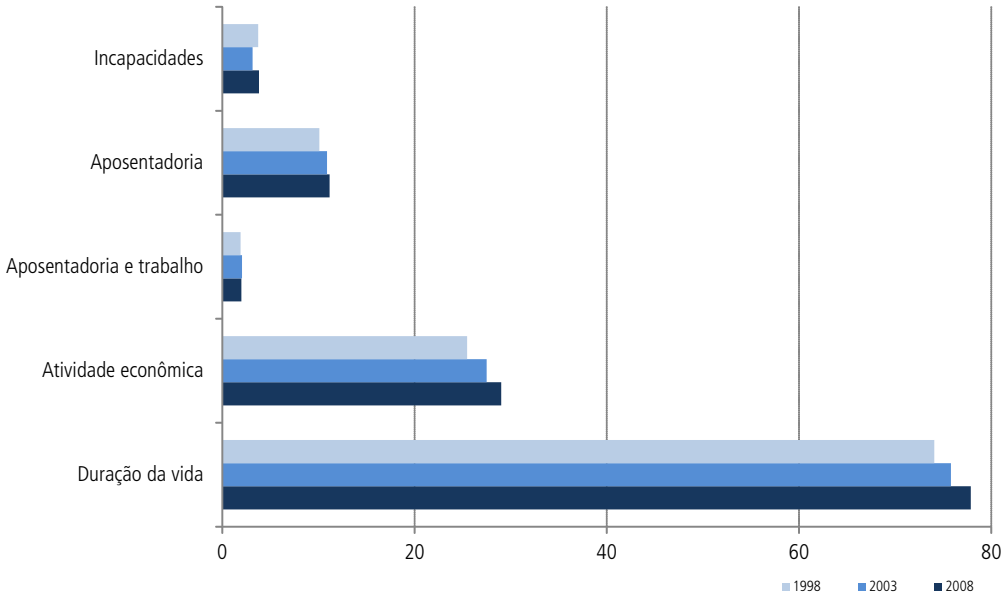
Brasil: tempo passado em alguns eventos relacionados ao mercado de trabalho – homens



Fonte: PNADs de 1998, 2003 e 2008/IBGE.

GRÁFICO 8

Brasil: tempo passado em alguns eventos relacionados ao mercado de trabalho – mulheres



Fonte: PNADs de 1998, 2003 e 2008/IBGE.

Pode-se observar que a duração da vida, medida pela esperança de vida ao nascer, aumentou para homens e mulheres em aproximadamente quatro anos no período considerado. No entanto, as mulheres viviam aproximadamente oito anos a mais que os homens em 2008. A maior parte do tempo vivido por homens e mulheres é passada nas atividades econômicas, muito embora o comportamento tenha variado entre os sexos. Os homens passam mais tempo na atividade profissional que as mulheres, mas este tempo diminuiu para eles e aumentou para elas. Eles também passavam mais tempo na condição de aposentados, tempo este que não se alterou no período considerado. Já as mulheres experimentaram um aumento neste tempo, diminuindo a diferença com os homens. Elas passam aproximadamente dois anos como aposentadas e trabalhando, aproximadamente, um terço do tempo passado pelos homens.

Foi analisado o tempo vivido com incapacidades, aqui consideradas como dificuldades para exercer as atividades para a vida diária. Embora as mulheres vivam mais que os homens, elas passam um tempo maior com alguma incapacidade (3,8 e 2,6 anos, respectivamente). Tanto para os homens quanto para as mulheres esta duração diminuiu entre 1998 e 2003 e aumentou entre 2003 e 2008 (ver gráficos 7 e 8).

Sumarizando, em 2008, um homem vivia, em média, 70 anos, passava 40,3 anos nas atividades econômicas, 12,0 na condição de aposentado, 5,6 trabalhando e aposentado e 2,6 anos com alguma incapacidade. Neste caso, 1,2 ano a menos que as mulheres. Estas podiam esperar viver aproximadamente 78 anos, dos quais 29,0 anos no mercado de trabalho, 11,2 na condição de aposentadas, aproximadamente 2 como aposentadas e trabalhando e 3,8 com dificuldades para a vida diária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste trabalho sugerem duas tendências: *i*) a aposentadoria ou o recebimento de um benefício social não significa, necessariamente, saída do mercado de trabalho; e *ii*) o alcance da idade mínima requerida pela legislação à concessão do benefício previdenciário não implica, necessariamente, o início da sua concessão.

A idade à concessão da aposentadoria diminuiu em vários países do mundo, mas no Brasil ficou aproximadamente constante, à exceção da aposentadoria por tempo de contribuição, que aumentou. Os homens se aposentam, em média, três anos mais tarde do que a idade mínima requerida e as mulheres, quatro anos. Isto é verdade também para o benefício de assistência social, o que sugere que há outros fatores, além do tempo de contribuição, que podem explicar essa diferença. As mulheres aposentam-se sempre mais cedo que os homens, diferença maior observada na aposentadoria por idade urbana. Isto só não se verifica para o recebimento do benefício de assistência social, pois a legislação estabelece a mesma idade mínima para os dois sexos.

Foi visto, no entanto, que, apesar de os homens se aposentarem em média aos 60 anos nos três anos considerados, eles deixaram o mercado de trabalho quatro anos mais tarde em 1998 e três em 2008. Ou seja, enquanto a idade média à aposentadoria não se alterou no período considerado, a saída da atividade econômica passou a ocorrer mais cedo, paralelamente ao aumento da esperança de vida ao nascer. Diferentemente dos homens, parece que para as mulheres a aposentadoria significava, de fato, uma saída do mercado de trabalho. Na verdade, como a saída das mulheres se dava por outras razões que não a aposentadoria, elas deixavam o mercado de trabalho, em média, aos 53,3 anos e se aposentavam aos 60,6 anos.

Complemento de renda, custo de oportunidade elevado pela saída precoce da atividade econômica, boas condições de saúde e autonomia são alguns fatores que devem explicar a permanência do aposentado no mercado de trabalho. Reconhece-se também que a saída precoce pode resultar em uma desintegração social, especialmente para a população masculina. Participar do mercado de trabalho significa participação social. A saída precoce pode acarretar depressão, alcoolismo e até suicídio. Em outras palavras, pode resultar em outros tipos de incapacidade e demandar outras políticas.

Todos esses fatores apontam para a dificuldade em se definir a idade em que a perda da capacidade de trabalhar ocorre. Essa dificuldade é reforçada se se considerar as enormes diversidades regionais e sociais da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20**, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BUSH, V. P. **Tabla de vida activa**. México: El Colegio de México/Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo, 1996.

O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS*

Fernanda J. A. P. Nonato**
Rafael H. Moraes Pereira***
Paulo A. Meyer M. Nascimento****
Thiago Costa Araújo**

1 INTRODUÇÃO

A quantidade da força de trabalho disponível num país depende de três fatores: o tamanho da sua população residente; a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de adultos; e a disposição ao emprego dessa população dado o nível dos salários pagos, que é indicada pela taxa de participação. A qualidade da força de trabalho, por sua vez, está condicionada, em linhas gerais, ao nível educacional da população. Associadas ao estoque de capital, a quantidade e qualidade da força de trabalho disponível num país são os fatores decisivos para o nível de produtividade de uma economia e constituem "os componentes principais da capacidade do mercado de trabalho de prover valor" (CASTRO; CASTRO; LEITE, 2006, p. 232).

O objetivo deste trabalho é discutir três fatores que têm contribuído de maneira decisiva para as mudanças observadas no perfil da oferta de força de trabalho brasileira ao longo dos últimos 30 anos e analisar algumas de suas implicações para as próximas décadas. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de projeções demográficas oficiais, ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este artigo defende que o perfil (quantitativo e qualitativo) da oferta de força de trabalho no Brasil tem sido afetado principalmente por três macrotendências: *i*) a transição demográfica pela qual vem passando o país, e que vem modificando tanto o ritmo de crescimento populacional quanto a sua distribuição etária; *ii*) o aumento da escolaridade da população; e *iii*) a tendência de maior destaque da população feminina devido à ampliação de sua escolaridade, acima da média masculina, e ao crescimento das suas taxas de participação no mercado de trabalho.

As próximas três seções buscam apontar como cada uma daquelas três macrotendências tem contribuído, separadamente, para as mudanças no perfil da oferta de força de trabalho

* Os autores agradecem os comentários e sugestões de Divonzir Arthur Gusso e Aguinaldo Nogueira Maciente.

** Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Política Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

**** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

brasileira e suas perspectivas. Por fim, na seção 5, serão tecidas as conclusões deste ensaio apontando-se algumas transformações gerais que se espera ocorrer no mercado de trabalho do país durante as próximas décadas.

2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

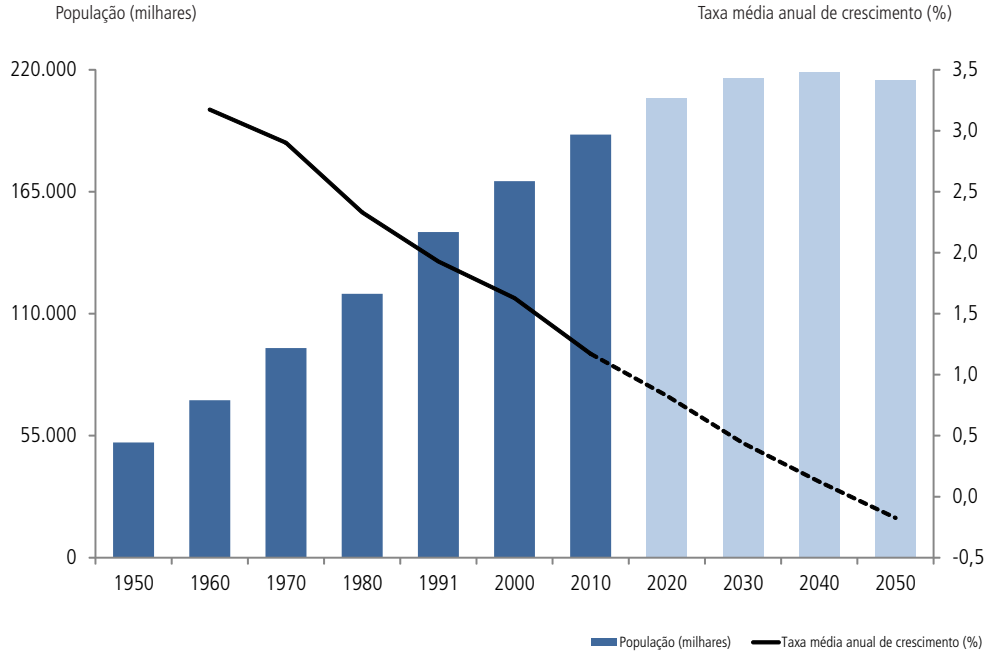
A transição demográfica é um processo caracterizado, em linhas gerais, pela transição de uma situação em que ambos os níveis, de fecundidade e de mortalidade, se encontram relativamente altos (1ª etapa), para uma situação em que ambos os componentes se encontram em níveis relativamente baixos (4ª etapa). A segunda etapa dessa transição é marcada por um ritmo mais acelerado de crescimento populacional em função da queda nos níveis de mortalidade conjugada a uma manutenção de níveis de fecundidade ainda relativamente altos.

Conforme apontado por diversos autores (RIOS-NETO, 2005; WONG; CARVALHO, 2006; BRITO, 2007, 2008; ALVES, 2008; ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010), o Brasil já passou por esse período de alto crescimento populacional durante o século XX, e estaria passando agora pela terceira etapa da transição demográfica. Durante essa etapa, a combinação de taxas de mortalidade relativamente baixas a um processo de queda das taxas de fecundidade resulta numa fase de crescimento populacional moderado e com taxas cada vez menores que convergem, após um certo período de tempo, para uma estabilização, que caracterizaria o quarto estágio da transição demográfica.

As implicações da transição demográfica brasileira para o volume total da população do país podem ser visualizadas no gráfico 1. Este gráfico aponta como o Brasil vem apresentando um constante crescimento populacional desde a década de 1970, embora a taxas cada vez menores. Caso as projeções oficiais do IBGE se confirmem, espera-se um crescimento positivo da população até a década de 2040, a partir de quando deverá haver uma redução da população em termos absolutos (IBGE, 2008).

GRÁFICO 1

Brasil: população residente e taxa geométrica média anual de crescimento – 1950-2050

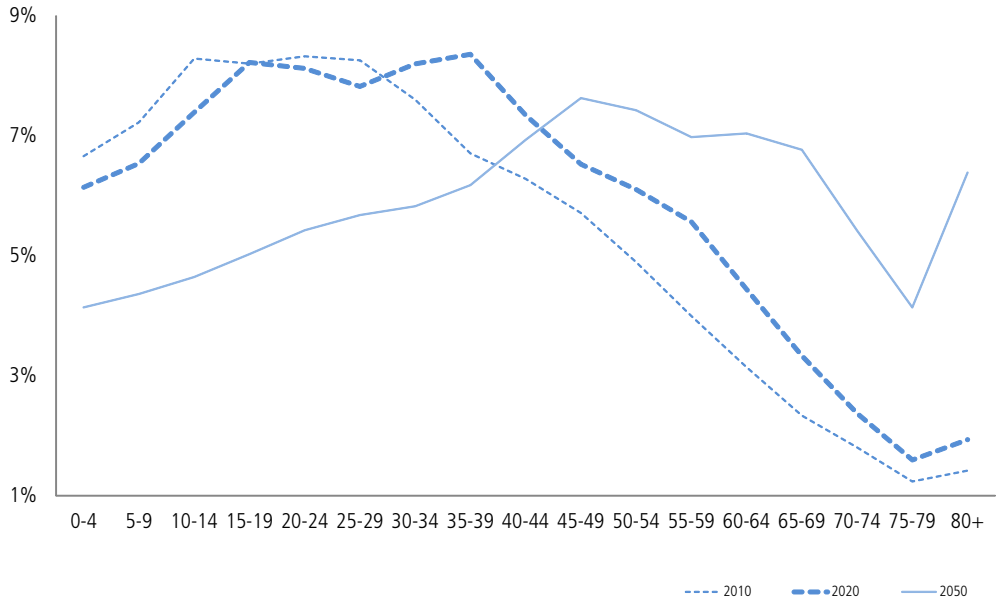


Fonte: Censos Demográficos de 1950 a 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

Uma característica marcante da transição demográfica vivenciada pelo Brasil, quando comparada à experiência de países desenvolvidos, foi a velocidade com que se deu a queda da sua taxa de fecundidade (WONG; CARVALHO, 2006; POTTER *et al.*, 2010).[1] Essa queda na fecundidade produz efeitos persistentes sobre a estrutura etária da população e que serão observados ainda durante várias décadas. A redução no curto prazo da proporção da população jovem se desdobrará no médio e no longo prazo numa redução também da população em idade ativa (PIA) e num aumento crescente da proporção de idosos, levando a um processo de inversão da pirâmide populacional (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Brasil: distribuição relativa da população segundo grupos quinquenais de idade – 2010, 2020 e 2050



Fonte: Censo Demográfico de 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

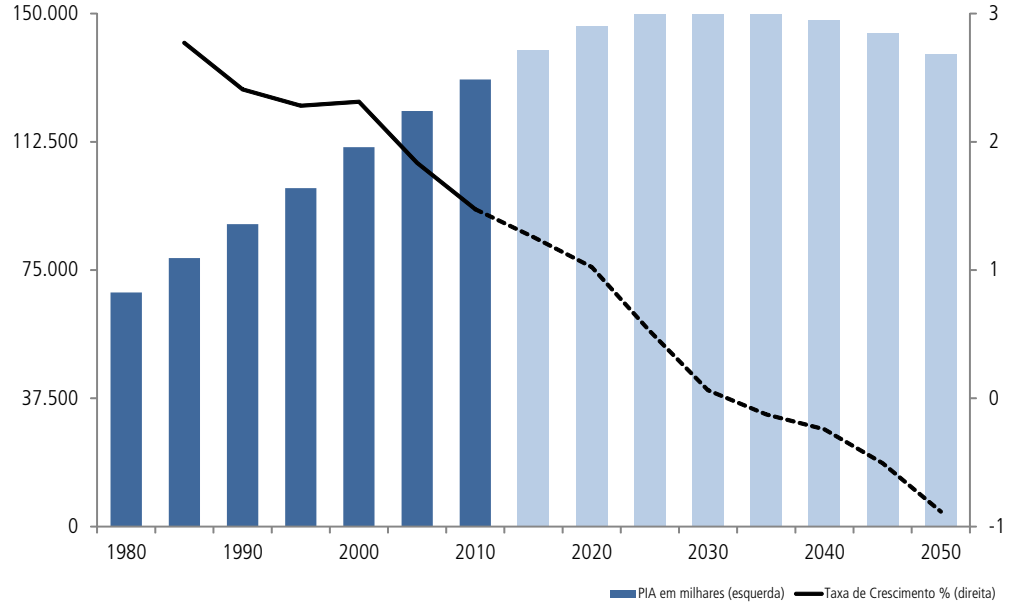
Essas mudanças demográficas (de redução do ritmo de crescimento da população brasileira e de sua distribuição etária) e as suas possíveis consequências em diversas áreas da sociedade têm sido discutidas por diversos autores (CAMARANO; PASINATO, 2004; RIOS-NETO, 2005; WONG; CARVALHO, 2006; BERENSTEIN; WAJNMAN, 2008; BRITO, 2008; ARBACHE, 2011). Sob a perspectiva do mercado de trabalho, esses efeitos da transição têm afetado diretamente o tamanho e a composição da PIA brasileira e refletido diretamente na disponibilidade de mão de obra do país.

O gráfico 3A mostra a evolução do tamanho total da PIA e sua taxa de crescimento entre 1980 e 2050. Com taxas decrescentes ao longo de todo o período, percebe-se que haverá uma expansão da oferta de força de trabalho pelo crescimento da população predominantemente ativa (15-64 anos) somente até meados da década de 2020, quando se iniciará uma tendência de queda em termos absolutos. O gráfico 3B aponta ainda que a proporção da PIA em relação ao total da população atingirá seu pico em meados de 2020.

1. Segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), a taxa de fecundidade total (TFT) no Brasil teria se tornado, a partir de 2005, menor do que o nível de reposição populacional, equivalente a 2,1 filhos por mulher. Com a manutenção da fecundidade abaixo desse nível, a população brasileira tende a apresentar crescimento negativo de sua população, como ilustrado no gráfico 1.

GRÁFICO 3A

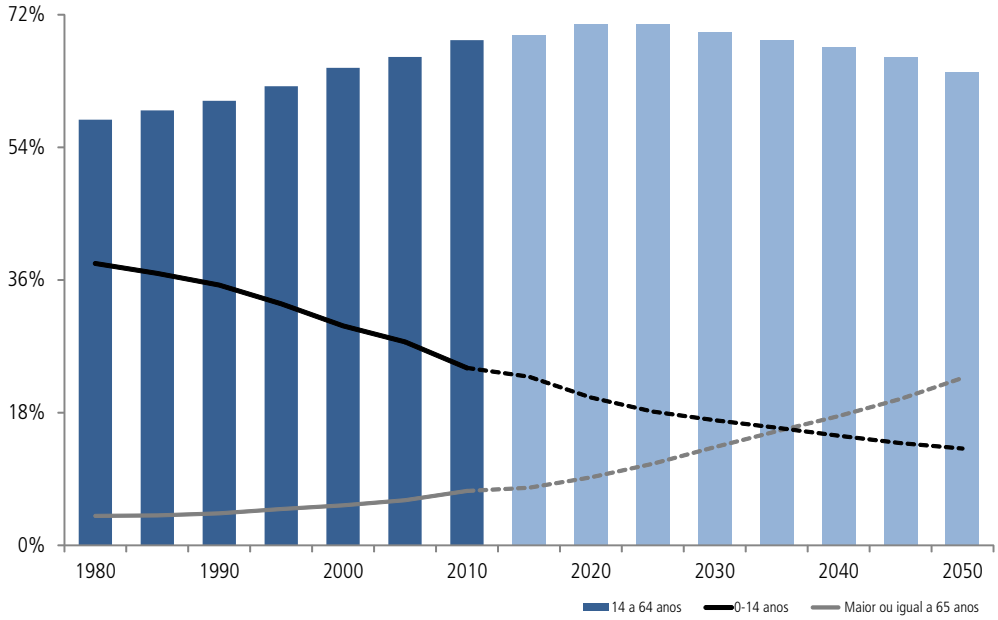
Tamanho total e taxa de crescimento da PIA de 15 a 64 anos de idade – 1980-2050



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009, Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

GRÁFICO 3B

Brasil: evolução da população por grandes grupos etários – 1980-2050



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009, Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

Conforme destacam Rios-Neto (2005), Brito (2008) e Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), esse período, com simultâneo crescimento da PIA e redução da razão de dependência demográfica, constituiria uma "janela de oportunidades" (também conhecida como bônus demográfico), propiciando maior crescimento econômico. De acordo com as projeções do IBGE, contudo, logo a partir de meados de 2020 se iniciará um processo de encolhimento da força de trabalho disponível no país, acompanhado de um aumento da razão de dependência, o que tem levado esses autores a discutirem um possível ônus demográfico.

Outra tendência demográfica que contribuirá para alterar o perfil da força de trabalho brasileira nos próximos anos é a redução da mortalidade nas idades mais avançadas. Isso, associado a uma melhora nas condições de saúde e de autonomia da população idosa, deverá conduzir a um aumento da permanência da população no mercado de trabalho, levando a uma mão de obra mais envelhecida e com maior experiência (CAMARANO *et al.*, 2006; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004; CAMARANO; PASINATO, 2008).

A perspectiva demográfica para os próximos anos, portanto, sugere que o Brasil vivenciará ainda mais alguns anos de crescimento de sua PIA, embora a taxas cada vez menores. Já a partir de meados da próxima década, contudo, é provável que se inicie um processo de redução da PIA brasileira, tanto em termos relativos quanto em números absolutos. Ainda comparada ao cenário atual, a mão de obra disponível no país apresentará um perfil etário mais elevado e, consequentemente, mais experiente.

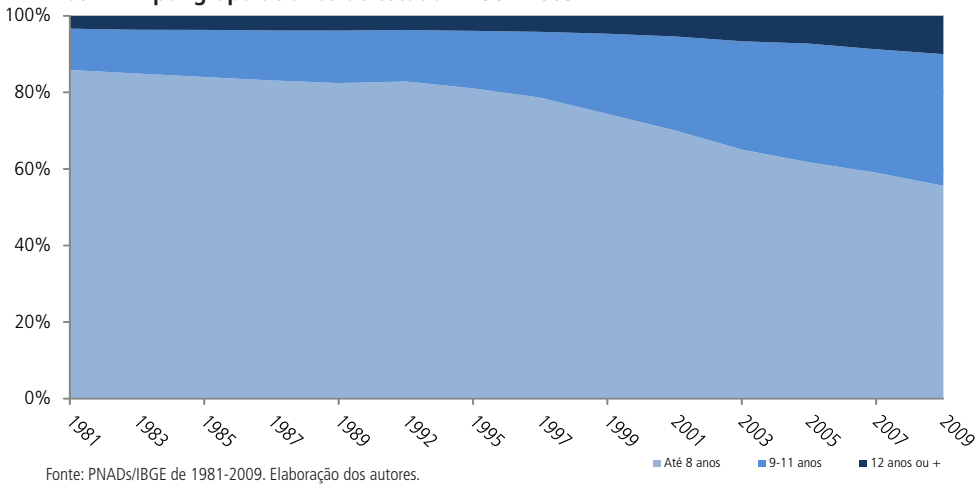
3 A EXPANSÃO DA ESCOLARIDADE

No campo educacional, o Brasil vem passando por uma importante expansão do ensino em todos os níveis educacionais, particularmente a partir da década de 1990. A forte expansão do acesso ao ensino fundamental nos anos 1990, a redução da evasão escolar e o aumento da cobertura da rede de ensino no país têm possibilitado um aumento do fluxo entre os níveis fundamental e médio, o que também acabou permitindo a expansão de demanda pelo ensino superior (CASTRO; CASTRO; LEITE, 2006). Essa expansão da cobertura, contudo, ainda não levou a uma universalização da conclusão da educação básica, e nem mesmo a um acesso mais robusto ao ensino superior. A despeito da trajetória ascendente da maioria dos indicadores educacionais, a PNAD de 2008 ainda revelava que aproximadamente um a cada dois jovens de 15 a 17 anos (idade adequada para cursar o ensino médio) já tinha completado o ensino fundamental, e que apenas 14 a cada 100 jovens de 18 a 24 anos frequentavam algum tipo de educação superior[2] (CORBUCCI *et al.*, 2010).

De todo modo, o simples fato de colocar nas salas de aula quase que a totalidade das crianças de 7 a 14 anos ensejou, a partir de meados dos anos 1990, mudanças bastante perceptíveis na composição da força de trabalho brasileira, ao se tomar o número de anos de escolaridade como parâmetro. Os gráficos 4A e 4B ilustram isso.

GRÁFICO 4A

Brasil: PIA por grupo de anos de estudo – 1981-2009



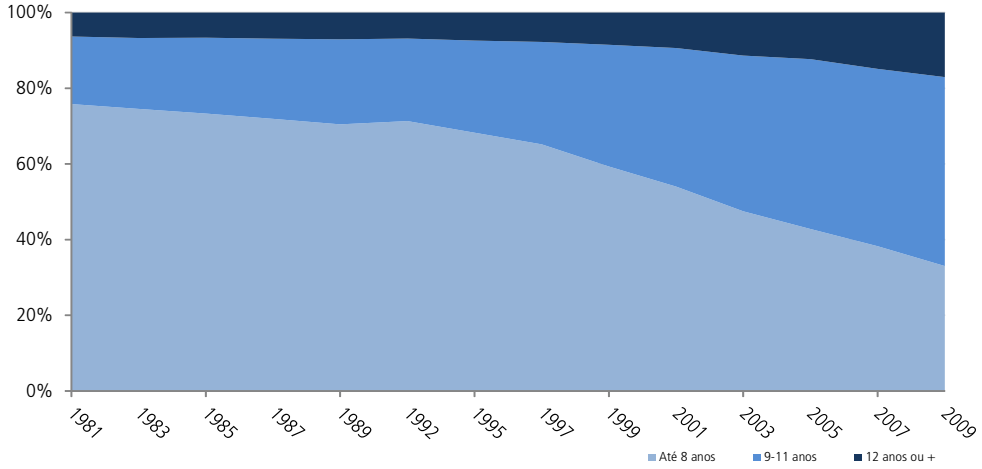
Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

2. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 era alcançar, até 2010, o índice de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior. Essa meta está para ser replicada no PNE 2011-2020, dada a distância em que o Brasil se encontra de alcançá-la.

GRÁFICO 4B

Brasil: população de 18 a 29 anos de idade por grupo de anos de estudo – 1981-2009

(Em %)



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

A observação do gráfico 4A permite vislumbrar que a parcela da PIA com maiores níveis de escolaridade tem apresentado um aumento significativo, de forma que, ao final da década de 2000, 40,4% da PIA já se encontravam entre os níveis médio e/ou superior de escolaridade. Este fato torna-se mais relevante ainda quando se percebe que no início da década de 1980 o país contava com uma parcela de apenas 12,7% da população nesta categoria de escolaridade. Essa tendência é ainda mais pronunciada na faixa etária de 18 a 29 anos (gráfico 4B), isto é, entre aqueles que mais se beneficiaram da expansão educacional vivenciada pelo Brasil nos últimos 20 anos – os jovens.

Dado que o sistema educacional brasileiro ainda forma menos jovens do que poderia em seu nível básico e que, possivelmente, até por isso, permaneça matriculando-os em baixa proporção no ensino superior (vale lembrar mais uma vez dos baixos índices de conclusão do ensino fundamental e de matrícula no ensino superior destacados anteriormente), é de se esperar que a tendência observada nos gráficos 4A e 4B seja intensificada nas próximas décadas. Ademais, chama a atenção que, ao final dos anos 2000, a parcela mais significativa da PIA ainda fosse aquela com menor escolarização, até oito anos de estudo (equivalente a ter até o ensino fundamental completo ou incompleto) – o que leva a crer que o sistema educacional brasileiro ainda dispõe de potencial para mudar a composição da força de trabalho do país.

Além do potencial de crescimento dos ensinos médio e superior, o Brasil ainda não resolveu como tornar o ensino técnico e profissional mais atrativo e compensador para os jovens. A despeito do relativo sucesso do sistema de educação profissional mantido por entidades empresariais (o chamado sistema S) e do papel de destaque que a rede federal de educação profissional costuma ter entre as instituições públicas atuantes no ensino médio, a matrícula nessa modalidade correspondia, em 2010, a somente 13,6% da matrícula registrada no ensino médio.[3] Mesmo as matrículas nessa modalidade havendo sido multiplicadas por 2,5 entre 2001 e 2010, seu crescimento foi apenas um pouco maior do que o do próprio ensino médio, que expandiu o número de matrículas por 2,2 no mesmo período. Em face da priorização dada pelo governo federal a essa modalidade de ensino,[4] materializada tanto por

3. Cálculos feitos pelos autores a partir dos dados de matrícula disponíveis nos censos da educação básica, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)/Ministério da Educação (MEC).

4. Ver, a esse respeito, Ipea (2010, 2011, 2012).

iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011; o acordo entre o MEC e o Sistema S, celebrado em 2008; e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos últimos dez anos, quanto pelo contínuo crescimento dos gastos públicos federais com essa modalidade da educação em anos recentes, é possível que também a educação profissional, científica e tecnológica contribua para avanços perceptíveis no nível de qualificação dos trabalhadores brasileiros nas décadas por vir.

A perspectiva educacional para os próximos anos, portanto, sugere que a PIA no Brasil apresentará um perfil com nível de escolaridade cada vez maior, devido a uma permanência mais prolongada da população na escola e à expansão nos níveis de ensino médio e superior, bem como em vista das perspectivas de crescimento da educação profissional, científica e tecnológica. O desafio, entretanto, será oferecer aos futuros entrantes no mercado de trabalho uma educação de qualidade. O desempenho de nossos jovens em avaliações de larga escala tem sinalizado que, não obstante alguns avanços observados ao longo do tempo,[5] a força de trabalho brasileira ainda deverá por muito tempo apresentar carências significativas de habilidades e competências demandadas no mundo do trabalho.

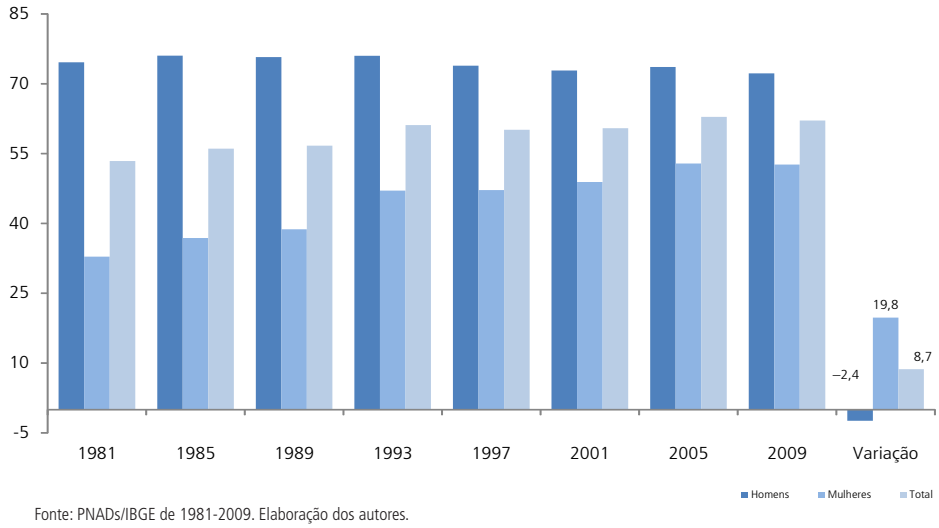
4 O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E A EXPANSÃO DA ESCOLARIDADE ENTRE AS MULHERES

A terceira macrotendência que deverá afetar de maneira decisiva o perfil da mão de obra brasileira nos próximos anos é a tendência de maior destaque da população feminina, devido ao aumento das suas taxas de participação no mercado de trabalho e à ampliação de seu nível de escolaridade acima da média masculina.

A participação das mulheres na atividade econômica tem se intensificado desde a década de 1970 (HOFFMANN; LEONE, 2004), em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização e com mudanças no papel social da mulher (BRUSCHINI, 2007). Os gráficos 5A e 5B apresentam a evolução, entre 1981 e 2009, das taxas de participação por sexo e por sexo e faixas etárias, permitindo perceber a intensidade com a qual a mulher tem adentrado no mercado de trabalho formal brasileiro nesse período.

GRÁFICO 5A

Brasil: evolução da taxa de participação no mercado de trabalho por sexo – 1981-2009

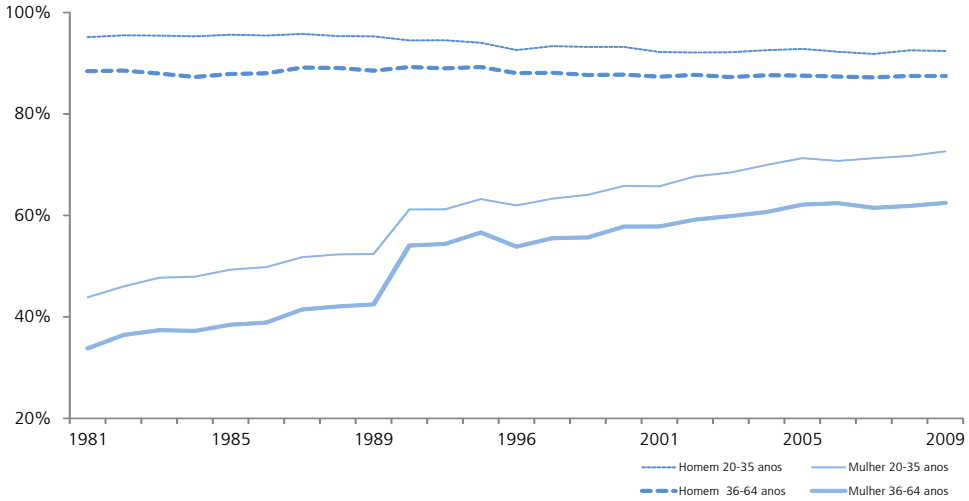


Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

5. Ver, a esse respeito, Soares e Nascimento (2012).

GRÁFICO 5B

Brasil: evolução da taxa de participação no mercado de trabalho por faixas de idade – 1981-2009



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

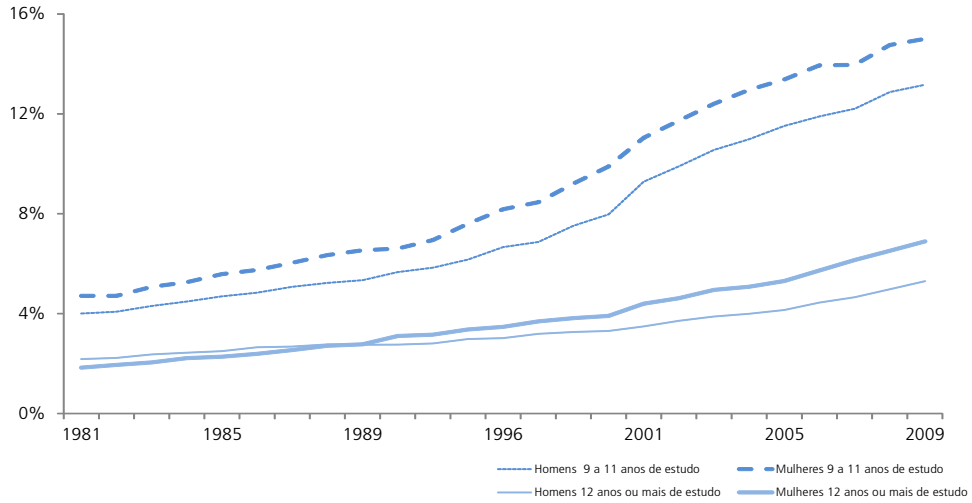
A crescente incorporação das mulheres ao mercado formal de trabalho nas últimas décadas, somada à ainda significativa diferença entre os níveis de participação masculino e feminino, dão indícios de que esse fenômeno parece não ter se esgotado. A taxa de participação feminina saltou de 32,9% para 52,7% no período considerado, o que caracteriza uma mudança expressiva na participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, embora ainda exista um *gap* de quase 20 pontos percentuais (p.p.) em relação ao nível de participação masculina.

Neste cenário, analisar a força de trabalho brasileira segundo idade e sexo também revela diferenças consideráveis entre homens e mulheres. O nível de atividade dos homens no mercado de trabalho por muitos anos foi superior ao das mulheres, independentemente da idade. Contudo, já é possível sentir uma redução dessa desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. O gráfico 5B evidencia ainda a tendência de crescimento da participação feminina durante os últimos 30 anos em diferentes grupos etários. Enquanto a taxa de participação masculina mantém certa estabilidade ao longo do tempo, as mulheres elevam sua participação em todas as idades. Particularmente para as gerações de mulheres mais jovens, com menos de 36 anos de idade, o aumento das suas taxas de participação no mercado de trabalho tem ocorrido de forma mais intensa: ao final de 2009, esse indicador já se apresentava quase 30 p.p. acima do patamar que exibia em 1981.

A força de trabalho brasileira, além da maior participação feminina, tem se mostrado cada vez mais escolarizada, conforme discutido na seção anterior. Maiores níveis de escolaridade têm sido observados em toda a PIA, como já destacado nos gráficos 4A e 4B. Os dados disponíveis pela PNAD sugerem, contudo, que são exatamente as mulheres quem mais têm contribuído para essa maior escolarização da PIA. Porém, vale ressaltar que essa realidade da PIA ainda não se refletiu completamente na população economicamente ativa (PEA), como ilustram os gráficos 6A e 6B.

GRÁFICO 6A

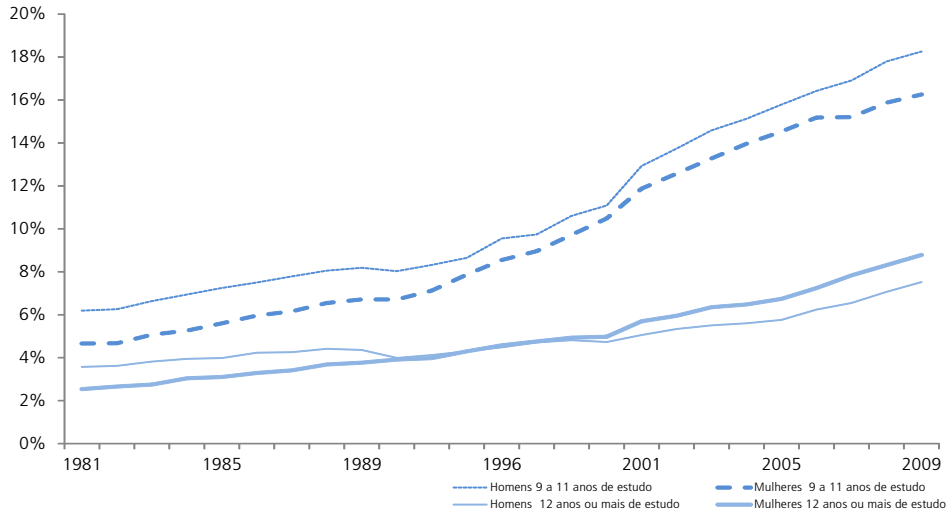
PIA por sexo e anos de estudo – 1981-2009



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6B

PEA por sexo e anos de estudo – 1981-2009



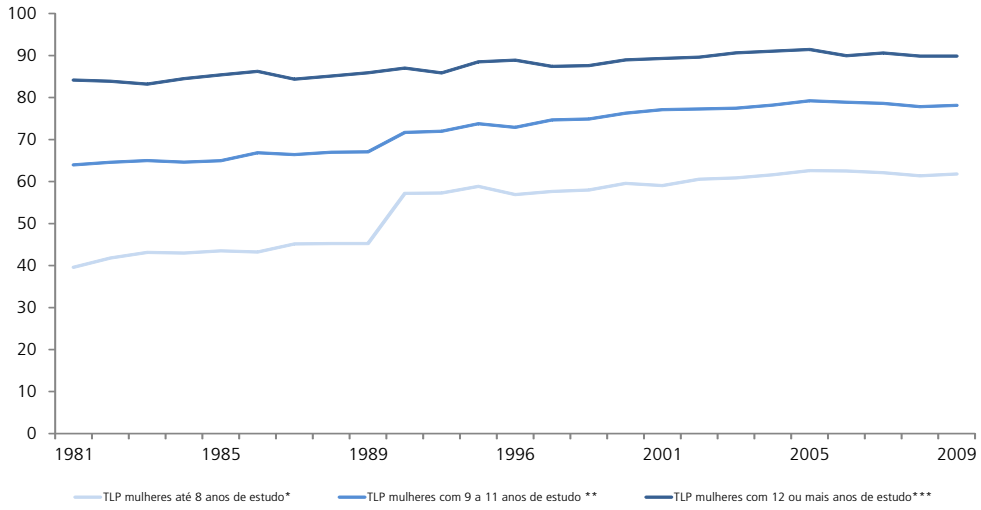
Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

O gráfico 6A indica que, em números absolutos, a quantidade de mulheres já é maior do que a de homens na PIA mais escolarizada (a partir de nove anos de estudo). Entretanto, o gráfico 6B, que plota a PEA, mostra que as mulheres só são maioria na força de trabalho com 12 anos de estudo ou mais. Essa comparação é importante porque é a PEA (e não a PIA) que mais se aproxima da força de trabalho disponível no mercado formal.

Os dados aqui apresentados sugerem, assim, que as mulheres tendem a ser mais escolarizadas do que os homens, mas que, a despeito de virem participando cada vez mais do mercado formal de trabalho, só se constituem em maioria quando o recorte é feito entre trabalhadoras e trabalhadores com curso superior. De fato, como mostrado no gráfico 7, a taxa líquida de participação feminina somente se aproxima da masculina para quem tem 12 anos de estudo ou mais.

GRÁFICO 7

Taxa líquida de participação (TLP) das mulheres por grupo de anos de escolaridade, em número-índice – 1981-2009



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.
Notas: * TLP dos homens até 8 anos de estudo no mesmo ano = 100.
** TLP dos homens com 9 a 11 anos de estudo no mesmo ano = 100.
***TLP dos homens com 12 anos ou + de estudo no mesmo ano = 100.

A partir dos dados aqui apresentados e da interpretação da literatura especializada,[6] é plausível esperar para as próximas décadas um aumento das taxas de participação das mulheres no mercado formal de trabalho, tendência esta que estaria relacionada, principalmente, a uma redução das taxas de fecundidade (SOUZA; RIOS-NETO; QUEIROZ, 2011) e à melhoria do nível educacional das mulheres (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2006). Vale ressaltar, contudo, que, para que isso ocorra, é necessário que as condições econômicas, sociais e culturais sejam propícias a uma entrada ainda mais acentuada da mulher no mercado formal de trabalho. Não obstante, como há um número significativo de mulheres em idade ativa ainda fora da PEA, é de se esperar que ainda haja espaço para que esta cresça pela inclusão desse segmento. Ressalte-se, todavia, que essa maior inclusão tende a se dar entre mulheres com menor escolaridade, uma vez que a taxa de participação entre as mais escolarizadas já se aproxima bastante da taxa de participação masculina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de força de trabalho no Brasil passou por uma série de transformações nas últimas décadas. As alterações paulatinas da estrutura etária brasileira abrem uma janela de oportunidades para a economia nacional nos próximos anos, tendo em vista que o país começa a atravessar um período de maximização da sua PIA – embora a consequência natural seja a reversão desse mesmo fenômeno a partir do momento seguinte, transformando em riscos as oportunidades que ora se abrem. Além da transição demográfica que se configura, destacam-se outras duas macrotendências relevantes para o mercado de trabalho brasileiro.

Em primeiro lugar, a PIA brasileira vem apresentando crescentes níveis de escolaridade. Este fato parece sinalizar que a expansão dos sistemas de ensino nas últimas duas décadas começa a dar frutos. Ademais, a perspectiva que se coloca é que os níveis de escolaridade con-

6. Ver, por exemplo, Wajnman e Rios-Neto (2001), Camarano *et al.* (2006), Souza, Rios-Neto e Queiroz (2011) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

tinuem a se expandir na PIA brasileira, dado que nossos indicadores educacionais ainda exibem significativo atraso em termos de acesso e permanência nos níveis de ensino que vão além do fundamental, bem como no que tange à qualidade da educação disponível em larga escala.

Em segundo lugar, mas não menos importante, percebe-se nos dados da PNAD uma contínua e crescente incorporação da mulher ao mercado formal de trabalho. Caso prossiga a tendência das últimas décadas, a força de trabalho feminina deverá ser a principal responsável pelo crescimento da PEA brasileira nas próximas décadas. Essa perspectiva parece ainda mais factível pelo fato de a participação feminina ainda ser consideravelmente menor do que a masculina em todos os recortes. No entanto, não se pode perder de vista que a diminuição desse *gap* depende de modificações nas condições culturais, econômicas e sociais que ainda limitam uma presença feminina maior em postos de trabalho. Além disso, entre as mulheres mais escolarizadas a diferença de participação no mercado de trabalho em relação aos homens já se mostra pequena. Isto indica que, no futuro, o desafio será incorporar segmentos que demandarão políticas de qualificação eficazes e cujo processo de inclusão costuma, ademais, apresentar barreiras sociais, econômicas e culturais mais pronunciadas.

De todo modo, um possível crescimento da PIA brasileira provavelmente não iria muito além de um horizonte de uma década. Isto faz supor que, a partir da década de 2020, seja de se esperar que:

1) O tamanho total da PIA mostre-se estável, com possível tendência de redução já em algumas regiões do país, o que significaria redução do estoque de mão de obra disponível.

2) A PIA passe a apresentar uma estrutura mais envelhecida (possivelmente com uma permanência maior no mercado de trabalho de pessoas com idades mais avançadas).

3) A força de trabalho disponível apresente maiores níveis de escolaridade, bem como maior experiência.

4) Haja maior participação feminina no mercado formal de trabalho, com as mulheres provavelmente ocupando cargos e postos de trabalho nos quais hoje ainda não se fazem muito presentes.

A conjugação desses fatores, particularmente dos dois primeiros, tende a favorecer um aumento do preço relativo dessa mão de obra, pressionando um aumento da sua produtividade. A baixa qualidade educacional dessa mão de obra, contudo, poderá atuar como limitador desses ganhos de produtividade.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo, 2008.

_____.; VASCONCELOS, D. de S.; CARVALHO, A. A. de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil**: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília, DF: Cepal, Escritório no Brasil/Ipea, 2010 (Nota Técnica Ipea).

ARBACHE, J. Transformação demográfica e competitividade internacional da economia brasileira. **Revista do BNDES**, v. 36, p. 135-392, dez. 2011.

BERENSTEIN, C. K.; WAJNMAN, S. Efeitos da estrutura etária nos gastos com internação no Sistema Único de Saúde: uma análise de decomposição para duas áreas metropolitanas brasileiras. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2.301-2.313, 2008.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil**: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: Cedeplar, 2007 (Nota Técnica Ipea).

_____. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 253-292.

_____. **Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1.326).

CAMARANO, A. A. *et al.* A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação. 2. ed. Brasília, DF: Ipea, 2006. p. 69-118. cap. 2.

CASTRO, C. M.; CASTRO, M. H. M.; LEITE, E. M. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 121-228. cap. 3.

CORBUCCI, P. R. *et al.* Perspectivas para promoção da educação como direito de todos. In: **Perspectivas da Política Social no Brasil**. Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades. Brasília: Ipea, 2010. v. 8, p. 164-189. cap. 4.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

IBGE. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade – 1980-2050**: revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica).

IPEA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 18, p. 115-138, (cap. 5 – Educação), 2010.

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 19, p. 129-164, (cap. 4 – Educação), 2011.

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 20, (cap. 4 – Educação), 2012.

POTTER, J. E. *et al.* Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, p. 283-307, June 2010.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 371-408, 2005.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 41-55, 2006.

SOARES, S. S.; NASCIMENTO, P. A. M. M. Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no PISA. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, abr. 2012.

SOUZA, L. R. de; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 57-79, jun. 2011.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 453-480.

_____.; RIOS-NETO, E. L. Women's participation in the labor market in Brazil: elements for projecting levels and trends. **Brazilian Journal of Population Studies**, v. 2, p. 41, 2001.

WONG, L. L.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

ENVELHECIMENTO E PRODUTIVIDADE*

Romero Rocha**

1 INTRODUÇÃO

A produção econômica total de um país é, tudo o mais constante, determinada pela participação da força de trabalho e da produtividade associada. Uma primeira consequência positiva da transição demográfica é uma parcela maior da população em idade ativa (PIA), com maiores taxas de participação e que, portanto, proporciona uma oportunidade de acelerar o crescimento econômico e aumentar as receitas públicas. Entretanto, à medida que a transição demográfica progride, a parcela da PIA eventualmente começa a cair, a taxa de participação da força de trabalho se torna menor e maior pressão fiscal é gerada, principalmente para apoiar saúde e gastos de previdência social. Quanto mais a razão de dependência dos idosos cresce, mais relevante se torna o comportamento do mercado de trabalho em idades mais avançadas para determinar o tamanho total da população economicamente ativa (PEA).

Geralmente, participação da força de trabalho tem uma relação estreita com aposentadoria. Algumas descobertas empíricas, entretanto, mostram que essas duas medidas são fracamente relacionadas no Brasil. Embora a aposentadoria antecipada seja comum, os indivíduos continuam trabalhando por um bom tempo depois disso, sobretudo no setor informal, não contribuindo para o sistema de seguridade social.

Uma das razões para esse padrão de aposentadoria cedo pode ser o fato de que trabalhadores mais velhos tendem a ter mais problemas de saúde e podem ser menos produtivos que os mais novos. Se os trabalhadores mais velhos são menos produtivos que os mais jovens, empresas podem substituí-los pelos mais novos, proporcionando-lhes a oportunidade de se aposentarem mais cedo, recebendo o benefício de aposentadoria, e algumas vezes, recontratando-os por meio de um contrato informal. No primeiro estudo abordando a relação entre produtividade e idade, Lehman (1953) revelou uma curva de idade criativa mostrando que a produtividade começava a aumentar em ocupações criativas como ciências, artes e atletismo em torno dos 20 anos, atingindo um pico no período entre os 30 e tantos anos até meados dos 40, e começando a declinar depois. Estudos subsequentes apoiaram esta tese, embora tenham acentuado também que o efeito do envelhecimento na produtividade depende da ocupação (SKIRBEKK, 2003). Em ocupações que são mais dependentes de habilidades cognitivas, tais como ocupações científicas, os mais jovens geralmente têm mais vantagem. Mas em ocupações gerenciais, nas quais a experiência é o fator mais importante

* Agradeço ao Banco Mundial pelo financiamento deste estudo, e a Michele Gragnolati e Tito Cordela pelos vários comentários que me fizeram. Todos os erros que permanecerem são de exclusiva responsabilidade minha.

** Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e do Climate Policy Initiative (CPI) do Rio de Janeiro.

para o desempenho no trabalho, trabalhadores mais velhos tendem a render pelo menos tanto quanto seus homólogos mais jovens.

O impacto do envelhecimento da população na produtividade em nível macro não é claro. Sabe-se que é possível aumentar a produtividade por melhorias no conhecimento, estando o aumento intimamente ligado à inovação, por meio de novos métodos de trabalho e tecnologias. Por inovação estar intimamente ligada à criatividade, e por criatividade ser muitas vezes maior entre os membros mais jovens da sociedade, uma parcela maior de trabalhadores mais velhos teria um efeito negativo sobre o crescimento da produtividade (UN, 2007). Entretanto, a teoria do capital humano prevê que as mudanças demográficas como as que o Brasil vem experimentando tendem a resultar em famílias investindo mais no capital humano de suas crianças, o que poderia contribuir para balancear o impacto agregado negativo de uma população mais velha e menos criativa na produtividade. Além disso, uma parcela menor da população jovem faria investimentos públicos em educação e em formação inicial, coletivamente mais baratos, o que, por sua vez, faria com que programas de retreinamento para trabalhadores mais velhos ficassem mais eficientes em melhorar a produtividade da força de trabalho.

Outro possível problema resultante da transição demográfica é o desequilíbrio entre produtividade e custos da força de trabalho. Se, por alguma razão, as empresas pagam salários que aumentam com a senioridade, mesmo com um declínio do perfil idade-produtividade, isto pode resultar em uma fonte de dificuldades importantes em termos de competitividade, rentabilidade, investimentos e todas as outras variáveis relacionadas. Embora a teoria neoclássica preveja que empresas pagam como salário a cada trabalhador sua produtividade marginal, veremos na seção 3 que há contratos de incentivos e razões de legislação para que este padrão não seja observado.

Este artigo apresenta uma discussão de como a produtividade no mercado de trabalho no Brasil iria mudar como resultado da transição demográfica e como esta mudança, por sua vez, afetaria o crescimento econômico e as finanças públicas. Ele se concentra em questões relacionadas com o perfil idade-produtividade, e no hiato de produtividade e salário. Em poucas palavras, as consequências do envelhecimento da população são os seguintes: *i*) a PIA está ficando cada vez menor; e *ii*) a parcela dos indivíduos mais produtivos na força de trabalho também está se tornando menor. Assim, para que a produção total seja mantida, algumas medidas/intervenções são necessárias para aumentar a participação da força de trabalho e/ou produtividade.

O restante do artigo é dividido da seguinte forma: a seção 2 discute o efeito da idade na produtividade da força de trabalho, e consequentemente no seu crescimento; a seção 3 apresenta uma discussão sobre as diferenças entre os perfis de idade-produtividade e idade-salário; e, finalmente, a seção 4 apresenta evidências sobre o efeito do envelhecimento da força de trabalho sobre a produtividade das empresas usando dados das empresas industriais brasileiras.

2 PERFIL IDADE-PRODUTIVIDADE

Um grande conjunto de evidências apoia a ideia de que as habilidades cognitivas declinam a partir de algum estágio da vida adulta. Com base em 91 estudos, os quais investigam como as habilidades mentais se desenvolvem ao longo do ciclo da vida, Verhaegen e Salthouse (1997) concluíram que as habilidades cognitivas (raciocínio, velocidade e memória episódica) decaíram significativamente antes dos 50 anos de idade e mais ainda após esta idade. Os níveis máximos são, em geral, alcançados entre 20 e 40 anos de idade.

Entretanto, nem todos os tipos de habilidades devem decair com a idade. Estes estudos psicométricos mencionados no parágrafo anterior dividem as habilidades entre fluidas e cristalizadas. As primeiras dizem respeito a *performance* e velocidade em resolver tarefas relacionadas a novos materiais e incluem velocidade de percepção e raciocínio. Elas são fortemente reduzidas em idades mais avançadas. Habilidades cristalizadas, como significado verbal e fluência de palavras, até mesmo melhoram com a acumulação de conhecimento e permanecem em alto nível funcional até uma idade mais tardia na vida. Assim, não se deve esperar que o declínio do perfil idade-produtividade seja observado de forma igual em todas as tarefas e trabalhos.

Diversos estudos empíricos têm apoiado estas ideias. A maioria das pesquisas tem mostrado que os trabalhadores mais velhos estão em desvantagem (comparados aos trabalhadores mais jovens) em profissões que utilizam uma série de habilidades cognitivas (como memória, velocidade etc.), mas têm uma vantagem em profissões que exigem habilidades verbais, capacidade de se comunicar ou experiência gerencial. Além disso, trabalhadores mais velhos parecem ser menos produtivos em setores que são mais inovadores, pois eles têm mais dificuldades em fazer ajustes em tais ambientes que mudam rapidamente do que trabalhadores mais jovens (DAVERI; MALIRANTA, 2007).

Além disso, mesmo se acreditarmos que a produtividade individual cai com a idade, não é certo que ela cairá em termos agregados. Blanchet (1992) apontou que uma coisa é observar problemas de produtividade para trabalhadores que estão envelhecendo, mas isto não é suficiente para provar que mudanças plausíveis na proporção dos trabalhadores mais velhos vão transformar este problema individual em um problema macroeconômico significativo. Segundo ele, há um limite para o efeito total da demografia na produtividade em níveis agregados, que não seria de todo desprezível no curto prazo, mas dado que estas mudanças devem ocorrer em um período de tempo muito longo, elas serão facilmente esmagadas por outras fontes potenciais de crescimento da produtividade.

A literatura da análise do efeito da demografia na produtividade em níveis agregados é dividida por artigos que usam observações no nível das empresas e artigos que usam dados macroeconômicos. O primeiro grupo geralmente chega à conclusão de que a produtividade das empresas cai com o aumento da proporção dos trabalhadores mais velhos (seção 3). O segundo grupo analisa o efeito baseado na teoria do crescimento e usa dados *cross-country* com achados controversos. Feyrer (2007) encontra a afirmativa de que a parcela da força de trabalho acima dos 50 anos de idade é negativamente correlacionada com produtividade e crescimento. Usando dados provinciais canadenses, Tang e MacLeod (2006) também mostram que a parcela dos trabalhadores mais velhos é negativamente correlacionada com produtividade e crescimento. Entretanto, usando a mesma metodologia, Lindh e Malmberg (1999) encontram evidências de que uma parcela maior da população entre 50 e 64 anos está relacionada a um maior crescimento.

Finalmente, mesmo tendo em conta a literatura que utiliza estimativas de empresas que encontram efeito negativo entre envelhecimento e produtividade, é importante notar que a demanda relativa por tarefas envolvendo certas habilidades cognitivas pode se deslocar de diferentes maneiras ao longo do tempo. Se a demanda por habilidades interativas, que são relativamente estáveis ao longo do ciclo da vida, aumenta mais que a demanda por aptidão matemática, a qual diminui substancialmente com a idade, o valor da experiência de mercado de trabalho aumentaria e o efeito do envelhecimento na produtividade poderia ser menor que o esperado ou mesmo revertido. Também, em muitos países, incluindo o

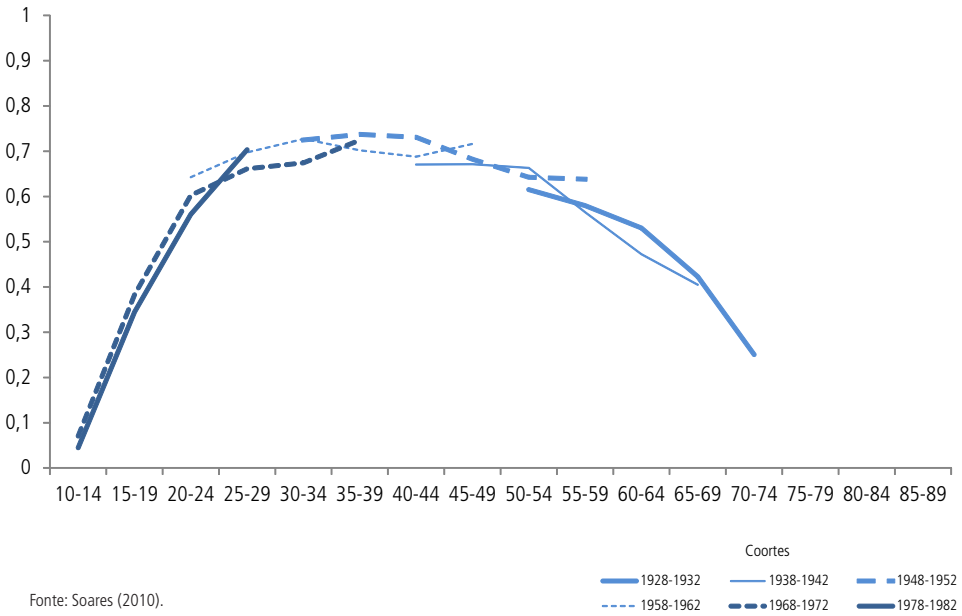
Brasil, a população tem se tornado cada vez mais educada, o que torna o treinamento mais eficiente para evitar a depreciação do capital humano nas idades mais avançadas, como será discutido na próxima seção.

O Brasil não tem muita evidência sobre o perfil idade-produtividade. Muitos artigos fornecem informações sobre o perfil de salário no ciclo da vida mas, como veremos nas próximas seções, nem sempre isto é o mesmo que perfil idade-produtividade. Uma forma de analisar o resultado (produtividade) dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho é apresentar a parcela daqueles empregados no setor formal por idade (gráfico 1). A participação dos trabalhadores mais velhos no setor formal é muito menor que a proporção dos trabalhadores mais jovens, com um pico no grupo etário de 40-44 anos. Será mostrado na seção 3 que o mesmo não acontece com os salários.

Este poderia ser um sinal de que a produtividade dos trabalhadores mais velhos é menor em média do que a produtividade dos mais jovens, embora sejam necessárias evidências mais robustas, as quais serão fornecidas na seção 4. Entretanto, é possível afirmar que o setor informal é muito menos produtivo do que o setor formal, já que tem menos acesso ao mercado de crédito e menor vantagem comparativa para competir por trabalhadores mais qualificados.

GRÁFICO 1

Porcentagem de trabalhadores formais, por idade e coorte de nascimento: apenas trabalhadores assalariados



Fonte: Soares (2010).

3 DIFERENÇA ENTRE SALÁRIOS E PRODUTIVIDADE

A teoria neoclássica da empresa atribui diferenciais nos salários dos trabalhadores aos seus diferenciais de produtividade marginal. O perfil demográfico dos salários segue, portanto, o perfil demográfico da acumulação de capital humano, aumentando nos estágios inicias da carreira e diminuindo juntamente com a depreciação do capital humano (MINCER, 1974). Esta hipótese é baseada em estudos psicométricos empreendidos por cientistas médicos (SKIRBEKK, 2003), aos quais já nos referimos no início do artigo, mostrando que as habilidades cognitivas tendem a se deteriorar com a idade.

Entretanto, muitas hipóteses têm sido propostas para explicar o fato de que o perfil idade-produtividade nem sempre é similar ao perfil idade-salário. Uma das explicações mais importantes é a hipótese de compensação salarial, segundo a qual as empresas podem pagar aos trabalhadores menos que suas produtividades quando eles são jovens e cuja *performance* é difícil de monitorar, e mais quando são velhos, como um mecanismo de incentivo ao esforço (LAZEAR, 1981). Outra explicação importante é oferecida pelos modelos de procura e casamento, segundo os quais a busca do mercado de trabalho, por aumentar a chance de encontrar uma boa combinação emprego-trabalhador, também pode implicar ganhos de salários crescentes com a experiência, em paralelo a efeitos constantes ou negativos da experiência na produtividade (MANNING, 2000). Em outras palavras, empregadores podem usar salários como um sinal para atrair bons trabalhadores, oferecendo um prêmio experiência-salário.

Muitos autores têm calculado os efeitos das características da força de trabalho na produtividade e os salários usando dados de empregado-empregador no nível da empresa ou da planta (em muitos casos os conjuntos de dados do empregado são pesquisas demográficas ligadas à empresa ou dados de nível de planta). Os trabalhos de Hellerstein e Neumark (1995) e Hellertein, Neumark e Troske (1999) são particularmente importantes. O primeiro, usando dados de empresas israelenses, mostra que os perfis de idade-rendimento e de idade-produtividade são bastante semelhantes. O segundo mostra resultados semelhantes usando dados dos Estados Unidos. Esses estudos concluem que salários são, de maneira geral, baseados na produtividade e que o perfil de salários por idade é consistente com a hipótese de capital humano. Entretanto, usando outro conjunto de dados dos Estados Unidos, eles acharam que perfil salarial por idade é mais inclinado que perfil de produtividade, o que pode ser interpretado como evidência apoiando a hipótese de compensação salarial.

Muitas outras investigações chegam a essa última conclusão. Crépon, Deniau e Pérez-Duarte (2002) usam dados franceses e concluem que a relação entre produtividade e idade segue a forma de um U invertido, porém salários crescem com a idade. Usando dados finlandeses, Ilmakunnas e Maliranta (2007) concluem que as empresas lucram demitindo empregados mais velhos (mais de 49 anos) em todos os setores e contratando empregados mais novos (menos de 30 anos) no setor industrial. Daveri e Maliranta (2007) separam os efeitos da idade e da senioridade na produtividade. Eles argumentam que a pessoa que passa toda a sua vida em um mesmo trabalho adquire apenas aprendizagem específica associada a este trabalho. Então, o efeito da senioridade (tempo que um trabalhador gasta no mesmo trabalho) seria um efeito da acumulação de capital humano específico. O efeito da idade, por sua vez, seria um efeito de acumulação de capital humano em geral, pois, passando por diversas empresas, os trabalhadores adquirem conhecimentos gerais. A hipótese deles é a de que apenas a senioridade tem efeito negativo na produtividade em setores caracterizados pela rápida inovação tecnológica. Na verdade, eles acharam que senioridade, como *proxy* para experiência específica, teve um efeito negativo na produtividade total dos fatores no setor eletrônico (ou seja, um setor altamente tecnológico na Finlândia nos anos 1990) e um efeito positivo nos salários. Ao mesmo tempo, idade, uma *proxy* para experiência em geral, não teve um efeito negativo em produtividade.

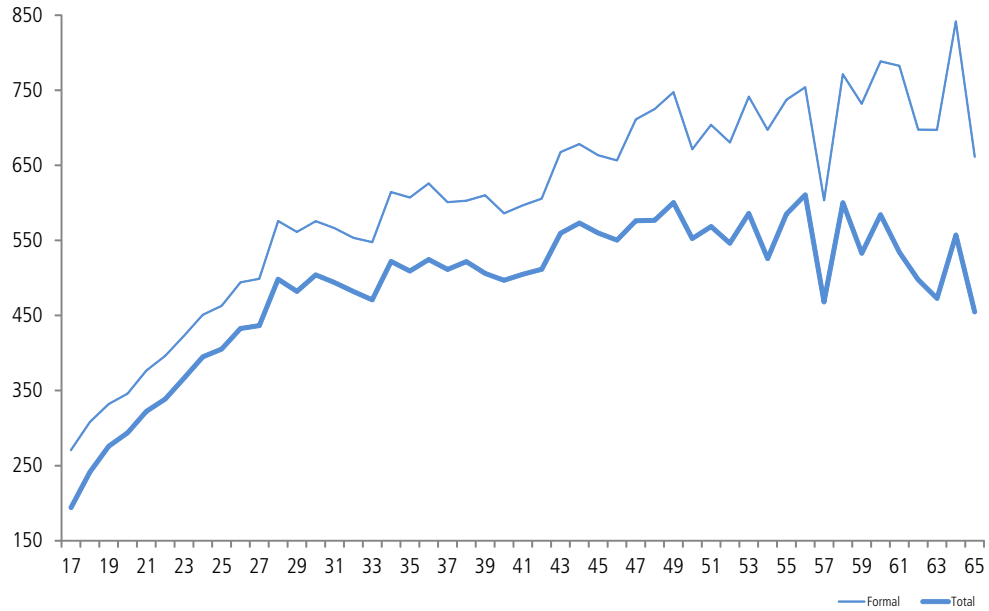
Dostie (2006) usa dados canadenses, e seus resultados mostram a forma do U invertido para os perfis de idade-salário e idade-produtividade. Comparações salário-produtividade mostram que a produtividade dos trabalhadores de 50 anos ou mais com pelo menos um diploma é menor que seus salários. Finalmente, Vandenberghe e Waltenberg (2010) usam dados belgas e seus resultados indicam um diferencial negativo de produtividade dos trabalhadores mais

velhos que vão de 20% a 40%, quando comparados com trabalhadores na idade adulta. Esses diferenciais na produtividade não são compensados por menores custos de trabalho relativo.

Blanchet (1992) afirma que não é claro o efeito do envelhecimento da força de trabalho na produtividade agregada, mas se considerarmos que a produtividade permanece estável enquanto os salários aumentam com a senioridade, isto pode ser uma fonte de dificuldades importantes em termos de competitividade, rentabilidade, investimentos e outras variáveis relacionadas. Ele também calcula o ajuste necessário para evitar o desequilíbrio crescente entre produtividade e custos do trabalho e mostra que não é muito alto. No entanto, o Brasil tem uma legislação regulatória proibindo este tipo de ajuste, e o resultado do desequilíbrio poderia ser um acordo entre a empresa e o trabalhador para aposentadoria antecipada obrigatória, da qual resultam problemas para o sistema público de financiamento da previdência social.

Evidência brasileira do perfil idade-salário mostra que os salários para trabalhadores empregados em sua ocupação principal não cai antes dos 65 anos. Parece que os salários permanecem estáveis entre 45 e 65 anos. O gráfico 2 mostra os salários mensais na ocupação principal por idade usando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora uma pequena queda possa ser observada quando todos os trabalhadores são considerados, o mesmo não é observado quando apenas empregados formais são mantidos na amostra. Para trabalhadores formais, os salários permanecem estáveis entre 45 e 65 anos.

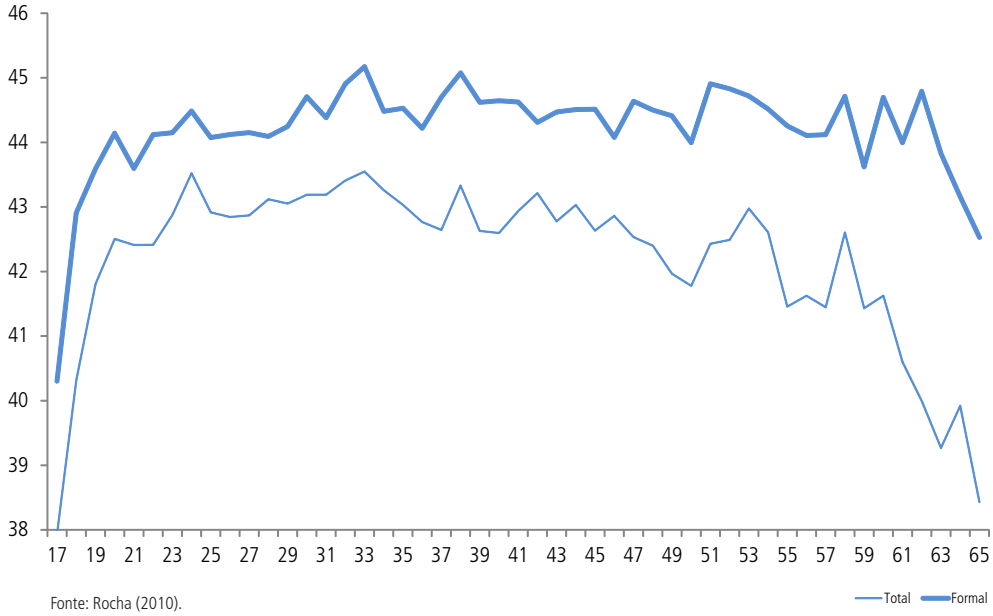
GRÁFICO 2
Salários mensais por setor: ocupação principal – 2008



Fonte: Rocha (2010).

Portanto, parece que no Brasil os salários não seguem a hipótese do capital humano, pelo menos antes dos 65 anos de idade, ou seja, a depreciação do capital humano não é seguida por uma diminuição dos salários entre 45 e 65 anos. O gráfico 3 apresenta a distribuição etária de horas trabalhadas, tanto para todos os trabalhadores como para os trabalhadores formais apenas. A queda das horas trabalhadas é muito mais proeminente para todos os trabalhadores do que para os empregados formais. Claramente, a legislação brasileira estabelece regras mais rígidas de horas trabalhadas para o setor formal.

GRÁFICO 3
Horas trabalhadas por setor: ocupação principal – 2008



Fonte: Rocha (2010).

4 IDADE, PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS: NOVAS EVIDÊNCIAS DE EMPRESAS BRASILEIRAS[1]

Se produtividade é negativamente relacionada com idade, então o processo de envelhecimento da população poderia colocar uma fração maior de trabalhadores longe de seu pico produtivo e, portanto, afetar negativamente a taxa de crescimento. Ao mesmo tempo, se empresas pagam uma remuneração por idade (como esperado, de acordo com a hipótese da compensação salarial), é possível que empresas conluiem com funcionários para que estes escolham se aposentar precocemente, o que também pode afetar poupança e crescimento.

Para identificar o efeito de idade e experiência nos salários e produtividade, Rocha (2010) usa regressões no nível da empresa para empresas industriais com mais de 30 funcionários com carteira assinada, com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA)/IBGE de 1996 a 2007. Essas bases de dados possuem informações como receita, investimento e número de funcionários das empresas. Estas informações são mescladas com dados de funcionários oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que possui informações sobre as características de todos os funcionários empregados no setor formal, tais como sexo, idade, ocupação etc. A metodologia está explicada no anexo.

Os primeiros resultados se encontram na tabela 1. As primeiras quatro colunas representam o efeito de cada variável na produtividade. Claramente, a produtividade de uma empresa se reduz com a idade e a senioridade. As últimas quatro colunas representam o efeito de cada variável no salário. Os salários aumentam fortemente com a senioridade, mas se mantêm constantes com a idade. Esse resultado é consistente com a hipótese da compensação salarial. Aparentemente, empresas no Brasil pagam menos do que a produtividade marginal para trabalhadores jovens, mas compensam com salários maiores no futuro, principalmente se os trabalhadores continuarem na mesma empresa (senioridade mais alta).

1. Esta seção é baseada em Rocha (2010).

TABELA 1
Efeito de idade e experiência em produtividade e salários

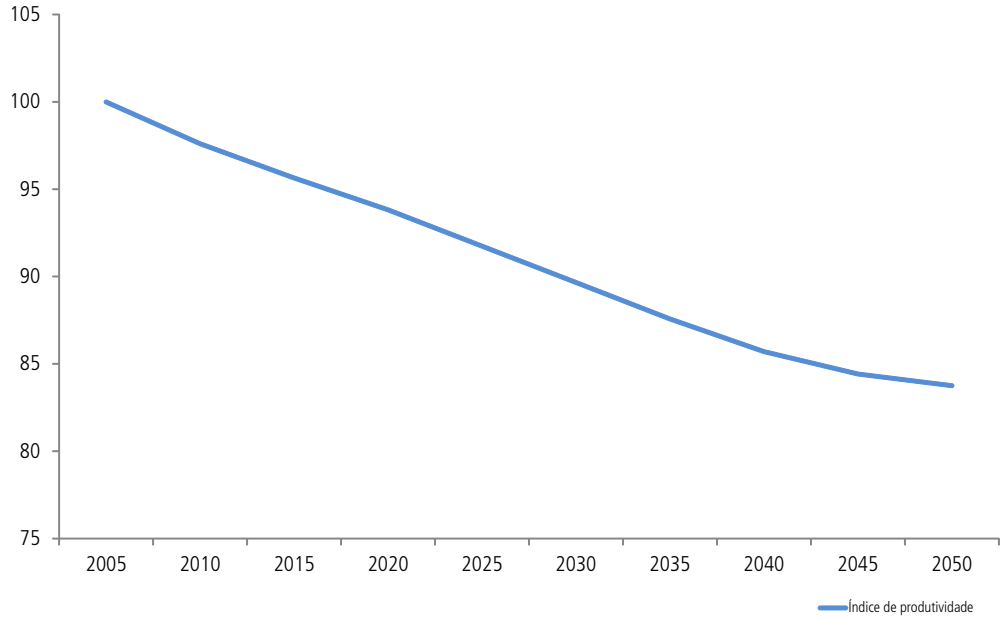
Parâmetros	Produtividade				Salários			
	Estimativa	EP approx[1]	Estat t	Approx Pr > |t[2]|	Estimativa	EP approx	Estat t[3]	Approx Pr > |t|
Tamanho da força de trabalho	0.52	0.00	104.75	<.0001				
Ensino médio	0.17	0.01	17.31	<.0001	0.02	0.00	4.42	<.0001
Ensino superior	0.45	0.02	18.09	<.0001	0.49	0.01	35.33	<.0001
15-24	0.54	0.02	25.18	<.0001	–0.27	0.02	–13.46	<.0001
25-34	0.43	0.02	19.74	<.0001	0.01	0.02	0.29	0.77
45-64	–0.35	0.03	–12.65	<.0001	0.02	0.03	0.63	0.53
Sênior	–0.48	0.02	–22.59	<.0001	0.12	0.01	7.94	<.0001
Homem	0.23	0.02	10.86	<.0001	0.11	0.01	15.15	<.0001

Fonte: Rocha (2010).

Notas: [1] EP Approx = erro-padrão aproximado.
[2] Approx Pr > |*t*|= valor-p.
[3] Estat t = estatística t.

Como devemos interpretar estes resultados? Para melhor entender o efeito do envelhecimento da força de trabalho na produtividade, Rocha (2010) se utiliza de um simples exercício assumindo que o perfil demográfico do Brasil muda de acordo com as projeções populacionais feitas pelo IBGE em 2008, com todo o resto se mantendo constante. Utilizando os coeficientes estimados acima e considerando o índice de produtividade de 2005 igual a 100, temos os resultados indicados no gráfico 4. A produtividade de empresas industriais brasileiras deveria ser reduzida pela situação demográfica em 16% entre 2005 e 2050, todo o resto constante.

GRÁFICO 4
Produtivitade das empresas industriais brasileiras



Fonte: Rocha (2010).

As estimativas da tabela 1 demonstram que a produtividade aumenta com a educação. A média de anos de estudo no Brasil tem aumentando rapidamente durante as últimas duas décadas

(WORLD BANK, 2010). Usando como referência a distribuição educacional de países médios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assumindo que o Brasil atingiria esta mesma distribuição educacional em 2050 e utilizando os coeficientes da tabela 1, Rocha (2010) conclui que a produtividade das empresas industriais brasileiras deve aumentar 9% entre 2005 e 2050 devido à mudança na estrutura educacional, que poderia parcialmente compensar as mudanças demográficas. Além disso, o coeficiente dos trabalhadores mais idosos pode variar com mudanças na demanda relativa por empregos que envolvam "habilidades interativas" como mencionado na seção 2 e, principalmente, com a mudança na educação da população, que torna o treinamento mais eficiente, evitando a depreciação do capital humano para idades maiores. Logo, o efeito da demografia na produtividade depende do nível de educação nos primeiros estágios, tornando ainda mais importante prover educação de qualidade para todos.

Concluindo, os resultados demonstram que, no setor industrial brasileiro, o salário aumenta com a idade e a produtividade decai. Nesse caso, o envelhecimento da força de trabalho é um fardo para as empresas, pelo menos no curto prazo. Além das explicações oriundas da hipótese da compensação, outro possível motivo para este fenômeno é a legislação que impõe restrições na possibilidade de reduzir salários de funcionários que estão na mesma empresa há muito tempo, o que a obriga a pagar altas multas no caso de demissão. Sob estas condições, demitir funcionários quando estes se tornam menos produtivos é muito custoso.

Como visto na seção anterior, estes resultados são consistentes para países europeus. Eles indicam que o envelhecimento da força de trabalho pode se tornar uma carga para as empresas, pois estas devem pagar salários maiores que a produtividade marginal para funcionários mais idosos. Isso pode criar incentivos para empresas e trabalhadores adiantarem a aposentadoria. Quanto maior for o envelhecimento da força de trabalho, maior será este incentivo, pois as empresas terão uma proporção maior de trabalhadores idosos. Apesar da possibilidade de as empresas alterarem as formas de incentivo e do caráter dinâmico dos contratos, dados de países desenvolvidos nos levam a crer que empresas continuam a pagar salários baseados na senioridade, mesmo após a transição demográfica estar completa (LAZEAR; EDWARD, 1990; LEE; MANSON; LEE, 2004). Uma possível solução para reduzir o peso de uma mão de obra envelhecida seria adotar a aposentadoria obrigatória. Muitos funcionários seriam obrigados a se aposentar e empresas poderiam reempregá-los de forma informal, com salários menores e sem obrigações de seguro social. Esta evidência está em linha com a realidade observada no Brasil.

Como trabalhadores continuam a envelhecer em muitos países de renda média e alta, o perfil etário da força de trabalho irá se distanciar de exibir uma alta proporção de trabalhadores com produtividade ótima. Tal cenário sugere que essas economias precisarão aumentar o crescimento da produtividade do trabalho, o que requer um aumento substancial em *broad capital investments*, em outras palavras, capital humano, capital intangível (pesquisa e desenvolvimento) e capital físico (UN, 2007). Uma força de trabalho envelhecida pode melhorar investimentos em capital humano e no mínimo compensar parcialmente o efeito da diminuição de produtividade associada a ela. Em países menos desenvolvidos, entretanto, a maioria das políticas ainda busca aumentar a produtividade do setor informal, tradicionalmente de baixa especialização, mas de grande importância em economias emergentes e em desenvolvimento (incluindo o Brasil). Neste contexto, investimentos em capital humano e infraestrutura no Brasil são bastante importantes para aumentar a produtividade como um todo.

Além disso, melhor acesso à tecnologia e à criação de uma interação na cadeia de oferta entre os setores formal e informal pode melhorar as habilidades dos trabalhadores e por fim levar a uma taxa maior de crescimento geral de produtividade (ILO, 2004).

Para concluir, neste artigo foi demonstrado que impactos negativos do envelhecimento da população na produtividade no nível da empresa industrial devem ser esperados. Isso pode acarretar impactos negativos na produção econômica agregada (entretanto, evidências são ambíguas), pois uma maior proporção da força de trabalho estaria longe da sua produtividade ótima. Para compensar estes efeitos negativos, algumas políticas tradicionais são recomendadas. As mudanças demográficas atuais no Brasil deverão resultar em um aumento no investimento de capital humano e, consequentemente, em melhorias na produtividade do trabalho. Além disso, melhor qualidade de educação primária, aliada a investimentos efetivos em treinamento de funcionários mais velhos podem ajudar o Brasil a aumentar ainda mais sua produtividade, mesmo enquanto a população envelhece.

REFERÊNCIAS

ACKERBERG, D.; CAVES, K.; FRAZER, G. **Structural identification of production functions**. University of Arizona: UCLA; University of Toronto, 2003 (Working Paper).

AUBERT, P.; CRÉPON, B. Âge, salaire et productivité: la productivité des salariés décline-t-elle en fin de carrière? **Économie et Statistique**, n. 368, p. 95-119, 2003.

BLANCHET, D. Does an ageing labour force call for large adjustments in training or wage policies? In: JOHNSON, P.; ZIMMERMANN, K. F. (Ed.). **Labor markets in an ageing Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BLUNDELL, R.; BOND, S. **GMM estimation with persistent panel data**: an application to production functions. Institute for Fiscal Studies, 1999 (IFS Working Papers, W99/04).

BOBONIS, G. J.; MIGUEL, E.; PURI-SHARMA, C. Anemia and school participation. **Journal of human resources**, v. XLI, n. 4, p. 692-721, 2006.

BOND, S.; SODERBORN, M. **Adjustment costs and the identification of Cobb-Douglas production functions**. Institute for Fiscal Studies, 2005 (Working Paper, 05/04).

CARDOSO, L. C.; FAÇANHA, L. O.; MARINHO, A. **Avaliação de programas sociais (PNAE, PLANFOR, PROGER)**: eficiência relativa e esquemas de incentivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para Discussão, n. 859).

CRÉPON, B.; DENIAU, N.; PÉREZ-DUARTE, S. **Wages, productivity, and worker characteristics**: a french perspective. Institut National de la Statistique et des Etudes Économiques, 2002 (Serie des Documents de Travail du CREST).

DAVERI, F.; MALIRANTA, M. Age, seniority and labor costs. **Economic Policy**, v. 22, n. 1, p. 117-175, 2007.

DOSTIE, B. **Wages, productivity and aging**. Bonn, Germany, 2006 (IZA Discussion Paper, n. 2.496).

FEYRER, J. Demographics and productivity. **The Review of Economics and Statistics**, v. 89, n. 1, p. 100-109, 2007.

GORODNICHENKO, Y. **Using firm optimization to evaluate and estimate returns to scale**. University of Michigan, 2006 (Working Paper).

GRILICHES, Z.; MAIRESSE, J. Production functions: the search for identification. In: STROM, S. (Ed.). **Econometrics and economic theory in twentieth century**: the ragnar frisch centennial symposium. Cambridge University Press, 1998. p. 169-203.

HELLERSTEIN, J. K.; NEUMARK, D. Are earnings profiles steeper than productivity profiles? **Journal of Human Resources**, v. 30, n. 1, p. 89, 1995.

_____.; _____.; TROSKE, K. R. Wages, productivity and worker characteristics: evidence from plant-level production functions and wage equations. **Journal of Labor Economics**, v. 17, n. 3, p. 409-446, 1999.

ILMAKUNNAS, P.; MALIRANTA, M. **Aging, labor turnover, and firm performance**. Helsinki, Finland, 2007 (HEER Discussion Paper, n. 164).

ILO – International Labour Organization. **World employment report 2004-05**: employment, productivity and poverty reduction. Geneva: ILO, Dec. 2004.

LAZEAR, E. P. Agency, earnings profiles, productivity and hours restrictions. **American Economic Review**, v. 71, n. 4, p. 606-20, 1981.

_____.; EDWARD, P. **Adjusting to an aging labor force**. NBER Chapters, in: Issues in the Economics of Aging. p. 287-316. National Bureau of Economic Research, 1990.

LEE, R.; A. MANSON; LEE, S.-H. **Individual earnings and consumption profiles**: what do we know? Symposium on Population Aging and Economic Productivity. Vienna Institute of Demography. Dec. 2004.

LEHMAN, H. C. **Age and achievement**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1953.

LEVINSOHN, J.; PETRIN, A. Estimating production function using inputs to control for unobservables. **Review of Economic Studies**, v. 70, n. 2, p. 317-342, 2003.

LINDH, T.; MALMBERG, B. Age structure effects and growth in the OECD, 1950-90. **Journal of Population Economics**, v. 12, n. 3, p. 431-449, 1999.

MANNING, A. Moving on up: interpreting the earning-experience profile. **Bulletin of Economic Research**, v. 52, p. 261-95, 2000.

MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

OLLEY, G.; PAKES, A. The dynamics of productivity in the telecommunications equipment industry. **Econometrica**, n. 64, p. 1.263-1.297, 1996.

ROCHA, R. C. B. **Aging labor force, productivity and wages**. Background paper prepared for the Workshop on Aging in Brazil, World Bank, Brasilia. Apri. 2010.

SKIRBEKK, V. **Age and individual productivity**: a literature survey. MPIDR, 2003 (Working Paper, n. 2003-028).

TANG, J.; MACLEOD, C. Labor force ageing and productivity performance in Canada. **Canadian Journal of Economics**, v. 39, n. 2, p. 582-602, 2006.

UN – United Nations. **Development in an ageing world**. World Economic and Social Survey 2007. E/2007/50/Rev.1, ST/ESA/314. United Nations publication, Sales No. E.07.II.C.1. New York, 2007.

VANDENBERGHE, V.; WALTENBERG, F. **Ageing workforce, productivity and labour costs of Belgian firms**. 2010. Mimeografado.

VERHAEGEN, P.; SALTHOUSE, T. A. Meta-analyses of age-cognition relations in adulthood. Estimates of linear and nonlinear age effects and structural models. **Psychological Bulletin**, v. 122, n. 3, p. 231-249, 1997.

WORLD BANK. **Achieving world class education in Brazil**: the next agenda, Latin America and the Caribbean Region, 2010.

ANEXO

CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO, PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS

Para calcular o impacto do envelhecimento da força de trabalho na produtividade e nos salários, Rocha (2010) segue a metodologia de Hellerstein, Neumark e Troske (1999), na qual é enfatizada a importância da qualidade do trabalho para calcular funções de produção. A função de produção é uma versão econométrica de funções Cobb-Douglas de produção:

$$\log Y_{it} = \alpha \log L_{it}^{A} + \beta \log K_{it} + \gamma F + u_{it} \quad (1)$$

onde Y é o valor adicionado pela empresa i no período t; L^A é uma função agregada de diferentes tipos de trabalhadores; K é o estoque de capital; F é a matriz de características que são escolhidas para tornar a especificação em (1) o mais comparável possível com a especificação da equação de salário; e u, o termo de erro. A variável-chave da estimação desta função de produção é a qualidade agregada do trabalho. Seja L_{itk} o número de trabalhadores do tipo k na empresa i no tempo t e λ_k sua produtividade. Consideramos que diferentes tipos de trabalhadores são substitutos perfeitos, mas podem possuir produtividades marginais diferentes. Essa função pode ser especificada como:

$$L_{it}^{A} = \sum_{k=0}^{K} \lambda_k L_{itk} = \lambda_{i0} L_{it} + \sum_{k=1}^{K} (\lambda_{it} - \lambda_{i0}) L_{itk} \quad (2)$$

onde L_{it} é o número total de trabalhadores na empresa; λ_0, a produtividade da categoria de referência dos trabalhadores; e $\lambda_{k,}$ a produtividade do trabalhador do tipo k. Usando sexo como um exemplo, se o grupo de trabalhadores homens é escolhido como referência, e sua produtividade normalizada para 1, a produtividade relativa do grupo de trabalhadores mulheres é medido pelo parâmetro ϕ_F. O aumento de produtividade quando mudamos do grupo de referência para o grupo de mulheres é, portanto, $\phi_F - 1$. No caso geral de K tipos de trabalhadores, é possível reescrever a equação (2) como:

$$\log L_{it}^{A} = \log \lambda_0 + \log L_{it} + \log(1 + \sum_{k=1}^{K} (\frac{\lambda_k}{\lambda_0} - 1) P_{ikt}) \quad (3)$$

onde P_{ikt} é a razão entre o número de funcionários do tipo k sobre o número total de trabalhadores e $\frac{\lambda_k}{\lambda_0} = \phi_k$. Para reduzir o problema da dimensão, duas restrições são impostas na forma de L^A. Primeiro, produtos marginais relativos entre dois tipos de trabalhadores dentro de um mesmo grupo demográfico são restringidos para se equivalerem com os produtos marginais relativos dos dois mesmos tipos de trabalhadores dentro de outro grupo demográfico. Por exemplo, a produtividade marginal relativa de mulheres mais idosas em relação a homens mais idosos é restringida para ser igual à produtividade marginal relativa

(continua)

(continuação)

de homens jovens em relação a mulheres jovens. De forma semelhante, as diferenças em produtividades marginais de senioridade são restringidas para serem iguais para ambos os sexos. Segundo, a proporção de trabalhadores em um estabelecimento definido por um grupo demográfico é constante para todos os outros grupos; por exemplo, mulheres são restringidas a serem igualmente representadas em todos os níveis educacionais, grupos de senioridade, grupos etários etc. Para simplificar a estimação, uma aproximação da equação (3) pode ser usada e o resultado é a seguinte função de qualidade agregada de trabalho:

$$\log L_{it}^{A} \approx \log \lambda_0 + \log L_{it} + \sum\nolimits_{k>0} (\phi_k - 1) P_{ikt} \tag{4}$$

Se substituirmos a equação (4) na equação (2), a função de produtividade deve ser escrita como:

$$\log Y_{it} = \alpha \log \lambda_0 + \alpha \log L_{it} + \alpha \sum_{k=1}^{K} (\phi_k - 1) P_{ikt} + \beta \log K_{it} + \gamma F_{it} + u_{it} \tag{5}$$

Rocha (2010) segue Ilmakunnas e Maliranta (2005) e divide as características dos trabalhadores em educação [0 a 8 (Educação Primária), 9 a 11 (Secundária), 12 ou mais (Universitária) anos de estudo]; idade [15 a 24 (Idade1), 25 a 34 (Idade2), 35 a 44 (Idade3), 45 a 64 (Idade4)], senioridade [menos de 10 anos na empresa (Novo), mais de 10 anos na empresa (Senior)], e sexo (Homem e Mulher). A ideia é que senioridade é um indicador de uma acumulação de capital humano específico e idade por si só é um indicador de acumulação de capital geral. Portanto, o efeito de cada tipo de acumulação de capital na produtividade do trabalho e salário pode ser mensurada. A equação salarial é estimada de forma similar:

$$\mathrm{Ln}(w) = a' + \ln L_{it} + \sum_{k=1}^{K} \left(\frac{\pi_k}{\pi_0} - 1\right) P_{ikt} \tag{6}$$

onde $\frac{\pi_k}{\pi_0}$ é o diferencial de custo de trabalho anual entre o trabalhador do tipo k e o tipo 0. Portanto, estimando simultaneamente as equações (4) e (5) através de uma regressão SUR, é possível testar se diferenças de salários entre trabalhadores em grupos demográficos diferentes refletem diferentes níveis de produtividade entre estes grupos. O primeiro problema econométrico neste tipo de regressão é que há heterogeneidade não observada entre empresas. É possível que empresas possuam características não observáveis que não variam no tempo correlacionadas com as variáveis independentes e que tenham influência nos resultados de produtividade. Para controlar este tipo de efeito adicionamos controles de efeitos fixos no nível da empresa na função de produção (também na equação do salário).

O segundo problema econométrico é o viés de endogeneidade. Empresas podem se ajustar de acordo com choques de produtividade que são correlacionados com a estrutura etária e outras características demográficas dos trabalhadores (GRILICHES; MAIRESSE, 1998). Por exemplo, empresas podem ajustar suas forças de trabalho como resposta a um choque de inovação (tecnológico ou gerencial) contratando mais trabalhadores para aquela

(continua)

(continuação)

área específica. Portanto, se o choque é uma inovação tecnológica, empresas tendem a aumentar a proporção de trabalhadores jovens, e um choque positivo de produtividade será correlacionado com a proporção de trabalhadores jovens somente porque esta atividade possui uma vantagem comparativa. Por outro lado, se o choque for gerencial, que dependa da capacidade de comunicação, por exemplo, talvez empresas se tornem mais propensas a contratar trabalhadores mais velhos, e uma proporção de funcionários mais velhos estará positivamente correlacionada com produtividade somente porque existe alguma vantagem comparativa.

Para evitar esse tipo de endogeneidade, alguns métodos econométricos podem ser utilizados. A estratégia mais famosa é utilizar o Método dos Momentos Generalizados (MMG), como proposto por Blundell e Bond (1999). A estratégia é usar características demográficas defasadas para controlar a simultaneidade do curto prazo. Esta ideia foi utilizada por Aubert e Crépon (2003), que descobrem que quando levamos em consideração choques de produtividade não observáveis, os resultados do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) de Crépon, Deniau e Pérez-Duarte (2003) são invertidos. Entretanto, Gorodnichenko (2006) demonstra que o estimador de Blundell e Bond é, em geral, fracamente identificado. O problema é que os resultados dependem muito das escolhas de especificações, pois as defasagens e instrumentos utilizados pelos autores são fracos demais para explicar as variáveis endógenas (VANDENBERGHE; WALTENBERG, 2010).

Outro método utilizado primeiro por Hellerstein, Neumark e Troske (1999) e formalizada por Levinsohn e Petrin (2003) será o método usado. As empresas ajustam primeiro os insumos intermediários como resposta ao choque de produtividade, antes de ajustar os outros insumos. Portanto, é possível inverter a demanda por capital e materiais para inferir um valor para o choque de produtividade não observável. O choque estimado é usado como um regressor na função de produção. Esse método considera que a função inversa é não estocástica. Outras estimações foram sugeridas por Ackerberg, Caves e Frazer (2003) e Olley e Pakes (1996), baseados na mesma suposição. Se essa suposição é violada, a estimação será viesada (BOND; SODERBORN, 2005; ACKERBERG; CAVES; FRAZER, 2003). Entretanto, Gorodnichenko (2006) providencia um Teste de Monte Carlo que demonstra que o estimador LP é menos viesado que o estimador de MQO, no caso de estimação com retornos de escala.

Por último, a matriz de variância-covariância de Huber-White é calculada para tornar a estimação robusta a erros heterocedásticos.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Daniel Francisco Nagao Menezes

A EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO
Katia T. P. da Silva
Rodrigo Ramiro

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA
Clara Marinho Pereira

INTRODUÇÃO

A seção Economia Solidária e Políticas Públicas, do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, segue com a publicação de estudos da comunidade em geral, recebidos por meio de chamada pública de artigos, realizada no início de 2012.

Para este número, três textos foram selecionados. Eles tratam, de maneira geral, de diversos aspectos que dizem respeito à inserção de empreendimentos solidários em cadeias produtivas, bem como sobre os desafios que esses empreendimentos se defrontam na busca de geração de trabalho e renda aos seus associados.

Abrindo a seção, o artigo de Daniel Francisco Nagao Menezes, denominado *A Economia Solidária na Lei de Resíduos Sólidos*, traz à luz uma relevante discussão acerca do incentivo legal à criação de cooperativas populares, dado pela Lei nº 12.305/2010 (Lei dos Resíduos Sólidos). Essa lei define obrigações tanto para o poder público como para os grandes geradores privados a destinarem seus resíduos sólidos para cooperativas locais. De acordo com o autor, a implementação dessa lei traz alterações importantes, já que confere aos municípios competência para criar suas políticas locais de manejo dos resíduos sólidos, inclusive com o apoio a cooperativas e associações de catadores no intuito de gerar trabalho e renda às famílias envolvidas.

O segundo texto, de Katia T. P. da Silva e Rodrigo Ramiro, versa sobre *A Experiência de Incubação de Cooperativas Populares na Cadeia Produtiva do Turismo no Nordeste Brasileiro*. Os autores relatam sobre sua experiência de fomento a grupos econômicos, com base nos princípios da economia solidária, em um projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coppe/UFRJ), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur) e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O público-alvo da ação relatada constitui-se de trabalhadores das atividades vinculadas com a cadeia produtiva do turismo, podendo ser ou não organizadas sob a forma de empreendimentos associativos. Por fim, esse trabalho traz reflexões interessantes quanto às possibilidades de apoio e fomento a empreendimentos coletivos.

O terceiro e último texto é de Clara Marinho Pereira, intitulado *Economia Solidária: uma investigação empírica*. Nesse artigo, a autora se utiliza da base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), com informações coletadas de empreendimentos solidários de todo o Brasil, para verificar "até que ponto os processos coletivos dos EES [Empreendimentos Econômicos Solidários] determinam o seu êxito econômico e respectivo engajamento na luta contra problemáticas públicas". Para responder a essa questão, a autora analisa informações quanto ao excedente mensal dos empreendimentos, características da ocupação e dos rendimentos dos associados, e realiza uma análise estatística para detectar o impacto de diferentes categorias de variáveis (regionais, sociais, organizacionais, políticas etc.) na determinação dos rendimentos geradores de excedente nos empreendimentos. Com isso, chega-se a resultados importantes que assinalam diferentes fatores, caracterizando as múltiplas desigualdades entre os empreendimentos solidários no Brasil, seja em termos de localização, participação social, forma de organização, entre outras.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Daniel Francisco Nagao Menezes*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca trazer à discussão o incentivo legal à criação de cooperativas populares pela Lei nº12.305/2010 (Lei dos Resíduos Sólidos). Esta lei, em linhas gerais, obriga tanto o poder público como os grandes geradores privados a destinarem seus resíduos sólidos para cooperativas. Tal previsão legal levará, principalmente no âmbito municipal, à obrigação legal de constituição de políticas públicas de geração de trabalho e renda a partir dos resíduos sólidos.

2 TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DAS COOPERATIVAS

Partindo para a análise direta do tema proposto, é conveniente ressaltar o nítido caráter desenvolvimentista, na concepção econômica do termo, que a Constituição Federal (CF) adotou, com a intenção de atingir seus objetivos sociais. Tal ressalva se faz necessária, pois influi preponderantemente sobre a ordem econômica e social da estrutura jurídica dada à economia brasileira, possuindo reflexos no cooperativismo do país.

A CF aborda em diversos momentos o cooperativismo,[1] estruturando-se basicamente sobre três pontos: o princípio da não intervenção, o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo e as políticas públicas de fomento ao cooperativismo.

O primeiro contato entre o texto constitucional e o sistema cooperativista dá-se logo no Artigo 5º, inciso XVIII, o qual prevê o princípio da não intervenção estatal, vetando assim a proibição de cooperativas e associações, desde que legalmente constituídas, impedindo também, após a constituição, qualquer meio de intervenção e controle do Estado.

Tal garantia constitucional de não intervenção foi um golpe direto na política intervencionista da ditadura militar, que exercia o controle e intervinha no movimento coope-

* Advogado. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) – Faculdade de Direito – *campus* de Campinas. Mestre e doutorando em Direito Político e Econômico pela UPM.

1. "O cooperativismo é um ponto polêmico dentro das Teorias Socialistas. Alguns, como Marx, criticam veementemente o cooperativismo, afirmando que os mesmos (*sic*) são micro reproduções do sistema econômico capitalista, devendo, portanto, serem refutadas quaisquer iniciativas cooperativistas. Outros se posicionam no outro extremo, afirmando que o cooperativismo é o ápice do meio de produção socialista, meio no qual os próprios trabalhadores se organizam diretamente organizando a produção sem a finalidade de lucro. Existe ainda a posição intermediária na qual o cooperativismo seria uma fase intermediária demonstrando a contradição do próprio sistema produtivo capitalista que permitiria a organização dos trabalhadores dentro do próprio sistema capitalista. A estrutura jurídica brasileira nos leva por sua vez a nos filiarmos à terceira opção, qual seja, o cooperativismo demonstra a falha do sistema produtivo capitalista. Isto porque, a cooperativa é uma forma de organização societária híbrida, que possui organização voltada para a produção de bens ou serviços de forma competitiva no mercado, isto é, em concorrência com demais empresas, porém, há o diferencial da gestão democrática do empreendimento" (MENEZES, 2011).

rativista através da vinculação das cooperativas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e ao Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (Mapa).

O princípio da não intervenção, atualmente, encontra resistência no ramo das cooperativas de crédito, as quais ainda encontram-se suscetíveis a rígida intervenção e fiscalização do Banco Central do Brasil (BCB), o que se faz mediante resoluções administrativas.

O segundo pilar constitucional do cooperativismo é encontrado no Artigo 146, inciso III, alínea "c", que reza a necessidade, sob a forma de lei complementar, de estabelecer regras gerais em matéria tributária sobre o adequado tratamento ao ato cooperativo, visando assim beneficiar as cooperativas.

A edição de tal lei complementar, regulamentando o que vem a ser ato cooperativo, e o seu adequado tratamento tributário permanecem *in albis*, dependendo da vontade do Congresso Nacional.

Dessa forma, para não permanecer o *mandamus* constitucional sem a devida eficácia, recorreu-se ao Instituto da Recepção Constitucional, onde a Nova Ordem Jurídica, a qual rompe com todo o ordenamento jurídico anterior, permite que algumas normas infraconstitucionais, desde que não sejam contraditórias à Nova Ordem, permaneçam em vigor, sendo recepcionadas e utilizadas pelo novo ordenamento jurídico.

O ato cooperativo e seu tratamento tributário, portanto, em face da falta de regulamentação do legislador federal, foram recepcionados pela CF de 1988, da Lei nº 5.764/1971, a qual aborda a matéria.

O terceiro ponto em que a CF aborda diretamente o cooperativismo é no tocante à Ordem Econômica. No Artigo 170 e seguintes, o legislador constituinte regula os princípios gerais da Ordem Econômica e, dentre eles, os do cooperativismo, e regulamenta os limites da participação econômica do Estado na economia. Nesse espírito, optou o legislador constitucional por permitir somente a exploração direta da atividade econômica pelo Estado em caso de relevante interesse coletivo ou segurança nacional. Uma vez não explorando diretamente a atividade econômica, foi ao Estado resguardado o direito de regulação da atividade econômica, a qual será feita através da fiscalização, incentivo e planejamento dos setores público e privado, com vistas a atender a finalidade constitucional narrada acima.

Dentro da função de regulador da atividade econômica, o Estado, conforme o parágrafo segundo do Artigo 174, através de lei, apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. Porém, algumas considerações se fazem necessárias.

O texto constitucional que versa sobre o incentivo ao cooperativismo está revestido do Princípio da Reserva de Lei, ou seja, a política estatal de apoio ao cooperativismo e outras formas de associativismo somente serão realizadas mediante a aprovação de lei pelo Poder Legislativo que regulamenta o estímulo estatal. Por sua vez, tal lei de incentivo ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, estando pendentes de votação dois projetos de lei do Senado, um de autoria do senador Eduardo Suplicy e outro de autoria do senador José Fogaça.

Isso implica que o Poder Executivo, responsável pela implementação de tal política pública, ainda não possui base legal para realizar políticas de fomento e incentivo ao cooperativismo, ficando dependente da manifestação do Poder Legislativo. Assim, os órgãos estatais, dentro do Poder Executivo, voltados para o desenvolvimento do cooperativismo, encontram-se totalmente desarticulados e sem qualquer função prática dentro da estrutura legal do Estado. Nesse sentido,

após a CF de 1988, os órgãos federais de apoio ao cooperativismo, em especial o CNC e o Departamento Nacional de Cooperativismo (DENACOOP), vinculados ao Mapa, tiveram suas funções esvaziadas, constituindo verdadeiros "elefantes brancos" da administração pública.

Tratando-se o Artigo 174, parágrafo segundo, de norma de eficácia contida, vez que ainda dependente de norma ordinária para sua efetivação, fica o país sem qualquer política legal de incentivo ao cooperativismo, restando regulamentado, através do mecanismo da Recepção Constitucional, o *modus operandi* das Sociedades Cooperativas, o que continua a ser a Lei nº 5.764/1971 e suas posteriores alterações pelo Código Civil de 2002.

Esta estrutura jurídica constitucional cria incentivos ao cooperativismo no sentido de permitir o desenvolvimento deste tipo de sociedade jurídica, equilibrando as desvantagens competitivas que ela possui em relação aos demais tipos societários, democratizando as sociedades comerciais, porém, sem relacionar as cooperativas a nenhum setor econômico ou política pública, exceto as de mineração.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA A PARTIR DA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Quem vem a fazer a relação entre incentivos para as sociedades cooperativas e sua utilização em políticas públicas é a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a qual determina que o processamento dos resíduos sólidos será feito pelas cooperativas de catadores de material reciclável.

A Lei de Resíduos Sólidos, em seu Artigo 8º, cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tendo como um dos princípios o incentivo à criação de cooperativas (inciso IV) e associações de catadores. No Artigo 18, a Lei de Resíduos Sólidos confere aos municípios competência para criar suas políticas locais de manejo dos resíduos sólidos, sendo-lhes permitida, ainda, a formação de consórcios com outros municípios para o manejo dos resíduos, obrigando-os a implementar a coleta seletiva com a participação obrigatória de cooperativas e associações de catadores. Ela estabelece no Artigo 19, inciso XI, que as cooperativas de reciclagem a que alude a lei são aquelas compostas por pessoas de baixa renda.

Também a Lei nº 12.305/2010 cria um novo instituto jurídico no Direito Ambiental, a denominada Responsabilidade Compartilhada, a qual, segundo a redação do artigo da lei:

> É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Com este artigo, a responsabilidade ambiental pelo resíduo sólido gerado não é mais exclusivamente do poder público, mas também, após a lei, do setor privado, em especial do fabricante, do distribuidor e do vendedor do bem que se transforma em resíduo sólido. Essa responsabilidade prevê a chamada "logística reversa", na qual o produto colocado no mercado deve possuir um mecanismo de retorno ao fabricante, em especial a embalagem. Este retorno da embalagem, que agora é denominada resíduo sólido, pode ser feito pelo setor privado em parceria com cooperativas, nos termos do Artigo 33, parágrafo terceiro, inciso III da Lei de Resíduos Sólidos.

Justificando a afirmação acima, de que a Lei de Resíduos Sólidos vem a dar efetividade ao tratamento diferenciado às cooperativas, feita pela CF, tem-se que, a partir de tal lei or-

dinária, é possível falar na criação de uma política pública que envolva geração de trabalho e renda associada à proteção ambiental. Ela obriga a inclusão no planejamento das políticas de manejo, a criação de cooperativas de catadores, implicando, assim, os programas, em especial no nível local, de geração de trabalho e renda.

Esses programas de geração de trabalho e renda, por sua vez, devem ocorrer com base na criação de cooperativas compostas por população de baixa renda, como determina a lei. Com isso, tem-se a estruturação dos programas de geração de trabalho e renda feitos sobre estruturas societárias que atuam diretamente no mercado, não dependendo de políticas assistenciais do poder público, porém, afastados da finalidade de busca exclusiva pelo lucro[2] que permeia os demais modelos de sociedades comerciais.

Além do direcionamento da lei para a utilização de um modelo societário democrático, mas não assistencial, há um incentivo econômico para estes empreendimentos solidários com a destinação do material (resíduos sólidos), os quais, em tese, garantem uma fonte de matéria-prima originária, garantindo um mínimo de renda para as cooperativas. Esta destinação, reiterando, é feita tanto pelo setor público como pelo privado, valendo louvar o Decreto Federal nº 5.940/2006 que, antes mesmo da Lei de Resíduos Sólidos, já obrigava todo órgão federal a destinar o que chama de "material reciclável" para as cooperativas populares.

Ocorre que não basta o direcionamento de resíduos para cooperativas para que se alcancem as finalidades de proteção ao meio ambiente e geração de trabalho e renda. Para o sucesso da Lei de Resíduos Sólidos é necessária a concatenação de dois fatores: *i*) a existência de programas municipais (ou regionais) de destinação dos resíduos sólidos para as cooperativas; e *ii*) programas de incubação das cooperativas populares de reciclagem.

A primeira proposição busca a criação de um programa de coleta dos resíduos sólidos envolvendo tanto a coleta domiciliar, cuja obrigação após a Lei nº 12.305/2010 passa a ser tanto do poder público como do cidadão; dos órgãos públicos; dos grandes geradores de resíduos sólidos; e as empresas que introduzem produtos no mercado que venham a se transformar em resíduos sólidos.

Esse programa, que é municipal ou regional, deve determinar a justa e equitativa distribuição dos resíduos coletados para as cooperativas populares, bem como a correta distribuição geográfica das mesmas. A existência de tais políticas públicas municipais é essencial para o sucesso da Lei de Resíduos Sólidos pois evita o beneficiamento de uma(s) cooperativa(s) em específico, fato agravado com a liberdade do setor privado em destinar seus resíduos sólidos para a cooperativa que mais lhe aprouver.

Eventual desequilíbrio econômico entre as cooperativas envolvidas impede a atuação delas em rede. A união das cooperativas, num segundo momento, seja na forma de associação ou cooperativas de segundo grau, é essencial para o incremento econômico do produto vendido. Tal união pode levar à eliminação dos intermediários, chamados aparistas, da cadeia produtiva, permitindo a venda do produto (por um valor superior ao vendido para o aparista) diretamente à indústria.

Não obstante a eliminação do intermediário, a união das cooperativas permite o aumento de valor dos produtos reciclados através da aquisição de equipamentos mais so-

2. "O lucro nas sociedades cooperativas, ou, como a lei disciplina, a sobra, poderá vir de duas formas para o cooperado: através de um lucro que a cooperativa tenha ao operar com terceiros (não cooperados) ou através da sobra da taxa de administração que o cooperado tenha adiantado, quando de sua operação com a cooperativa (também chamada de ato cooperativo)" (LOPES, 2001).

fisticados, que permitem a transformação do resíduo em um produto de maior qualidade e maior valor agregado.

A segunda proposição é no sentido da existência de programas de incubação das cooperativas de reciclagem. A Lei nº 12.305/2010 é clara no sentido de incentivar a criação de novas cooperativas compostas por população de baixa renda. Isso implica a organização inicial da população de baixa renda para o início da atividade produtiva, resultando na orientação inicial não só da atividade de reciclagem, mas também na introdução às ciências da administração e dos negócios.

A organização da produção e dos negócios e administração das cooperativas populares é conhecida, na linguagem da Economia Solidária, como programas de incubação, que abrangem todas as etapas da consolidação de uma cooperativa, que compreende desde a seleção das pessoas interessadas em formar as cooperativas até a plena autonomia autogestionária e econômica.

Estes programas de incubação podem ser feitos diretamente pelo poder público ou através de atuação de organizações não governamentais (ONGs) que detêm o *know-how* da incubação de cooperativas, como ocorre, por exemplo, com o Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA),[3] em Campinas-SP, que possui hoje um dos melhores programas de incubação do país, sendo responsável pela política de resíduos sólidos em todo o município de Campinas e cidades vizinhas.

4 CONCLUSÃO

Com base nessa discussão, há uma forma híbrida[4] de atuação do Estado na economia através da imposição legal de criação de políticas públicas de geração de trabalho e renda (as quais também possuem um viés ambiental), como garantias de rendas através do trabalho (destinação dos resíduos sólidos), porém, levando estes beneficiados pela política pública a se organizarem com base em modelos societários privados (cooperativas) e a atuarem diretamente no mercado com a venda livre do material reciclado.

REFERÊNCIAS

LOPES, I. C. R. Aspectos sobre a legalização das sociedades cooperativas. In: GEDIEL, J. A. (Org.). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: UFPR, 2001.

MENEZES, D. F. N. Cooperativismo: na espera da regulação. **Revista Crítica do Direito**, v. 23, 2011. Disponível em: <www.criticadodireito.com.br>

VERAS NETO, F. Q. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 2002.

3. Mais informações sobre a CRCA podem ser consultadas no endereço eletrônico: <www.crca.org.br>

4. "Esta é uma solução que estabelece o novo modelo de Estado, descrevendo a hipótese de que deve abandonar a sua função de garantia social, servindo no máximo como estimulador da livre iniciativa que de numa forma autogestionária, híbrida, na medida em que esta agrada tanto a setores de direito como os da nova esquerda ou, pelo menos, torna o ataque mais difícil pelo setor mais tradicional ou revolucionário desta última" (VERAS NETO, 2002).

A EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO

Katia T. P. da Silva*
Rodrigo Ramiro **

1 INTRODUÇÃO

A experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo integra o Projeto de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), no âmbito da cooperação técnica com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

A implementação do projeto resultou de um intenso trabalho de planejamento e coordenação colaborativa do Ministério do Turismo (MTur) e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nesse contexto, em que se definiram as diretrizes para a incubação de cooperativas populares como estratégia de fomento a grupos econômicos de territórios específicos, e com base nos princípios da economia solidária, pretendia-se fomentar a incubação de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento local e geração de trabalho e renda. Para execução dessa estratégia, o MTur estabeleceu parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coppe/UFRJ).

A metodologia adotada para o planejamento e estruturação das atividades econômicas relacionadas com turismo como vetor do desenvolvimento local foi o enfoque territorial, considerando seus aspectos físicos, geográficos, socioeconômicos, demográficos e as relações da população com a institucionalização dos atores sociais do território. Com base nesse enfoque, optou-se em incentivar as práticas econômicas orientadas pela cooperação e o associativismo para promover a inserção competitiva das atividades econômicas organizadas localmente na cadeia produtiva do turismo.

O projeto denominado Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares e Organização Comunitária em Áreas Priorizadas de Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com Potencial Turístico representou um investimento de R$ 3,5

* Socióloga, mestre em Antropologia e pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) do Paraná.

** Economista, mestre em Turismo e Desenvolvimento Sustentável e servidor do MTur entre 2003 e 2011.

milhões. Os objetivos do projeto foram transferir tecnologia de incubação para criação e implantação de uma ITCP dos Lençóis Maranhenses (no município de Barreirinhas, fomentando, ainda, o cooperativismo nos municípios de Santo Amaro, Paulino Neves e Tutoia) e fomento à organização produtiva coletiva na área de influência do Parque Nacional da Serra da Capivara (municípios de Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e João Costa), por meio da implantação de uma Central de Negócios e Serviços. Posteriormente, foram incluídas as regiões turísticas de Jericoacoara, no Ceará, e do Delta do Parnaíba, no Piauí.

O público-alvo dessa ação foram trabalhadores das atividades vinculadas com a cadeia produtiva do turismo, tais como: artesãos, agricultores familiares, guias turísticos, entre outros. As iniciativas poderiam ou não estar organizadas sob a forma de cooperativas, associações, movimentos populares e grupos comunitários.

Os municípios atendidos foram: Lençóis Maranhenses (municípios de Barreirinhas, Santo Amaro, Paulino Neves e Tutoia), Parque Nacional da Serra da Capivara (municípios de Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e João Costa) e região do Parque Nacional de Jericoacoara (Camocim, Jericoacoara e Cruz). O período de execução foi de 2006 a 2008.

Em 2008 a equipe do MTur realizou uma avaliação técnica qualitativa das atividades do projeto, com o objetivo de verificar o cumprimento das metas do projeto, bem como o impacto desta iniciativa para o estímulo ao desenvolvimento local.[1] Essa avaliação indicou as potencialidades de uma ação de política pública de desenvolvimento do turismo, com foco no território e orientada pelos princípios da economia solidária.

As informações foram sistematizadas no sentido de se avaliar os limites e possibilidades do processo de incubação no turismo. O tema foi abordado de modo a contemplar suas diferentes dimensões: social, econômica, cultural e ambiental. Essa abordagem permitiu concentrar a análise do turismo, na perspectiva de transformar atrativos naturais e culturais em ativos econômicos, com potencial de incluir ou excluir a população local, dependendo da dinâmica de desenvolvimento capitalista associada às opções de políticas sociais e econômicas adotadas.

Quanto aos resultados da avaliação, o estudo demonstra que a incubação com foco no desenvolvimento local de regiões turísticas de baixo IDH obteve certo grau de efetividade, por meio do assessoramento técnico e qualificação em cooperativismo e gestão de negócios, em particular os relacionados aos transportes turísticos, condutores de visitantes, artesanato, turismo de aventura. O trabalho realizado com a população objetivou a inserção de iniciativas locais na cadeia produtiva do turismo, as quais em geral têm dificuldades de acesso ao mercado. Além disso, o projeto se apropriou de tendências atuais do turismo, principalmente do fato de que os turistas, principalmente os estrangeiros, demandam cada vez mais produtos autênticos, produzidos com matéria-prima e mão de obra locais.

Entretanto, a consolidação dos empreendimentos econômicos incubados requer a solução de inúmeros problemas exógenos ao projeto como, por exemplo, regulação da atividade turística em áreas de preservação ambiental, provimento de infraestrutura, disponibilização de crédito para investimento em tecnologia e melhoria da qualidade da prestação dos serviços ofertados.

1. Trabalho realizado no âmbito da Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas. Equipe técnica: Breno E. Figueiredo, Breno Teixeira, Kátia T. P. da Silva e Rodrigo Ramiro.

Associado a esses fatores que limitam a maior efetividade, um desafio importante não vencido pela equipe técnica do MTur da ITCP/Coppe/UFRJ foi uma bem-sucedida articulação e negociação prévia com diferentes atores econômicos e políticos do local e/ou outras esferas de governo. Essa debilidade, por um lado, comprometeu a solução dos problemas estruturais do território e, por outro, colocou em risco a continuidade e sustentabilidade dos empreendimentos beneficiários do projeto, uma vez que não houve apropriação institucional da proposta pelos dirigentes políticos e econômicos locais.

2 O COOPERATIVISMO POPULAR

As cooperativas populares são organizações de ajuda mútua formadas por trabalhadores economicamente marginalizados, desempregados ou subempregados, os quais, visando à geração de trabalho e renda, se associam voluntariamente na formação de uma sociedade cooperativa, sendo o principal ativo a capacidade de trabalho das pessoas que se associam. Além de ser uma forma de produzir pautada pelos princípios da solidariedade e justiça, o trabalho em cooperativas populares prevê a transformação na visão de mundo dos trabalhadores no que se refere à interpretação da sociedade como organização econômica e política.

A ITCP busca auxiliar, por meio de assessoria especializada, a constituição de cooperativas de trabalhadores, tendo como meta promover a inserção social pelo trabalho de segmentos sociais economicamente marginalizados.

Segundo os dados do mapeamento da Economia Solidária no Brasil, realizado pela Senaes entre 2005 e 2007, existem no país cerca de 20 mil empreendimentos solidários; destes, apenas cerca de 12% estão organizados sob forma de cooperativas.

A inovação do Projeto de Replicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares e Organização Comunitária em Áreas Priorizadas de Baixo IDH com Potencial Turístico, a partir de um convênio firmado entre o MTur e a ITCP/Coppe/UFRJ, consiste em definir previamente um setor da economia, como o turismo e sua cadeia produtiva, para identificar e incubar cooperativas populares, visando ao desenvolvimento local sustentável para geração de emprego e renda, sob a forma de cooperativas populares.

As regiões selecionadas para a implementação do projeto foram os Lençóis Maranhenses e a Serra da Capivara no Piauí, por serem áreas prioritárias no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e do Programa de Desenvolvimento Regional do Turismo (Prodetur), além de serem indicadas nos Planos Cores e Aquarela como destinos prioritários para a promoção turística nacional e internacional, mas com graves problemas sociais.

2.1 REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Foram incubadas dez cooperativas na região dos Lençóis Maranhenses, sendo quatro ligadas à atividade de transporte turístico; três, à gastronomia; uma, ao artesanato; uma, à condução de turistas; e uma, à hospedagem familiar.

Os principais atrativos turísticos da região dos Lençóis Maranhenses, localizados no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), só podem ser visitados com veículos de tração 4x4 e de barcos. Quatro grupos foram selecionados com atuação na área de transporte e um na área de condução de turistas, principalmente nas trilhas do Parque Nacional (ParNa).

1) Cooperativa de Carros Táxi (COOPCART) – Barreirinhas: existe desde 2004 e trabalha com o translado de turistas e de residentes entre São Luís do Maranhão e a região dos Lençóis, principalmente o município de Barreirinhas.

2) Cooperativa dos Toyoteiros (Coottalmar) – Barreirinhas: existe desde 2000, com 74 membros, trabalha com passeios em veículos 4x4 aos principais atrativos turísticos da região como o circuito das Lagoas Azul e do Peixe, que se encontram no ParNa. Além de fazerem os circuitos entre os municípios da região, também operam os trechos para as regiões do Delta do Parnaíba-PI e Jericoacoara-CE, ainda que de forma incipiente.

3) Coopernaútica – Barreirinhas: existe desde 2004, com 24 membros, trabalha com passeios turísticos náuticos, principalmente no acesso ao ParNa, e o circuito do rio Preguiças, que termina no povoado de Caburé.

4) Cooperativa de Transporte Turístico e Locações e Serviços do Estado de Pernambuco Ltda. (Coopertur) – Paulino Neves: é um grupo de formação recente, possui 24 membros para operar passeios com veículos 4x4 em regiões como os Pequenos Lençóis.

5) Condutores do Parque – Barreirinhas: é um grupo formado por jovens, com formação recente e que atua na condução de turistas nos principais circuitos turísticos da região, notadamente no ParNa.

6) Cooptima – Barreirinhas: é um grupo de formação recente, com 20 membros, que produz aguardente a partir da mandioca. A tiquira, como é conhecida a cachaça, é um produto típico da região.

7) Cantinho – Barreirinhas: é um grupo de formação recente que produz doces a partir do beneficiamento de caju e de outros frutos silvestres.

8) Doces Baláqua – Tutoia: grupo formado por assentados rurais do povoado de Beláqua, produz doces a partir de frutíferas silvestres como o cajuzeiro.

9) ARTECOOP – Barreirinhas: é formada por artesãs que trabalham na confecção de acessórios femininos como bolsas e chapéus bem como toalhas de mesa e outras peças utilitárias, feitas a partir da manipulação da palha do buriti, palmeira típica da região.

10) Hospedaria Familiar – Santo Amaro: criada por incentivo da equipe do projeto, possui 14 membros, divididos em dez residências associadas. Santo Amaro é um dos portões de entrada do ParNa, mas com menos estrutura e imagem turística do que seu município vizinho Barreirinhas. É procurado principalmente por estudantes da região e por estrangeiros, que buscam experiências alternativas de vivência com a comunidade e passeios menos consagrados do ParNa. Como não há pousadas no local, a hospedagem sempre se realizou nas casas dos residentes, que se uniram visando à formação de cooperativa, a estruturação e comercialização da atividade de hospedaria domiciliar, que possui outros exemplos, nacionais e internacionais.

2.2 REGIÃO DA SERRA DA CAPIVARA-PI

Inicialmente, foram incubadas seis cooperativas na região da Serra da Capivara-PI, sendo três ligadas às atividades de artesanato, duas à gastronomia e uma à produção artesanal de produtos de limpeza. Por ocasião da avaliação havia apenas quatro cooperativas na região: duas cooperativas de artesanato se fundiram e uma de gastronomia se retirou do projeto.

Apesar do reconhecido potencial turístico da região, que possui a maior concentração de sítios pré-históricos do continente americano, Patrimônio Cultural da Humanidade, sua demanda turística ainda é incipiente. Dentre os grupos identificados pelo projeto, destacam-se as artesãs.

1) COOPEART – São Raimundo Nonato: união dos artesãos do município de São Raimundo Nonato – COOPEART e Rainhas da Reciclagem – soma 26 cooperados.
2) ECOART – João Costa: é um grupo de artesãos do município de João Costa. Conta com 23 cooperados em processo de formalização.
3) Cooperativa de Artesanato e Beneficiamento de Frutas Nativas (COOPEARTFRUT) – Coronel José Dias: o grupo foi capacitado em 2003 para trabalhar no beneficiamento do fruto do umbu – fruto típico da região – com 15 pessoas.
4) Zabelê – São Raimundo Nonato: é um grupo que trabalha com a produção de material de limpeza. Foi capacitado no processo produtivo em 2004.

3 RESULTADOS GERAIS

O trabalho de incubação de cooperativas populares em regiões turísticas é uma experiência nova. Assim, durante o processo de avaliação, buscou-se verificar o cumprimento das metas previstas no projeto e também os efeitos qualitativos sobre as atividades dos cooperados, de uma forma geral, e sua inserção na cadeia produtiva do turismo, de forma particular.

Em relação às metas, estavam sendo cumpridas conforme o previsto no Plano de Trabalho, os resultados quantitativos referem-se à incubação de 30 cooperativas/associações com a participação de 614 trabalhadores. Quanto aos principais resultados qualitativos, destacamos:

1) A avaliação dos cooperados sobre o trabalho da ITCP é positiva. Na grande maioria das vezes houve uma identificação de melhoria nas atividades das cooperativas, tanto na qualidade dos serviços e produtos quanto na organização dos cooperados. Esses resultados variam de acordo com as condições iniciais de organização das cooperativas, a experiência com o cooperativismo e o grau de desenvolvimento da atividade turística da região. Outro ponto ressaltado foi o respeito demonstrado pelas equipes das ITCPs em relação às culturas locais, adaptando seus trabalhos à realidade de cada região.
2) A criação de uma identidade institucional das ITCPs. Os incubados reconhecem as ITCPs como instituições de apoio importante e não as confundem com os representantes das equipes, o que demonstra que não há uma relação personalista ou de assistencialismo entre as equipes locais e os incubados. Foram destacadas a disponibilidade dos membros das equipes locais para o atendimento dos cooperados e a qualidade deste atendimento.
3) O papel do MTur no projeto não é claro para os cooperados. Apenas alguns identificaram a participação do MTur, e mesmo para eles não é claro o seu papel. Sobre essa questão é importante notar que existem dois pontos principais: *i*) não há um trabalho consistente de associação institucional do MTur aos trabalhos das ITCPs; e *ii*) por outro lado, a presença do MTur na região tem sido inconstante em diversas frentes (PRT, Qualificação Profissional, Prodetur, entre outros), gerando dúvidas sobre seu papel efetivo na ação de incubação.
4) O papel da AECID não é reconhecido pelos cooperados e para as equipes locais, este é visto de forma negativa. Os cooperados não reconhecem a AECID como agente no projeto e as equipes locais reclamam de sua atuação inconstante e de promessas não cumpridas, principalmente em relação ao fornecimento de equipamentos.

5) A prática adquirida de buscar parceiros para resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. A busca de resolução de problemas identificados ou o aproveitamento de oportunidades tem sido feita por várias vias que não apenas o MTur. Há busca de apoio de parceiros, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB), entre outros. Esse processo conduzido com agilidade pelas ITCPs, por um lado, é positivo. Entretanto, por outro, compromete a participação institucional do MTur, por não ser reconhecido por estas instituições como indutor do processo de incubação como também por não obter informações sobre estas ações muitas vezes realizadas por instituições parceiras.

6) As iniciativas de interação entre os grupos incubados, nas regiões e entre elas. Embora estas iniciativas sejam incipientes, podem cumprir um papel fundamental, principalmente quando se trata do Roteiro Integrado (Lençóis Maranhenses-Delta do Parnaíba-Jericoacoara). Em Barreirinhas, existia uma iniciativa de interação entre três cooperativas que possuem interesses comuns e vão funcionar na mesma sede. Na região da Serra da Capivara foram inauguradas duas lojas para a comercialização dos produtos das cooperativas apoiadas pelo projeto.

7) Os efeitos positivos de as equipes locais serem formadas por pessoas das regiões ou com alguma ligação forte com estas. Os coordenadores das ITCPs são no geral pessoas que possuem vínculos com as regiões trabalhadas, como pesquisadores, mestrandos ou doutorandos, com dissertação/tese sobre a realidade socioeconômica do local. Enquanto a equipe é formada por moradores das regiões, e no caso dos estagiários estão tendo a primeira experiência de trabalho. Além dos efeitos sociais mais diretos como o ingresso no mercado de trabalho e a renda gerada, destaca-se a facilidade destas pessoas em promover o processo de integração e solucionar problemas com base no pertencimento e conhecimento da realidade e cultura dos locais.

8) Existem deficiências estruturais que fogem ao escopo do trabalho das ITCPs, mas afetam diretamente as cooperativas.

Embora existam diferenças significativas entre o fluxo de turistas e a presença de equipamentos e serviços turísticos entre as duas regiões trabalhadas, são comuns os problemas de infraestrutura, extrema sazonalidade, no caso dos Lençóis, deficiência na promoção e comercialização e na disponibilidade de financiamento. Essas questões exigem articulação com outras áreas do MTur e outras instituições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que somente a incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo não é capaz de promover o desenvolvimento local. Como referenciado na introdução, a articulação entre os diversos atores e as instituições que atuam no território para a promoção do desenvolvimento exige uma ação mais incisiva do Estado na geração inicial de renda, como força motriz no processo de desenvolvimento e a convergência de programas e ações de políticas públicas, para assegurar melhores resultados.

Sem embargo, verificamos avanços significativos em diversas frentes no processo de incubação, como a mobilização dos cooperados, a colaboração entre os grupos, as melhorias na gestão, que respondem por maior inserção social e política; entretanto, o problema de precariedade de inserção produtiva, em grande parte, permanece.

Os resultados da incubação dependem das condições iniciais encontradas nas regiões, seu desenvolvimento, de uma forma geral, e da atividade turística, em particular, e dos grupos, principalmente no que se refere ao nível de contato com os turistas. Quanto mais dinâmica a região, maiores as possibilidades de atração de turistas, adensamento do mercado local e diminuição dos vazamentos de renda. E quanto maior o contato prévio com os turistas e o conhecimento do setor turístico, maior a possibilidade de os grupos cooperados aproveitarem as oportunidades de articulação entre si e entre eles e com setor empresarial do turismo.

Destacam-se em relação às especificidades da cadeia produtiva do turismo: a exigência de um nível elevado de qualidade dos produtos e serviços ofertados e um conhecimento sobre a demanda turística, seus códigos, suas motivações, que tornam a incubação neste setor diferenciada de outros setores, como a agricultura familiar ou os catadores de material reciclável, em que os grupos já conhecem o mercado e a atividade produtiva e recebem apoio maior na gestão e organização produtiva.

No caso do turismo é importante uma forte atuação na qualificação dos produtos e serviços de diversas naturezas, entre elas: artesanato, condução de turistas, transporte turístico, entre outras, que demandarão mais recursos do que uma incubação tradicional. Além disso, requer conhecimento sobre noções de hospitalidade e de práticas turísticas.

À luz dessa primeira experiência de incubação na cadeia produtiva do turismo, optou-se em ampliar a ação de fomento aos empreendimentos econômicos solidários para 16 destinos turísticos, em cooperação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com previsão de conclusão em 2012.

REFERÊNCIAS

ITCP/COPPE/UFRJ. **Projeto Básico**. Convênio n. 505/2005, MTur, 2005.

MTUR. **Relatório Técnico de Avaliação do Projeto de Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares na Cadeia Produtiva do Turismo**. Brasília: Mtur, 2008.

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Cooperativas incubadas dos Lençóis – MA

Grupo	Atividade	Situação inicial	Situação com o projeto
Coottalma (Barreirinhas)	Transporte (toyoteiros)	Já funcionava há sete anos como cooperativa Encontrava-se desmobilizada e inoperante	Retomada das atividades Formalização Reuniões periódicas Elaboração do plano de negócios
COOPCART (Barreirinhas)	Transporte (táxi)	Dois anos de funcionamento como cooperativa Encontrava-se desmobilizada	Retomada das atividades Formalização com 34 membros Reuniões periódicas Organização da gestão coletiva do trabalho Elaboração do plano de negócios
Coopernáutica (Barreirinhas)	Transporte náutico	Cooperativa em funcionamento há dois anos, com condutores e proprietários de embarcações Desmobilizada e inoperante devido a interesses conflitantes entre condutores e proprietários	Formalizada Iniciado o processo de separação formal dos grupos (condutores e proprietários) Plano de negócios em fase de elaboração
Coopertur (Paulino Neves)	Transporte (toyoteiros)	Grupo mobilizado	Formalização
Cooptima (Barreirinhas)	Gastronomia (cachaça de mandioca – tiquira)	Não estava mobilizada	Mobilizada Iniciado o processo de formalização
Cantinho (Barreirinhas)	Gastronomia (doces)	Não estavam mobilizados	Iniciado o processo de regulação da atividade junto às autoridades sanitárias e o processo de formalização
Doces Beláqua (Tutoia)	Gastronomia (doces)	Desmobilizados após a atuação de um projeto não concluído	Iniciado o processo de regulação da atividade junto às autoridades sanitárias e o processo de formalização
ARTECOOP (Barreirinhas)	Artesanato (buriti)	Formalizado como cooperativa há dois anos, porém inoperante e desmobilizado	Qualificação em organização e gestão do trabalho coletivo
Hospedaria Familiar (Santo Amaro)	Hospedagem	Encontrava-se desmobilizada	Iniciado o processo de sensibilização para adesão de novos membros
Condutores do Parque (Barreirinhas)	Guia	Encontrava-se desmobilizada como grupo independente, uma vez que fazia parte da Coopernáutica	Grupo mobilizado Iniciado o processo de formalização

Fonte: Elaboração dos autores com base no trabalho de campo.

QUADRO A.2
Cooperativas incubadas da Serra da Capivara – PI

Grupos	Atividade	Situação inicial	Situação com o projeto
Rainhas da Reciclagem (São Raimundo Nonato)	Artesanato	Grupo foi capacitado apenas no processo de produção Não era formalizado Encontrava-se desmobilizado	Mobilização e reorganização Qualificação em cooperativismo e gestão de negócios Incremento da produção e vendas com a participação em feiras Iniciado o processo de formalização
ECOART (João Costa)	Artesanato	Grupo não era formalizado Encontrava-se desmobilizado	Iniciado o processo de reorganização Qualificação em cooperativismo e gestão de negócios
COOPEART (São Raimundo Nonato)	Artesanato	Grupo não era formalizado Encontrava-se desmobilizado	Mobilização e reorganização Qualificação em cooperativismo e gestão de negócios Incremento da produção e vendas com a participação em feiras Iniciada a formalização
COOPEARTFRUT (Coronel José Dias)	Gastronomia (beneficiamento de frutas nativas)	Grupo foi capacitado apenas no processo de produção Não era formalizado. Encontrava-se desmobilizado	Mobilização e reorganização Qualificação em cooperativismo e gestão de negócios Incremento da produção e vendas com a participação em feiras Iniciado o processo para adequar a produção às condições exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Umbus (São Raimundo Nonato)	Gastronomia (beneficiamento de frutas nativas)	Grupo foi capacitado apenas no processo de produção Não era formalizado Encontrava-se desmobilizado	Mobilização e reorganização Qualificação em cooperativismo e gestão de negócios Incremento da produção e vendas com a participação em feiras Iniciado o processo para adequar a produção às condições exigidas pela Anvisa
Zabelê (São Raimundo Nonato)	Fabricação de produtos de limpeza	Grupo foi capacitado apenas no processo de produção Não era formalizado Encontrava-se desmobilizado	Mobilização e reorganização Qualificação em cooperativismo e gestão de negócios Iniciado o processo para adequar a produção às exigências da Anvisa

Fonte: Elaboração dos autores com base no trabalho de campo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA*

Clara Marinho Pereira**

1 INTRODUÇÃO

Para o movimento de Economia Solidária, já no início dos anos 2000 fazia-se necessário um mapeamento nacional de suas organizações para que se pudesse conhecê-las, integrá-las e fortalecê-las; afinar o discurso político; e avolumar sua representatividade. Logo após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, esta demanda foi acolhida e começaram as reuniões entre ela e organizações com experiência de pesquisa na área para a definição da metodologia de investigação (BERTUCCI; CUNHA, 2006).

Das reuniões surgiu um conjunto de conceitos – as definições de Economia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) e Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) – que orientou o I Mapeamento da Economia Solidária no Brasil e permitiu, em seguida, a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies).

Este artigo apresenta os principais resultados de uma análise estatística do Sies, a qual tem como referência a seguinte pergunta: até que ponto os processos coletivos dos EESs determinam o seu êxito econômico e respectivo engajamento na luta contra problemáticas públicas? Para a realização do objetivo, o artigo está dividido em mais três seções. Na seção 2, encontra-se a metodologia da análise em questão. Na seção 3, são apresentados os resultados encontrados e, na seção 4, são tecidas as considerações finais.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Conforme definição construída pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e pela Senaes em razão do Mapeamento/Sies, a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas no meio urbano e rural sob a forma de associações, cooperativas, fábricas recuperadas, bancos comunitários, clubes de trocas, redes e centrais etc., os EESs. São suas características: *i*) a cooperação – reunião de interesses e esforços, propriedade coletiva, partilha de resultados econômicos; *ii*) a autogestão – práticas participativas na gestão estratégica e nos processos de trabalho; e *iii*) a solidariedade – preocupação com a melhoria das condições de vida dos participantes, com o meio ambiente, com a comunidade e os movimentos emancipatórios.

---

* O presente artigo baseia-se no quarto capítulo da dissertação *Economia Solidária: uma investigação sobre suas iniciativas*, defendida pela autora em fevereiro de 2011.

** Mestre em Desenvolvimento Econômico, com concentração em Economia Social e do Trabalho, pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). *E-mail*: <claramarinho@yahoo.com.br>

Os EESs, por sua vez, são viabilizados ou assessorados pelas EAFs através de ações de incubação, capacitação e assistência técnica (MTE/SENAES, 2006a, p. 11-14).

Como se pode depreender da questão orientadora deste trabalho, aqui não se contempla todo o universo organizativo da Economia Solidária. Além das EAFs, foram excluídos da análise estatística aqueles EESs que não produzem excedentes monetários, que possuem sócios/trabalhadores voluntários e que possuem sócios/participantes pessoas jurídicas. Ponderou-se que, embora todos eles contribuam para a geração de trabalho e renda em algum nível, não são capazes de revelar, com acuidade, a imposição social para o acesso ao trabalho remunerado, própria raiz da emergência da Economia Solidária. Assim, a análise restringe-se a uma amostra de 10.407 EESs – de um universo de 21.859 EESs – distribuídos em 2.934 municípios – apenas com mulheres e homens associados, todos em busca de sua reprodução individual ou familiar. Os dados referem-se aos anos de 2005 e 2007.

As evidências apresentadas na próxima seção apoiam-se em três diferentes equações de rendimentos. Nelas, a variável dependente é o logaritmo neperiano do excedente mensal estimado dos EESs,[1] o qual é obtido pela multiplicação da remuneração média mensal dos sócios que neles trabalham pelo número de sócios.

Na primeira equação, dá-se ênfase às atividades econômicas dos EESs – serviços, reciclagem, comércio, agropecuária etc. Na segunda equação, a ênfase recai sobre as atividades realizadas coletivamente pelos sócios. Na terceira e última equação, as variáveis que expressam a participação dos EESs em redes ou fóruns de articulação são substituídas por aquelas vinculadas à relação ou participação dos EESs em movimentos sociais e populares. O exercício foi feito assim para: *i*) evitar a multicolinearidade; e *ii*) para evidenciar a força ou a fraqueza daquelas variáveis consideradas relevantes para o movimento de Economia Solidária na produção de excedentes econômicos.[2]

Postas estas considerações, na próxima seção são apresentadas as evidências extraídas sobre os EESs no país a partir do Sies.

3 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Em primeiro lugar, vê-se que o tratamento da variável de referência para a análise demonstra o quanto são baixas e desiguais as remunerações auferidas e os excedentes gerados pelos EESs.

Na tabela 1, observa-se que 90% da amostra se apropriam de pouco mais de 28% do total do excedente produzido; e na tabela 2, que cerca de 80% de seus trabalhadores recebem, em média, rendimentos que equivalem a menos de um salário mínimo (SM). Os resultados da estimativa apresentada na tabela 3 evidenciam algumas das variáveis relacionadas a estas condições.

1. O uso do logaritmo neperiano justifica-se pela distribuição assimétrica dos rendimentos dos EESs à direita.

2. O quadro A.1 mostra a descrição completa das variáveis incluídas nas regressões. Para mais detalhes, ver Pereira (2011).

TABELA 1

Principais características do excedente mensal estimado dos EESs[1]

Décimos do excedente mensal estimado	Número de EESs (mil)	Média do excedente mensal estimado por décimo da distribuição (R$)	Mediana do excedente mensal estimado por décimo da distribuição (R$)	Valor mínimo do excedente mensal por décimo da distribuição (R$)	Soma dos valores de cada décimo da distribuição (R$)	% da renda apropriada por cada décimo da distribuição
1	1.043	244,05	254,27	6,44	254.544,46	0,15
2	1.038	595,24	580,44	410,94	617.863,70	0,37
3	1.080	1.043,78	1.015,64	802,61	1.127.283,71	0,67
4	940	1.615,90	1.605,22	1.289,84	1.518.947,06	0,91
5	1.103	2.468,15	2.418,51	1.934,80	2.722.369,28	1,62
6	1.035	3.863,87	3.869,31	3.095,63	3.999.105,96	2,39
7	1.056	6.169,26	6.164,04	4.836,95	6.514.739,07	3,89
8	1.032	10.390,91	10.251,09	7.739,25	10.723.423,46	6,40
9	1.030	19.449,71	18.864,34	13.543,63	20.033.205,77	11,95
10	1.050	114.345,33	55.689,95	29.022,06	120.062.593,26	71,65
Total	10.407	-	-	-	167.574.075,73	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do Sies/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/Senaes/Ipea (2005, 2007).

Nota:[1] Mudanças em relação aos dados primários do Sies neste exercício devem-se à correção dos valores declarados segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro de 2011.

TABELA 2
Principais características da ocupação e da remuneração nos EESs

% de mulheres associadas que trabalham nos EESs	Número de EESs (mil)	% de EESs em relação ao total da amostra	Média de sócios que trabalham por porcentagem de participação feminina		Média da remuneração mensal dos sócios que trabalham por porcentagem de participação feminina (R$)
			Homens	Mulheres	
Nenhuma	1.550	14,89	15,70	0,00	728,86
De 0 a 10	517	4,97	57,24	3,49	886,68
10 a 20	627	6,02	36,82	6,92	616,22
20 a 30	605	5,81	35,46	12,64	488,21
30 a 40	868	8,34	21,11	11,96	514,40
40 a 50	1.260	12,11	19,89	18,01	504,66
50 a 60	450	4,32	18,31	23,36	440,28
60 a 70	562	5,40	9,64	18,09	399,84
70 a 80	591	5,68	5,25	16,74	358,07
80 a 90	468	4,50	3,02	18,58	327,15
90 a 100	2.909	27,95	0,17	14,21	268,19
Total	10.407	100,00	-		-

Fonte: Elaboração própria a partir do Sies/MTE/Senaes/Ipea (2005, 2007).

Vendo a tabela 3 pode-se afirmar, primeiramente, que há evidências de que um maior número de sócios que trabalham nos EESs está relacionado a uma produção maior de excedentes. Por oposição, quanto menos associados possui um EESs, menor será o seu excedente.

Em seguida, há evidências – como já indicado na tabela 2 – de que a Economia Solidária é portadora de discriminação de gênero. Controlando-se a variável gênero dos sócios que trabalham nos EESs pelas demais, vê-se que iniciativas com maior participação feminina estão relacionadas a uma menor produção de excedentes. Há que se considerar, porém, que especialmente grupos produtivos com excedentes irrisórios podem se relacionar muito mais a experiências de socialização ou mobilização comunitária – como os conhecidos "grupos de mães" – do que à orientação para a geração de renda do trabalho principal de modo associado.

Quanto à localização, conforme as grandes regiões, o instrumento sugere que as iniciativas solidárias do Nordeste, tomadas como referência para a análise, são aquelas com menor capacidade de geração de excedentes. As iniciativas com maior excedente são aquelas localizadas no Norte e no Centro-Oeste. Uma possível explicação para o fato é que nessas regiões não há uma rede densa de EESs urbanos, mas a presença daqueles rurais, pluriativos e com maior número de associados.[3]

No que se refere à forma de organização das iniciativas, a análise indica que grupos informais estão associados à menor produção de excedentes. Nas cooperativas, por seu turno, encontram-se maiores excedentes e remunerações. O excedente produzido por associações não se mostrou significativo no nível de 10%, de modo que a variável que as representa foi retirada no processo de aperfeiçoamento das equações de rendimentos.

3. A região Nordeste foi tomada como referência. A variável concernente à região Sul mostrou-se não estatisticamente significativa (no nível de confiança de 10%) e, por isso, foi excluída da análise.

TABELA 3
Principais resultados das equações de rendimentos de EESs geradores de excedente

Variáveis		Equação 1		Equação 2		Equação 3	
		Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t
Logaritmo do excedente		7,707	0,000	8,177	0,000	7,720	0,000
Sócios que trabalham		0,012	0,000	0,012	0,000	0,012	0,000
Participação feminina		–0,631	0,000	–0,665	0,000	-0,613	0,000
Região	Centro-Oeste	0,291	0,000	0,297	0,000	0,260	0,000
	Norte	0,256	0,000	0,262	0,000	0,244	0,000
	Sudeste	0,171	0,000	0,181	0,000	0,155	0,000
Forma de organização	Cooperativa	0,479	0,000	0,519	0,000	0,465	0,000
	Grupo informal	–0,570	0,000	–0,555	0,000	-0,585	0,000
Atividade econômicas	Serviços	0,634	0,000			0,647	0,000
	Reciclagem	0,559	0,000			0,563	0,000
	Comércio	0,364	0,000			0,368	0,000
	Agropecuária	0,270	0,000			0,299	0,000
	Fabricação de têxteis, vestuário e couro	0,172	0,001			0,171	0,002
	Alimentos e bebidas	0,130	0,029			0,152	0,011
	Fabricação de produtos de madeira e móveis	0,025	0,068			0,024	0,082
Crédito		0,105	0,056	0,091	0,098	0,101	0,065
Investimento		0,477	0,000	0,493	0,000	0,485	0,000

(continua)

(continuação)

Variáveis		Equação 1		Equação 2		Equação 3	
		Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t
Formas de participação dos sócios(as) nas decisões	Eleição da diretoria em assembleia-geral	0,255	0,000	0,240	0,000	0,263	0,000
	Acesso aos registros e informações do empreendimento	0,095	0,001	0,117	0,000	0,103	0,000
	Prestação de contas aos sócios(as) em assembleia-geral	–0,072	0,018	–0,068	0,026	–0,064	0,035
Participação em rede ou fórum de articulação	Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	0,304	0,000	0,303	0,000		
	Complexos cooperativos	0,180	0,015	0,192	0,010		
	Movimentos social ou sindical	0,107	0,046	0,132	0,014		
	Redes de produção/comercialização	0,080	0,082	0,089	0,055		
	Organizações não governamentais (ONGs), igrejas, pastorais, fundações, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), universidades	–0,198	0,001	–0,183	0,002		
Participação ou desenvolvimento de ação social		0,051	0,050	0,068	0,009	0,091	0,001
Iniciativas visando à qualidade de vida dos consumidores	Incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo	0,089	0,003	0,090	0,003	0,096	0,001
	Preços dos produtos facilitam o acesso aos consumidores(as)	–0,159	0,000	–0,164	0,000	–0,151	0,000

(continua)

(continuação)

Variáveis		Equação 1		Equação 2		Equação 3	
		Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t
Atividades realizadas de forma coletiva pelos(as) sócios(as)	Poupança ou crédito			0,133	0,002		
	Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)			0,109	0,001		
	Comercialização ou venda			–0,057	0,047		
	Uso de equipamento(s)			–0,074	0,005		
	Aquisição (compra ou coleta) de matérias-primas e insumos			–0,079	0,006		
	Produção			–0,221	0,000		
Relação ou participação com movimentos sociais e populares	Movimento de luta pela terra e agricultura familiar					0,085	0,023
	Movimento sindical operário urbano					–0,078	0,027
	Movimento comunitário					–0,079	0,009
	Religioso ou pastoral					–0,250	0,000

Fonte: Elaboração própria a partir do Sies/MTE/Senaes/Ipea (2005, 2007).

Sobre a atividade econômica, vê-se que o efeito diferencial mais baixo ocorre nos setores industriais intensivos em trabalho. Isso sugere uma dificuldade maior de organização, pela Economia Solidária, de atividades econômicas produtivas no espaço urbano, especialmente quando há ausência de canais de comercialização. A exceção é a reciclagem, sabidamente conectada às grandes indústrias. A situação se repete na segunda equação de rendimentos, a qual substitui as atividades econômicas por aquelas realizadas coletivamente pelos sócios.

A terceira equação de rendimentos reforça a evidência de outro modo, mostrando que há um efeito diferencial positivo entre os EESs que se relacionam ou têm participação no movimento de luta pela terra e agricultura familiar. Sobre esta condição, a maturidade dos movimentos sociais no campo, junto com a ação de políticas públicas recentes dirigidas àquele setor, muito possivelmente, expliquem-na.

Quanto ao acesso ao crédito e à realização de investimentos, vê-se que eles estão positivamente relacionados à produção de maiores excedentes.

No que diz respeito às formas de participação dos sócios nas decisões, há evidências de que os EESs mais participativos geram menores excedentes. O resultado põe em questão se a autogestão é um veículo de eficiência econômica dos EESs, tal como se supõe na concepção de Economia Solidária do FBES/Senaes.

Por outro lado, quanto à vinculação de EESs às redes ou fóruns de articulação, a regressão mostra que a participação em conselhos de políticas públicas implica maior produção de excedentes. Isso permite sugerir que o acesso a determinadas informações, os vínculos com a burocracia pública e os movimentos sociais, mais a articulação política com outras experiências de Economia Solidária, potencializam seus ganhos econômicos. Há que se notar, ainda no âmbito da participação em redes ou fóruns, que duas das variáveis significativas relacionadas à maior produção de excedentes dizem respeito à integração econômica entre os EESs, a qual é praticamente inexistente na amostra estudada.

Por fim, a presença de organizações de fomento e assessoria como negativamente significativa na produção de excedentes pode indicar a preocupação destas em atender às organizações mais precárias. Deve-se considerar, porém, que essa é uma variável que abriga organizações muito heterogêneas, de modo que é arriscado tecer maiores considerações sobre a (in)efetividade de suas ações.

O desenvolvimento de ação social pelos EESs mostra-se relacionado a maiores excedentes, mas a regressão, por si só, não permite elucidar por que uma ação realizada no âmbito da educação, da moradia ou da assistência social, por exemplo, tem maior impacto nesta questão do que as demais variáveis constantes do Sies.

Finalmente, dentre as iniciativas relacionadas à qualidade de vida dos consumidores, somente tem impacto positivo no excedente aquela relacionada à presença de um canal específico de escoamento da produção ou dos serviços no mercado, o comércio justo. O impacto negativo do preço dos produtos na geração de excedentes deve relacionar-se, por sua vez, com as dificuldades de enfrentar no mercado produtos de qualidade semelhantes produzidos com menor custo e em menos tempo.

Diante do exposto – e ainda que o exercício realizado remeta a uma fotografia de alguns anos atrás – vê-se que a Economia Solidária, tal como captada pelo Sies, elabora-se de forma razoavelmente contraditória. Entre os determinantes da capacidade de geração de maiores excedentes nos EESs, como se viu, encontrou-se menor participação dos sócios na

gestão direta dos EESs, maior participação em órgãos colegiados de políticas públicas, e o desenvolvimento de ações em auxílio a outras causas e sujeitos sociais.

Mas o que o exercício demonstra de mais importante é que a Economia Solidária é bastante desigual e tem baixa capacidade de geração de excedentes, o que se relaciona a aspectos como: maior participação feminina nas iniciativas; organização informal da atividade econômica; realização de atividades trabalho-intensivas urbanas – à exceção da reciclagem; baixa capacidade de investimentos; e sua localização no Nordeste. Todos eles, por sinal, encontram correspondência com a heterogeneidade da economia e do mercado de trabalho do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta as evidências da seção anterior, pode-se afirmar que, de modo geral, a Economia Solidária tem dificuldades de prover aos seus sócios meios para a sua própria reprodução. Seu êxito econômico, assim, não parece ser *materialmente* relevante para melhorar as condições de vida deles, em particular, e das comunidades as quais pertencem.

A análise indica, por outro lado, que sim, a Economia Solidária contém uma proposta de humanização da vida coletiva. Por meio de processos democráticos, EESs com maior ou menor capacidade de produção de excedentes compõem um cotidiano de trabalho e de articulação social sensivelmente diverso de uma empresa típica. Para ir além da vacilação econômica, porém, a Economia Solidária depende de vigorosos aportes de recursos, os quais somente o Estado ou frações progressistas da sociedade civil interessadas em sua reprodução ampliada são capazes de fazê-lo.

O recorte aqui realizado, porém, não responde pela totalidade da Economia Solidária, e tampouco por aquela captada pelo Sies. De todo modo, permite extrair evidências capazes de, junto com a literatura empírica do campo, subsidiar um conjunto de intervenções em favor da realização dos propósitos deste novo campo de práticas.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, J.; CUNHA, G. **Sistematização e avaliação dos processos do primeiro mapeamento da Economia Solidária no Brasil (relatório nacional)**. Brasília: MTE/Senaes, 2006.

MTE/SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**: 2005. Brasília: MTE/Senaes, 2006a.

_____. **Guia de Orientações e Procedimentos do SIES**. Brasília: MTE/Senaes, 2006b.

PEREIRA, C. **Economia Solidária**: uma investigação sobre suas iniciativas. 2011.

SIES. MTE/Senaes/Ipea, 2005, 2007.

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Variáveis utilizadas nas equações de rendimentos das iniciativas de Economia Solidária geradoras de excedente

Variável		Tipo	Descrição
1. Regressão básica			
Logaritmo do excedente		Contínua	Logaritmo natural do excedente mensal estimado dos EESs
Sócios que trabalham		Contínua	Número de sócios que trabalham nos EESs
Participação feminina		Contínua	Relação entre o número de mulheres que trabalham nos EESs e o total de sócios que trabalham nos EESs.
Região	Centro-Oeste	Categórica	EESs situados na região Centro-Oeste
	Norte	Categórica	EESs situados na região Norte
	Sudeste	Categórica	EESs situados na região Sudeste
Forma de organização	Cooperativa	Categórica	EESs organizados sob a forma de cooperativa
	Grupo informal	Categórica	EESs organizados sob a forma de grupo informal
Atividades econômicas	Serviços	Categórica	Agregação de atividades diversas, como alojamento e alimentação, transporte, intermediação financeira, educação, serviços pessoais etc. Corresponde às divisões 55 a 99 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae).
	Reciclagem	Categórica	Corresponde à divisão 37 da Cnae
	Comércio	Categórica	Agregação das atividades de comércio por atacado e varejo. Corresponde às divisões 50 a 52 da Cnae.
	Agropecuária	Categórica	Agregação de atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca e serviços relacionados. Corresponde às divisões 1 a 5 da Cnae.
	Fabricação de têxteis, vestuário e couro	Categórica	Agregação de atividades de fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios e preparação e fabricação de couros, incluindo calçados. Corresponde às divisões 17 a 19 da Cnae.
	Alimentos e bebidas	Categórica	Corresponde à divisão 15 da Cnae
	Fabricação de produtos de madeira e móveis	Categórica	Agregação de atividades de fabricação de produtos de madeira, móveis e indústrias diversas. Corresponde às divisões 20 e 36 da Cnae.
Crédito		Contínua	Montante de crédito tomado pelos EESs que procuraram o serviço
Investimento		Contínua	Montante investido pelos EESs que afirmaram tê-lo feito
Formas de participação dos sócios(as) nas decisões	Eleição da diretoria em assembleia-geral	Categórica	Autoexplicativa
	Acesso aos registros e informações do empreendimento	Categórica	
	Prestação de contas aos sócios(as) em assembleia-geral	Categórica	
Participação em rede ou fórum de articulação	Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas	Categórica	
	Complexos cooperativos	Categórica	
	Movimentos social ou sindical	Categórica	
	Redes de produção/comercialização	Categórica	
	ONGs, igrejas, pastorais, fundações, Sebrae, universidades	Categórica	

(continua)

(continuação)

Variável		Tipo	Descrição
Participação ou desenvolvimento de ação social		Categórica	Promoção ou contribuição para a realização de atividades que visam à melhoria da localidade na qual os EESs estão inseridos
Iniciativas visando à qualidade de vida dos consumidores	Incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo	Categórica	Presença de processos internos orientados ao bem-estar dos consumidores
	Preços dos produtos facilitam o acesso aos consumidores(as)	Categórica	
2. Primeira regressão secundária. Substitui atividades econômicas realizadas pelos EESs por atividades realizadas de forma coletiva pelos sócios(as) nos EESs			
Atividades realizadas de forma coletiva pelos sócios(as)	Poupança ou crédito	Categórica	Atividades realizadas por cooperativas de crédito e fundos rotativos solidários ou comunitários. Também serve para os casos nos quais os sócios(as) acessam coletivamente crédito ou financiamento
	Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)	Categórica	Relaciona-se a EESs caracterizados pela obtenção de clientes para aquisição de produtos ou serviços de sócios(as)
	Comercialização ou venda	Categórica	Quando os sócios(as) comercializam coletivamente seus produtos ou serviços
	Uso de equipamento(s)	Categórica	Quando os sócios(as) partilham equipamentos comuns, mesmo quando realizem produção ou serviços individualmente
	Aquisição (compra ou coleta) de matérias-primas e insumos	Categórica	Quando os sócios(as) compram coletivamente produtos ou serviços
3. Segunda regressão secundária. Substitui participação dos EESs em rede ou fórum de articulação por relação ou participação dos EESs em movimentos sociais e populares			
Relação ou participação com movimentos sociais e populares	Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	Categórica	Autoexplicativa
	Movimento sindical operário urbano	Categórica	
	Movimento comunitário	Categórica	
	Religioso ou pastoral	Categórica	

Fontes: Elaboração própria a partir da Cnae/Secretaria da Receita Federal (SRF) de 2010 e MTE/Senaes (2006b).

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

POPULAÇÃO IDOSA ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA

DESEMPREGO DA POPULAÇÃO IDOSA

RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO IDOSA

INFORMALIDADE NA POPULAÇÃO IDOSA

NÚMERO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana A1
2. PEA por gênero A1
3. PEA por grau de instrução A2
4. PEA por faixa etária A2
5. Taxa de participação por região metropolitana A3
6. Taxa de participação por gênero A3
7. Taxa de participação por grau de instrução A4
8. Taxa de participação por faixa etária A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana A7
2. Nível de ocupação por gênero A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução A8
4. Nível de ocupação por faixa etária A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação A9
6. Empregados por categoria de ocupação A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. Admissões por UF A11
2. Desligamentos por UF A12
3. Variação do nível de emprego por UF A13
4. Admissões por setor de atividade A14
5. Desligamentos por setor de atividade A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade A16

IV. DESEMPREGO

1 Taxa de desemprego por região metropolitana: PME A17
2 Taxa de desemprego aberto: PED A17
3 Taxa de desemprego oculto por desalento: PED A18
4 Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED A18
5 Taxa de desemprego total: PED A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração A23

V. RENDIMENTOS

1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região A25
2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região A25
3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação A26
4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação A26
5. Salário mínimo real A27

VI. INFORMALIDADE

1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana A29
2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana A29
3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana A30
4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana A30

VII. POPULAÇÃO IDOSA ECONOMICAMENTE ATIVA

1. Brasil: PEA idosa por faixa etária e sexo A31
2. Brasil: PEA idosa por anos de estudo e sexo A32
3. Brasil: taxa de participação da população idosa na atividade econômica por faixa etária e sexo A33
4. Brasil: taxa de participação da população idosa por anos de estudo e sexo A34
5. Brasil: PEA idosa aposentada por faixa etária e sexo A35

VIII. OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA

1. Brasil: população idosa ocupada por faixa etária e sexo A37
2. Brasil: população idosa ocupada por anos de estudo e sexo A38
3. Brasil: população idosa ocupada por posição na ocupação e sexo A39
4. Brasil: idosos empregados por categoria de ocupação e sexo A40
5. Brasil: população idosa ocupada por setor de atividade e sexo A41

IX. DESEMPREGO DA POPULAÇÃO IDOSA

1. Brasil: taxa de desemprego da população idosa por sexo A43
2. Brasil: taxa de desemprego da população idosa por anos de estudo e sexo A43

X. RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO IDOSA

1. Brasil: rendimentos médios recebidos pela população idosa por sexo segundo a fonte A45

XI. INFORMALIDADE NA POPULAÇÃO IDOSA

1. Brasil: proporção dos empregados idosos sem carteira e por conta própria na ocupação total por sexo A47

XII. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Número de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição por clientela e por sexo A49
2. Número de benefícios de aposentadoria por idade por clientela e por sexo A50
3. Número de Benefícios de Prestação Continuada (BPC): idade por clientela e por sexo A51
4. Número de benefícios de aposentadoria por invalidez previdenciária por clientela e por sexo A52
5. Número de benefícios de aposentadoria por invalidez acidentária por clientela e por sexo A53

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003		1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004		1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005		1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006		1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007		1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008		1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009		1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
2010		1.631	1.926	2.623	5.543	9.955	1.933	23.611	1.590	25.201
2011		1.634	1.911	2.676	5.643	10.049	1.985	23.898	1.634	25.532
	Jan.-mar./2011	1.603	1.912	2.638	5.601	9.952	1.964	23.671	1.595	25.266
2011	Março	1.622	1.892	2.650	5.610	10.066	1.978	23.817	1.606	25.423
	Abril	1.652	1.899	2.661	5.542	10.110	1.985	23.849	1.592	25.441
	Maio	1.668	1.896	2.692	5.614	10.077	2.004	23.952	1.654	25.606
	Junho	1.650	1.916	2.692	5.545	10.070	1.994	23.866	1.647	25.513
	Julho	1.652	1.923	2.701	5.545	10.119	1.981	23.920	1.645	25.565
	Agosto	1.652	1.915	2.702	5.674	10.124	1.997	24.064	1.657	25.721
	Setembro	1.630	1.931	2.708	5.715	10.124	1.994	24.102	1.630	25.732
	Outubro	1.625	1.920	2.685	5.771	10.086	1.979	24.066	1.681	25.747
	Novembro	1.622	1.907	2.692	5.808	10.050	2.001	24.081	1.651	25.732
	Dezembro	1.647	1.888	2.664	5.696	9.976	1.997	23.867	1.663	25.530
2012	Janeiro	1.653	1.866	2.682	5.720	9.919	1.985	23.826	1.640	25.466
	Fevereiro	1.666	1.880	2.702	5.732	10.037	1.973	23.990	1.625	25.615
	Março	1.660	1.917	2.733	5.768	10.050	2.018	24.146	1.666	25.812
	Jan.-mar./2012	1.660	1.888	2.706	5.740	10.002	1.992	23.987	1.644	25.631

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2003		11.737	9.392
2004		11.857	9.668
2005		11.928	9.765
2006		12.139	10.000
2007		12.281	10.254
2008		12.446	10.488
2009		12.502	10.647
2010		12.697	10.913
2011		12.878	11.020
	Jan.-mar./2011	12.765	10.906
2011	Março	12.800	11.018
	Abril	12.809	11.040
	Maio	12.926	11.026
	Junho	12.903	10.963
	Julho	12.909	11.010
	Agosto	13.021	11.043
	Setembro	12.961	11.141
	Outubro	12.902	11.165
	Novembro	12.944	11.137
	Dezembro	12.868	10.999
	Janeiro	12.884	10.942
	Fevereiro	12.981	11.009
	Março	13.035	11.111
	Jan.-mar./2012	12.967	11.021

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Em mil pessoas)

Período		< 8	8-10	> = 11
2003		7.174	4.233	9.686
2004		6.963	4.215	10.307
2005		6.669	4.161	10.830
2006		6.503	4.172	11.430
2007		6.244	4.189	12.072
2008		6.001	4.173	12.732
2009		5.702	4.128	13.292
2010		5.461	4.180	13.948
2011		5.276	4.144	14.459
	Jan.-mar./2011	5.199	4.123	14.329
2011	Março	5.216	4.161	14.419
	Abril	5.394	4.164	14.265
	Maio	5.443	4.153	14.333
	Junho	5.346	4.204	14.291
	Julho	5.332	4.164	14.404
	Agosto	5.330	4.127	14.588
	Setembro	5.283	4.166	14.637
	Outubro	5.161	4.203	14.687
	Novembro	5.268	4.173	14.625
	Dezembro	5.159	4.007	14.691
2012	Janeiro	5.012	3.999	14.803
	Fevereiro	5.079	3.936	14.961
	Março	5.016	4.042	15.071
	Jan.-mar./2012	5.035	3.992	14.945

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003		127	616	4.073	13.041	3.272
2004		107	598	4.090	13.239	3.490
2005		64	521	3.989	13.457	3.662
2006		73	538	4.013	13.684	3.831
2007		64	496	3.986	13.964	4.025
2008		62	480	3.921	14.155	4.317
2009		95	569	3.996	12.506	4.573
2010		48	426	3.721	14.561	4.788
2011		47	447	3.630	14.718	4.866
	Jan.-mar./2011	44	445	3.639	14.589	4.829
2011	Março	49	448	3.670	14.653	4.497
	Abril	55	480	3.679	14.640	4.750
	Maio	51	459	3.745	14.632	5.065
	Junho	56	452	3.660	14.664	4.526
	Julho	49	459	3.626	14.730	4.899
	Agosto	53	442	3.590	14.818	5.161
	Setembro	43	456	3.623	14.795	4.637
	Outubro	40	428	3.636	14.810	4.897
	Novembro	45	425	3.554	14.910	5.146
	Dezembro	39	427	3.528	14.845	4.790
2012	Janeiro	47	439	3.458	14.806	4.932
	Fevereiro	45	420	3.528	14.871	5.125
	Março	37	445	3.593	14.883	5.188
	Jan.-mar./2012	43	435	3.527	14.853	5.082

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.5
Taxa de participação por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003		51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004		49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005		49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006		51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007		49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008		47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009		47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
2010		50,2	57,7	59,8	53,9	59,6	56,8	57,1	59,7	57,2
2011		49,9	56,0	59,9	54,4	59,4	57,7	57,1	58,9	57,2
	Jan.-mar./2011	49,2	56,7	59,4	54,1	59,0	57,3	56,7	59,2	56,8
2011	Março	49,9	56,1	59,6	54,1	59,5	57,7	57,0	59,7	57,2
	Abril	50,6	56,1	59,9	53,6	59,7	57,8	57,1	58,9	57,2
	Maio	51,1	55,8	60,4	54,1	59,6	58,3	57,2	60,7	57,4
	Junho	50,4	56,2	60,2	53,4	59,6	58,0	57,0	60,3	57,2
	Julho	50,3	56,1	60,4	53,3	60,0	57,6	57,1	60,3	57,3
	Agosto	50,2	55,8	60,2	54,6	59,8	58,1	57,3	60,7	57,5
	Setembro	49,6	56,3	60,4	55,1	59,7	57,9	57,4	59,5	57,5
	Outubro	49,4	55,6	59,7	55,5	59,5	57,4	57,3	61,3	57,6
	Novembro	49,2	55,5	59,8	56,0	59,3	58,1	57,3	60,3	57,5
	Dezembro	49,8	54,8	59,3	54,6	58,8	57,8	56,7	60,9	57,0
2012	Janeiro	49,9	54,3	59,5	55,0	58,5	57,1	56,6	60,2	56,9
	Fevereiro	50,3	54,4	60,1	55,1	59,0	56,9	56,9	59,9	57,1
	Março	50,4	55,2	60,9	55,3	58,9	58,0	57,2	61,0	57,5
	Jan.-mar./2012	50,2	54,6	60,2	55,1	58,8	57,3	56,9	60,4	57,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6
Taxa de participação por gênero
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2003		67,7	47,8
2004		67,3	48,3
2005		66,7	47,7
2006		66,8	48,1
2007		66,5	48,5
2008		66,6	48,7
2009		66,0	48,6
2010		66,5	49,0
2011		66,5	48,9
	Jan.-mar./2011	66,3	48,5
2011	Março	66,5	48,9
	Abril	66,3	49,1
	Maio	66,7	49,0
	Junho	66,3	48,9
	Julho	66,6	48,9
	Agosto	67,0	49,0
	Setembro	66,8	49,4
	Outubro	66,6	49,3
	Novembro	66,5	49,4
	Dezembro	66,0	48,7
2012	Janeiro	66,0	48,5
	Fevereiro	66,3	48,7
	Março	66,6	49,0
	Jan.-mar./2012	66,3	48,7

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.7
Taxa de participação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2003		42,1	58,9	76,2
2004		41,3	58,4	76,3
2005		39,9	56,9	75,9
2006		39,2	57,4	76,2
2007		38,1	57,2	76,2
2008		37,2	56,7	76,2
2009		36,1	55,6	75,7
2010		35,5	55,4	75,8
2011		34,4	54,0	74,9
	Jan.-mar./2011	34,6	54,5	75,1
2011	Março	35,0	54,5	75,2
	Abril	35,5	54,8	75,3
	Maio	35,6	55,0	75,5
	Junho	35,1	54,7	75,6
	Julho	35,1	55,1	75,3
	Agosto	35,1	55,2	75,7
	Setembro	34,8	55,8	76,0
	Outubro	34,2	55,8	75,9
	Novembro	34,4	56,0	76,0
	Dezembro	34,2	54,4	75,0
2012	Janeiro	34,1	53,4	74,5
	Fevereiro	34,7	52,4	74,9
	Março	34,4	53,3	75,2
	Jan.-mar./2012	34,4	53,0	74,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8
Taxa de participação por faixa etária
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005		1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006		2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007		1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008		1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009		1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
2010		1,3	18,9	70,1	80,9	40,0
2011		1,3	19,7	69,6	81,0	40,1
	Jan.-mar./2011	1,2	19,9	69,3	80,7	39,5
2011	Março	1,4	19,8	69,4	81,0	39,8
	Abril	1,5	20,8	70,1	81,1	39,6
	Maio	1,4	20,0	70,3	81,2	40,1
	Junho	1,5	19,5	69,9	81,2	39,9
	Julho	1,3	20,4	69,5	80,9	40,1
	Agosto	1,5	19,5	69,4	81,2	40,9
	Setembro	1,2	20,1	69,8	81,3	41,1
	Outubro	1,1	18,6	69,7	81,2	40,8
	Novembro	1,2	18,6	69,6	81,2	40,8
	Dezembro	1,1	18,9	68,8	80,6	39,6
2012	Janeiro	1,3	19,3	68,3	80,7	39,5
	Fevereiro	1,3	18,5	68,7	81,1	39,8
	Março	1,1	19,4	69,5	81,5	39,7
	Jan.-mar./2012	1,2	19,1	68,8	81,1	39,7

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.9
População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período		Disponíveis		Não disponíveis	Total
		Marginalmente ligadas à PEA[1]	Total		
2003		985	2.811	404	3.215
2004		1.024	2.806	365	3.171
2005		1.027	2.800	343	3.144
2006		992	2.566	371	2.938
2007		920	2.300	408	2.709
2008		817	2.077	386	2.463
2009		861	2.033	370	2.403
2010		778	1.935	381	2.315
2011		739	1.766	408	2.174
	Jan.-mar./2011	774	1.858	436	2.295
2011	Março	737	1.788	415	2.203
	Abril	772	1.824	449	2.273
	Maio	749	1.791	447	2.238
	Junho	751	1.754	413	2.166
	Julho	750	1.782	411	2.192
	Agosto	753	1.788	383	2.170
	Setembro	723	1.683	366	2.049
	Outubro	678	1.692	351	2.043
	Novembro	648	1.594	352	1.946
	Dezembro	722	1.712	409	2.121
2012	Janeiro	783	1.832	387	2.219
	Fevereiro	757	1.768	383	2.150
	Março	665	1.668	349	2.017
	Jan.-mar./2012	735	1.756	373	2.129

Fonte: PME/IBGE.

Nota: [1] Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

TABELA II.1
Nível de ocupação por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003		1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004		1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005		1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006		1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007		1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008		1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009		1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
2010		1.490	1.715	2.480	5.233	9.257	1.845	22.019	1.519	23.538
2011		1.527	1.727	2.545	5.349	9.428	1.896	22.473	1.573	24.046
	Jan.-mar./2011	1.483	1.711	2.488	5.321	9.302	1.875	22.181	1.535	23.716
2011	Março	1.498	1.693	2.509	5.333	9.367	1.879	22.282	1.546	23.828
	Abril	1.528	1.706	2.519	5.276	9.391	1.893	22.345	1.533	23.878
	Maio	1.554	1.697	2.566	5.314	9.398	1.901	22.398	1.580	23.978
	Junho	1.550	1.720	2.568	5.250	9.404	1.899	22.450	1.580	24.030
	Julho	1.547	1.735	2.573	5.268	9.466	1.887	22.080	1.584	23.664
	Agosto	1.542	1.744	2.572	5.386	9.485	1.894	22.184	1.595	23.779
	Setembro	1.526	1.758	2.572	5.388	9.509	1.898	22.279	1.574	23.853
	Outubro	1.528	1.739	2.565	5.441	9.517	1.892	22.682	1.620	24.302
	Novembro	1.533	1.746	2.580	5.488	9.553	1.930	22.830	1.595	24.425
	Dezembro	1.570	1.742	2.564	5.416	9.508	1.934	22.734	1.613	24.347
2012	Janeiro	1.559	1.710	2.561	5.401	9.374	1.908	22.513	1.578	24.091
	Fevereiro	1.582	1.733	2.575	5.407	9.423	1.892	22.611	1.564	24.175
	Março	1.557	1.762	2.594	5.427	9.393	1.912	22.646	1.591	24.237
	Jan.-mar./2012	1.566	1.735	2.577	5.412	9.397	1.904	22.590	1.578	24.168

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA II.2
Nível de ocupação por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2003		10.554	7.966
2004		10.777	8.275
2005		10.999	8.555
2006		11.149	8.777
2007		11.370	9.065
2008		11.687	9.435
2009		11.687	9.590
2010		12.035	9.984
2011		12.277	10.195
	Jan.-mar./2011	12.131	10.050
2011	Março	12.161	10.118
	Abril	12.165	10.147
	Maio	12.287	10.143
	Junho	12.264	10.126
	Julho	12.297	10.179
	Agosto	12.419	10.205
	Setembro	12.352	10.300
	Outubro	12.320	10.362
	Novembro	12.440	10.390
	Dezembro	12.390	10.343
2012	Janeiro	12.330	10.183
	Fevereiro	12.383	10.228
	Março	12.387	10.259
	Jan.-mar./2012	12.367	10.223

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.3
Nível de ocupação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período		0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2003		561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004		527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005		479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006		473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007		424	976	4.336	3.662	11.007
2008		375	919	4.300	3.727	11.773
2009		367	881	4.074	3.694	12.235
2010		360	830	3.967	3.800	13.040
2011		352	771	3.890	3.811	13.629
	Jan.-mar./2011	347	768	3.820	3.785	13.441
2011	Março	360	790	3.784	3.809	13.515
	Abril	354	792	3.975	3.807	13.358
	Maio	361	813	3.978	3.825	13.429
	Junho	380	775	3.917	3.860	13.433
	Julho	366	769	3.928	3.826	13.567
	Agosto	356	771	3.923	3.794	13.760
	Setembro	373	735	3.896	3.820	13.812
	Outubro	351	732	3.826	3.858	13.899
	Novembro	327	806	3.890	3.862	13.931
	Dezembro	314	762	3.891	3.726	14.031
2012	Janeiro	312	708	3.782	3.703	13.997
	Fevereiro	319	741	3.807	3.636	14.093
	Março	330	704	3.741	3.698	14.155
	Jan.-mar./2012	320	718	3.777	3.679	14.082

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4
Nível de ocupação por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003		104	381	3.120	11.816	3.100
2004		88	385	3.167	12.086	3.327
2005		54	347	3.164	12.464	3.525
2006		61	362	3.168	12.646	3.689
2007		52	337	3.193	12.957	3.895
2008		51	341	3.267	13.266	4.196
2009		44	304	3.149	13.344	4.436
2010		39	316	3.165	13.762	4.737
2011		40	344	3.143	14.004	4.942
	Jan.-mar./2011	36	335	3.124	13.847	4.840
2011	Março	41	334	3.142	13.893	4.868
	Abril	43	359	3.128	13.908	4.875
	Maio	44	361	3.241	13.848	4.936
	Junho	49	366	3.134	13.931	4.910
	Julho	42	352	3.122	14.029	4.931
	Agosto	46	329	3.102	14.104	5.042
	Setembro	36	346	3.133	14.068	5.069
	Outubro	33	330	3.178	14.103	5.038
	Novembro	41	340	3.149	14.254	5.045
	Dezembro	34	340	3.154	14.262	4.944
2012	Janeiro	40	334	3.046	14.118	4.975
	Fevereiro	40	320	3.059	14.163	5.030
	Março	32	335	3.073	14.120	5.086
	Jan.-mar./2012	37	330	3.059	14.134	5.030

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.5
Nível de ocupação por posição na ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não remunerados	Total
		Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não remunerados				
2003		8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004		8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005		8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006		9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007		9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008		10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009		10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
2010		11.221	3.966	1.665	6	4.054	993	115	22.019
2011		11.917	3.757	1.683	1	4.028	973	96	22.456
	Jan.-mar./2011	11.664	3.772	1.680	5	4.025	935	100	22.181
2011	Março	11.814	3.774	1.665	4	3.997	922	104	22.279
	Abril	11.853	3.815	1.619	3	4.010	911	101	22.313
	Maio	11.809	3.865	1.637	4	4.056	957	102	22.430
	Junho	11.826	3.809	1.680	5	3.988	984	97	22.390
	Julho	11.908	3.760	1.719	5	3.980	1.011	92	22.476
	Agosto	12.036	3.731	1.703	3	4.038	1.016	97	22.623
	Setembro	12.059	3.730	1.767	5	3.973	1.018	99	22.651
	Outubro	12.133	3.679	1.751	4	4.043	983	88	22.682
	Novembro	12.194	3.717	1.722	7	4.108	991	90	22.829
	Dezembro	12.196	3.663	1.720	3	4.071	999	82	22.734
2012	Janeiro	12.085	3.560	1.752	8	4.082	938	89	22.513
	Fevereiro	12.227	3.499	1.752	3	4.050	991	90	22.611
	Março	12.125	3.580	1.779	5	4.073	1.010	75	22.646
	Jan.-mar./2012	12.145	3.546	1.761	5	4.068	980	85	22.590

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6
Empregados por categoria de ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Setor privado		Setor público			Domésticos	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2003		7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004		7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005		7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006		8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007		8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008		9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009		9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
2010		10.191	2.659	428	297	1.665	603	1.010
2011		10.888	2.505	429	299	1.697	583	967
	Jan.-mar./2011	10.626	2.556	431	263	1.680	607	953
2011	Março	10.739	2.551	438	264	1.665	637	959
	Abril	10.803	2.558	437	290	1.619	613	967
	Maio	10.803	2.575	403	338	1.637	603	951
	Junho	10.784	2.502	439	327	1.680	601	976
	Julho	10.917	2.511	410	317	1.719	581	932
	Agosto	10.998	2.470	446	309	1.703	593	951
	Setembro	11.028	2.473	439	301	1.767	593	956
	Outubro	11.105	2.428	419	326	1.750	586	948
	Novembro	11.157	2.429	450	311	1.722	621	943
	Dezembro	11.182	2.441	413	278	1.720	579	966
2012	Janeiro	11.137	2.378	390	259	1.752	558	922
	Fevereiro	11.243	2.320	386	255	1.752	598	923
	Março	11.134	2.425	392	251	1.779	599	903
	Jan.-mar./2012	11.171	2.375	389	255	1.761	585	916

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.7
Nível de ocupação por setor de atividade
(Em mil pessoas)

Período		Indústria[1]	Construção	Comércio[2]	Intermediação financeira[3]	Adm. pública[4]	Serviços domésticos	Outros serviços[5]	Outras atividades[6]
2003		3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004		3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005		3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006		3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007		3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008		3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009		3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
2010		3.651	1.658	4.137	3.393	3.565	1.613	3.882	120
2011		3.694	1.722	4.197	3.609	3.595	1.554	3.982	120
	Jan.-mar./2011	3.648	1.668	4.186	3.510	3.490	1.560	3.998	121
2011	Março	3.657	1.706	4.158	3.574	3.498	1.596	3.964	127
	Abril	3.670	1.702	4.176	3.578	3.460	1.580	4.022	125
	Maio	3.741	1.732	4.242	3.574	3.539	1.555	3.906	141
	Junho	3.769	1.743	4.169	3.573	3.567	1.583	3.861	125
	Julho	3.720	1.739	4.185	3.599	3.623	1.513	3.977	119
	Agosto	3.759	1.762	4.208	3.583	3.688	1.544	3.971	108
	Setembro	3.717	1.747	4.142	3.651	3.738	1.549	3.999	108
	Outubro	3.693	1.705	4.192	3.716	3.713	1.535	4.013	115
	Novembro	3.656	1.778	4.242	3.748	3.721	1.564	4.003	117
	Dezembro	3.661	1.755	4.249	3.752	3.625	1.545	4.033	114
2012	Janeiro	3.638	1.758	4.248	3.676	3.552	1.480	4.038	123
	Fevereiro	3.619	1.758	4.274	3.680	3.589	1.521	4.046	124
	Março	3.727	1.786	4.239	3.629	3.623	1.502	4.028	113
	Jan.-mar./2012	3.661	1.767	4.254	3.662	3.588	1.501	4.037	120

Fonte: PME/IBGE.

Notas: [1] Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

[2] Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

[3] Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

[4] Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

[5] Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

[6] Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

TABELA III.1
Admissões por UF

	2006[1]	2007[1]	2008[1]	2009[1]	2010[1]	2011[1]	Jan.-mar./ 2011	Abr./2011	Mai./2011	Jun./2011	Jul./2011	Ago./2011	Set./2011	Out./2011	Nov./2011	Dez./2011	Jan./2012	Fev./2012	Mar./2012	Jan.-mar./ 2012
RO	69.649	79.334	95.132	125.909	158.614	161.919	41.250	12.466	14.852	14.853	15.361	14.107	13.235	12.760	12.773	10.262	13.236	13.348	12.685	39.269
AC	17.580	16.278	21.148	23.790	28.085	30.984	7.024	2.348	2.901	3.320	3.241	2.791	2.443	2.639	2.419	1.858	2.131	2.250	2.038	6.419
AM	143.625	161.560	184.960	163.680	199.837	226.610	57.011	19.921	21.373	20.475	21.079	20.717	19.250	18.344	16.849	11.591	15.710	14.561	16.317	46.588
RR	7.937	9.522	13.001	13.592	17.526	19.342	4.863	1.622	1.638	1.369	1.672	1.771	1.993	1.634	1.572	1.208	1.420	1.719	1.881	5.020
PA	221.093	243.209	272.339	254.970	294.940	332.582	76.149	24.736	27.746	30.005	29.354	32.381	32.045	29.111	28.542	22.513	27.760	26.970	28.199	82.929
AP	15.290	18.041	21.656	20.429	22.982	30.203	6.355	2.181	2.555	2.711	2.673	2.885	3.140	2.743	2.679	2.281	2.440	2.112	2.470	7.022
TO	44.209	52.139	59.515	57.791	69.470	70.876	17.064	5.873	6.677	5.915	5.876	6.673	6.676	5.600	6.087	4.435	5.909	6.166	6.047	18.122
MA	94.335	111.763	144.739	137.645	180.084	193.278	42.618	14.974	16.225	19.165	17.125	18.523	17.777	16.409	16.357	14.105	16.281	14.863	14.475	45.619
PI	59.823	61.787	73.860	79.490	103.526	100.279	24.192	9.380	8.888	9.931	8.631	8.885	8.793	7.551	8.004	6.024	8.768	8.094	9.178	26.040
CE	267.041	295.833	345.458	379.204	448.201	489.918	114.481	40.625	41.536	43.691	43.564	46.630	44.737	42.861	41.865	29.928	38.756	37.764	38.870	115.390
RN	146.967	146.384	161.965	151.630	182.440	183.612	42.302	14.607	15.067	15.482	15.357	19.367	18.007	15.692	15.047	12.684	15.237	13.658	15.586	44.481
PB	84.592	92.780	103.426	109.139	132.012	142.326	31.600	10.963	11.144	11.440	11.322	20.720	13.231	11.213	11.715	8.978	11.886	11.446	12.017	35.349
PE	333.564	353.967	408.028	439.804	554.743	602.804	131.309	47.484	51.595	50.972	49.740	61.070	67.956	53.237	48.388	41.053	46.731	42.273	49.691	138.695
AL	110.055	109.173	120.327	121.070	131.217	152.666	27.980	8.209	10.422	10.002	9.614	12.803	40.319	14.433	10.981	7.903	10.188	8.244	8.255	26.687
SE	70.359	75.928	87.510	89.875	108.888	116.185	27.374	8.899	9.843	9.180	9.454	11.004	12.648	10.634	9.549	7.600	10.619	9.782	10.604	31.005
BA	473.212	531.251	610.700	634.547	751.940	797.200	188.445	67.571	75.187	71.172	73.029	73.045	66.452	65.272	60.940	56.087	67.565	57.361	68.641	193.567
MG	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	2.330.033	2.441.631	595.790	207.608	251.016	231.570	208.193	216.040	206.947	190.049	185.462	148.956	190.935	195.489	220.000	606.424
ES	314.285	339.581	390.245	370.548	419.220	447.492	107.017	37.819	49.372	39.784	38.064	39.949	35.184	34.502	34.818	30.983	36.226	35.390	40.784	112.400
RJ	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	1.584.744	1.735.635	418.746	146.984	157.073	151.430	140.973	152.843	149.948	139.366	149.334	128.938	141.614	146.078	158.597	446.289
SP	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	6.038.693	6.454.473	1.663.349	590.408	612.234	556.868	526.741	566.289	528.595	515.223	494.357	400.409	519.808	555.658	589.981	1.665.447
PR	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	1.403.547	1.505.901	405.607	129.987	136.735	125.784	123.004	131.769	125.522	120.860	119.081	87.552	135.425	137.609	149.073	422.107
SC	730.675	830.160	950.005	928.396	1.098.276	1.155.707	329.807	95.005	101.544	89.766	88.591	96.309	92.376	97.127	94.722	70.460	110.820	118.650	116.914	346.384
RS	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	1.382.470	1.462.349	408.185	126.607	126.601	115.728	112.854	122.317	110.942	120.665	120.401	98.049	130.481	130.048	151.636	412.165
MS	170.662	193.899	242.953	229.386	251.036	274.305	73.389	24.600	27.043	23.200	22.741	24.530	22.056	21.147	20.545	15.054	23.035	24.004	25.832	72.871
MT	227.021	268.853	327.013	324.160	328.714	396.942	103.101	31.941	36.100	38.872	33.126	34.977	34.161	33.147	29.528	21.989	40.181	36.800	35.727	112.708
GO	386.167	454.710	545.751	543.775	636.234	699.665	179.981	62.841	67.435	61.177	58.321	62.226	59.783	54.652	51.827	41.422	59.894	60.934	65.798	186.626
DF	200.528	216.939	256.590	285.923	319.100	337.736	88.522	28.719	29.863	27.955	27.163	29.700	28.810	27.695	26.580	22.729	28.434	28.791	29.831	87.056
Total	12.831.149	14.341.289	16.659.331	16.187.640	19.204.847	20.562.620	5.213.511	1.774.378	1.912.665	1.781.817	1.696.863	1.830.321	1.763.026	1.664.566	1.620.422	1.305.051	1.711.490	1.740.062	1.881.127	5.332.679

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: [1] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2006[1]	2007[1]	2008[1]	2009[1]	2010[1]	2011[1]	Jan.-mar./ 2011	Abr./2011	Mai./2011	Jun./2011	Jul./2011	Ago./2011	Set./2011	Out./2011	Nov./2011	Dez./2011	Jan./2012	Fev./2012	Mar./2012	Jan.-mar./ 2012
RO	64.978	71.001	89.752	101.034	136.669	156.117	34.963	11.528	14.507	13.746	14.051	13.508	12.992	12.793	14.284	13.745	12.284	12.475	12.040	36.799
AC	16.400	16.374	20.649	21.821	26.733	30.571	7.771	1.994	2.673	2.381	2.742	2.638	2.357	2.679	2.683	2.653	2.371	2.189	2.618	7.178
AM	130.620	138.976	176.224	165.088	167.981	192.919	45.321	15.575	18.379	15.602	16.575	16.535	15.931	15.717	15.546	17.738	17.054	15.033	17.078	49.165
RR	7.269	8.180	12.427	12.403	15.023	18.253	4.650	1.750	2.317	1.391	1.524	1.356	1.245	1.451	1.121	1.448	1.764	1.536	1.555	4.855
PA	200.287	215.206	263.613	247.590	259.546	298.215	72.543	21.718	26.588	25.803	22.584	25.718	26.170	23.148	24.316	29.627	27.130	24.833	28.345	80.308
AP	13.878	16.337	19.707	20.238	20.831	25.741	6.568	1.712	2.357	2.059	2.023	2.241	2.188	2.070	2.183	2.340	2.307	2.110	2.609	7.026
TO	42.069	45.034	58.805	54.746	63.579	68.067	16.562	5.219	6.354	5.744	5.461	5.844	5.522	4.821	5.918	6.622	5.218	4.985	5.140	15.343
MA	80.603	95.585	125.395	142.429	152.147	180.725	46.334	13.039	16.201	14.482	14.104	15.094	14.018	14.345	16.023	17.085	17.181	15.674	16.112	48.967
PI	52.283	53.886	62.536	66.763	84.732	95.409	25.970	6.884	7.733	8.229	7.729	7.872	7.509	6.057	7.414	10.012	8.550	7.870	8.717	25.137
CE	233.481	256.111	304.017	314.768	375.414	443.892	110.227	34.020	38.931	39.607	35.744	38.625	36.133	36.611	37.497	36.497	41.420	34.097	40.457	115.974
RN	131.626	131.380	148.434	146.830	157.516	175.095	45.720	14.236	15.222	14.075	14.064	14.771	13.440	13.751	14.034	15.782	16.021	15.870	15.169	47.060
PB	71.516	80.623	93.531	95.848	100.561	126.505	39.419	9.061	10.325	8.936	10.132	10.449	9.398	9.157	9.565	10.063	11.721	14.583	15.438	41.742
PE	294.679	307.619	355.228	393.087	456.238	532.742	142.402	49.448	41.735	39.644	41.711	42.457	40.190	45.816	43.253	46.086	45.350	46.117	57.877	149.344
AL	98.000	109.678	117.005	113.249	125.140	140.910	42.859	24.343	12.650	8.552	8.034	8.881	8.382	8.495	8.951	9.763	10.451	11.406	29.287	51.144
SE	62.771	67.143	76.472	78.677	89.625	101.697	25.079	10.038	8.539	8.152	7.779	8.483	7.999	8.395	8.237	8.996	8.838	8.498	10.692	28.028
BA	448.123	472.531	569.778	563.377	660.538	749.007	175.122	56.948	63.477	59.405	70.996	65.902	63.427	64.791	57.783	71.156	60.704	58.980	66.398	186.082
MG	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	2.070.594	2.269.531	534.315	171.254	194.039	186.549	200.263	216.841	203.593	182.591	179.637	200.449	174.393	174.458	197.326	546.177
ES	282.316	314.507	360.871	351.573	385.630	413.544	101.699	29.005	36.853	41.477	37.046	37.151	31.730	30.248	33.104	35.231	34.738	34.980	36.664	106.382
RJ	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	1.394.064	1.567.482	394.863	121.228	138.470	131.674	130.005	132.978	126.045	126.107	124.467	141.645	142.208	130.007	146.587	418.802
SP	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	5.385.451	5.977.828	1.442.199	471.275	525.497	495.660	477.456	513.256	492.199	492.344	523.502	544.440	491.481	499.904	542.702	1.534.087
PR	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	1.261.064	1.393.532	356.925	109.150	119.946	119.007	114.174	117.518	112.365	109.291	113.418	121.738	120.772	123.534	134.222	378.528
SC	669.353	746.530	876.099	877.382	997.295	1.080.419	291.669	86.254	97.046	86.767	85.585	88.712	82.079	83.974	82.633	95.700	94.419	102.931	107.163	304.513
RS	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	1.219.206	1.353.527	351.101	109.610	122.147	109.441	107.646	116.708	104.438	104.143	107.526	120.767	117.371	120.320	134.761	372.452
MS	164.155	181.977	233.087	216.486	231.298	258.713	61.922	22.594	21.096	19.623	21.149	22.121	20.421	23.133	21.830	24.824	21.065	21.737	22.827	65.629
MT	222.890	244.297	304.120	318.748	339.640	376.455	86.975	30.124	32.474	29.040	28.609	32.072	33.394	32.666	35.319	35.782	30.039	30.145	36.533	96.717
GO	365.106	413.557	498.404	509.371	577.169	650.280	145.332	50.671	55.217	52.766	52.266	55.371	54.453	59.313	62.293	62.598	51.818	50.594	53.083	155.495
DF	187.154	200.575	230.345	268.501	294.083	319.401	79.436	23.475	29.825	26.612	26.848	26.773	26.330	24.516	25.150	30.436	25.927	24.596	27.981	78.504
Total	11.602.463	12.723.897	15.207.127	15.192.530	17.067.900	18.996.577	4.687.946	1.502.153	1.660.598	1.566.424	1.556.300	1.639.875	1.553.948	1.538.423	1.577.687	1.713.223	1.592.595	1.589.462	1.769.381	4.951.438

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: [1] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2006[1]	2007[1]	2008[1]	2009[1]	2010[1]	2011[1]	Jan.-mar./ 2011	Abr./2011	Mai./2011	Jun./2011	Jul./2011	Ago./2011	Set./2011	Out./2011	Nov./2011	Dez./2011	Jan./2012	Fev./2012	Mar./2012	Jan.-mar./ 2012
RO	4.671	8.333	5.380	24.875	21.945	5.802	6.287	938	345	1.107	1.310	599	243	–33	–1.511	–3.483	952	873	645	2.470
AC	1.180	–96	499	1.969	1.352	413	–747	354	228	939	499	153	86	–40	–264	–795	–240	61	–580	–759
AM	13.005	22.584	8.736	–1.408	20.813	33.691	11.690	4.346	2.994	4.873	4.504	4.182	3.319	2.627	1.303	–6.147	–1.344	–472	–761	–2.577
RR	668	1.342	574	1.189	2.503	1.089	213	–128	–679	–22	148	415	748	183	451	–240	–344	183	326	165
PA	20.806	28.003	8.726	7.380	35.394	34.367	3.606	3.018	1.158	4.202	6.770	6.663	5.875	5.963	4.226	–7.114	630	2.137	–146	2.621
AP	1.412	1.704	1.949	191	2.151	4.462	–213	469	198	652	650	644	952	673	496	–59	133	2	–139	v4
TO	2.140	7.105	710	3.045	5.891	2.809	502	654	323	171	415	829	1.154	779	169	–2.187	691	1.181	907	2.779
MA	13.732	16.178	19.344	–4.784	27.937	12.553	–3.716	1.935	24	4.683	3.021	3.429	3.759	2.064	334	–2.980	–900	–811	–1.637	–3.348
PI	7.540	7.901	11.324	12.727	18.794	4.870	–1.778	2.496	1.155	1.702	902	1.013	1.284	1.494	590	–3.988	218	224	461	903
CE	33.560	39.722	41.441	64.436	72.787	46.026	4.254	6.605	2.605	4.084	7.820	8.005	8.604	6.250	4.368	–6.569	–2.664	3.667	–1.587	–584
RN	15.341	15.004	13.531	4.800	24.924	8.517	–3.418	371	–155	1.407	1.293	4.596	4.567	1.941	1.013	–3.098	–784	–2.212	417	–2.579
PB	13.076	12.157	9.895	13.291	22.361	15.821	–7.819	1.902	819	2.504	1.190	10.271	3.833	2.056	2.150	–1.085	165	–3.137	–3.421	–6.393
PE	38.885	46.348	52.800	46.717	98.505	70.062	–11.093	–1.964	9.860	11.328	8.029	18.613	27.766	7.421	5.135	–5.033	1.381	–3.844	–8.186	–10.649
AL	12.055	–505	3.322	7.821	6.077	11.756	–14.879	–16.134	–2.228	1.450	1.580	3.922	31.937	5.938	2.030	–1.860	–263	–3.162	–21.032	–24.457
SE	7.588	8.785	11.038	11.198	19.263	14.488	2.295	–1.139	1.304	1.028	1.675	2.521	4.649	2.239	1.312	–1.396	1.781	1.284	–88	2.977
BA	25.089	58.720	40.922	71.170	91.402	48.193	13.323	10.623	11.710	11.767	2.033	7.143	3.025	481	3.157	–15.069	6.861	–1.619	2.243	7.485
MG	152.294	168.398	130.722	90.608	259.439	172.100	61.475	36.354	56.977	45.021	7.930	–801	3.354	7.458	5.825	–51.493	16.542	21.031	22.674	60.247
ES	31.969	25.074	29.374	18.975	33.590	33.948	5.318	8.814	12.519	–1.693	1.018	2.798	3.454	4.254	1.714	–4.248	1.488	410	4.120	6.018
RJ	116.158	144.786	154.596	88.875	190.680	168.153	23.883	25.756	18.603	19.756	10.968	19.865	23.903	13.259	24.867	–12.707	–594	16.071	12.010	27.487
SP	472.627	611.539	525.607	277.573	653.242	476.645	221.150	119.133	86.737	61.208	49.285	53.033	36.396	22.879	–29.145	–144.031	28.327	55.754	47.279	131.360
PR	86.396	122.361	110.903	69.084	142.483	112.369	48.682	20.837	16.789	6.777	8.830	14.251	13.157	11.569	5.663	–34.186	14.653	14.075	14.851	43.579
SC	61.322	83.630	73.906	51.014	100.981	75.288	38.138	8.751	4.498	2.999	3.006	7.597	10.297	13.153	12.089	–25.240	16.401	15.719	9.751	41.871
RS	52.099	94.324	90.554	64.226	163.264	108.822	57.084	16.997	4.454	6.287	5.208	5.609	6.504	16.522	12.875	–22.718	13.110	9.728	16.875	39.713
MS	6.507	11.922	9.866	12.900	19.738	15.592	11.467	2.006	5.947	3.577	1.592	2.409	1.635	–1.986	–1.285	–9.770	1.970	2.267	3.005	7.242
MT	4.131	24.556	22.893	5.412	17.352	20.487	16.126	1.817	3.626	9.832	4.517	2.905	767	481	–5.791	–13.793	10.142	6.655	–806	15.991
GO	21.061	41.153	47.347	34.404	59.062	49.385	34.649	12.170	12.218	8.411	6.055	6.855	5.330	–4.661	–10.466	–21.176	8.076	10.340	12.715	31.131
DF	13.374	16.364	26.245	17.422	25.017	18.335	9.086	5.244	38	1.343	315	2.927	2.480	3.179	1.430	–7.707	2.507	4.195	1.850	8.552
Total	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947	1.566.043	525.565	272.225	252.067	215.393	140.563	190.446	209.078	126.143	42.735	–408.172	118.895	150.600	111.746	381.241

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: [1] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

		Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004[1]		40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005[1]		45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006[1]		46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007[1]		48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008[1]		54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009[1]		42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
2010[1]		57.054	3.910.066	91.743	2.463.997	4.442.260	6.875.128	103.161	1.261.438	0	19.204.847
2011[1]		62.149	3.943.981	99.822	2.614.817	4.804.303	7.644.580	101.226	1.291.742	0	20.562.620
	Jan.-mar./2011	15.856	1.070.158	25.584	648.541	1.147.336	1.963.741	40.730	301.565	0	5.213.511
2011	Março	5.801	368.191	8.237	210.524	393.497	665.264	10.523	103.885	0	1.765.922
	Abril	5.417	374.276	8.934	215.448	392.182	653.913	8.538	115.670	0	1.774.378
	Maio	5.534	374.662	8.429	243.169	414.415	684.338	8.076	174.042	0	1.912.665
	Junho	5.678	329.424	7.861	236.879	398.707	629.409	6.603	167.256	0	1.781.817
	Julho	5.903	323.348	7.820	234.458	386.778	616.276	6.270	116.010	0	1.696.863
	Agosto	5.865	357.499	7.940	243.935	414.407	690.506	8.414	101.755	0	1.830.321
	Setembro	5.520	359.578	7.555	231.602	407.122	650.996	7.401	93.252	0	1.763.026
	Outubro	4.681	304.773	7.123	214.293	412.565	628.496	5.790	86.845	0	1.664.566
	Novembro	3.856	266.132	6.709	198.620	453.075	605.801	5.053	81.176	0	1.620.422
	Dezembro	3.839	184.131	11.867	147.872	377.716	521.104	4.351	54.171	0	1.305.051
2012	Janeiro	5.091	324.194	8.391	237.480	385.634	644.509	7.713	98.478	0	1.711.490
	Fevereiro	5.188	328.412	8.204	226.518	376.090	676.635	21.594	97.421	0	1.740.062
	Março	5.928	361.693	8.968	251.018	426.921	718.938	13.523	94.138	0	1.881.127
	Jan.-mar./2012	16.207	1.014.299	25.563	715.016	1.188.645	2.040.082	42.830	290.037	0	5.332.679

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: [1] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

		Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004[1]		30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005[1]		35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006[1]		34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007[1]		38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008[1]		45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009[1]		40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
2010[1]		40.711	3.425.038	73.889	2.209.819	3.831.647	6.010.878	97.534	1.287.384	0	12.575.471
2011[1]		44.313	3.769.307	92.152	2.465.857	4.435.733	6.858.233	89.728	1.241.254	0	18.996.577
	Jan.-mar./2011	10.727	942.405	22.412	581.167	1.151.889	1.695.859	22.483	261.004	0	4.687.946
2011	Março	3.956	353.743	7.330	207.209	397.314	604.955	6.255	92.485	0	1.673.247
	Abril	3.374	322.963	7.133	185.567	350.595	539.474	5.510	87.537	0	1.502.153
	Maio	3.900	332.361	7.048	214.247	389.106	613.092	6.386	94.458	0	1.660.598
	Junho	3.926	306.806	7.552	206.348	368.740	575.866	5.157	92.029	0	1.566.424
	Julho	3.870	299.738	6.691	208.826	358.240	570.315	6.257	102.363	0	1.556.300
	Agosto	3.868	321.585	7.976	212.322	370.071	596.108	6.692	121.253	0	1.639.875
	Setembro	3.689	293.309	6.541	206.625	364.749	559.222	5.687	114.126	0	1.553.948
	Outubro	3.457	299.567	6.743	203.995	351.687	551.295	4.921	116.758	0	1.538.423
	Novembro	3.727	320.438	6.880	221.409	345.155	551.802	4.803	123.473	0	1.577.687
	Dezembro	3.775	330.135	13.176	225.351	385.501	605.200	21.832	128.253	0	1.713.223
2012	Janeiro	3.897	286.732	7.417	195.281	421.979	583.046	8.083	86.160	0	1.592.595
	Fevereiro	3.698	308.803	7.308	198.707	382.735	583.465	6.900	97.846	0	1.589.462
	Março	4.324	366.741	7.947	215.083	420.509	635.756	7.799	111.222	0	1.769.381
	Jan.-mar./2012	11.919	962.276	22.672	609.071	1.225.223	1.802.267	22.782	295.228	0	4.951.438

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: [1] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6
Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

		Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004[1]		10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	–382	79.274	45	1.523.276
2005[1]		9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	–12.878	76	1.253.981
2006[1]		12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007[1]		9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008[1]		8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009[1]		2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	–15.369	0	995.110
2010[1]		16.343	485.028	16.207	254.178	519.613	864.250	5.627	–25.946	0	2.201.406
2011[1]		17.836	174.674	7.670	148.960	368.570	786.347	11.498	50.488	0	1.566.043
	Jan.-mar./2011	5.129	127.753	3.172	67.374	–4.553	267.882	18.247	40.561	0	525.565
2011	Março	1.845	14.448	907	3.315	–3.817	60.309	4.268	11.400	0	92.675
	Abril	2.043	51.313	1.801	29.881	41.587	114.439	3.028	28.133	0	272.225
	Maio	1.634	42.301	1.381	28.922	25.309	71.246	1.690	79.584	0	252.067
	Junho	1.752	22.618	309	30.531	29.967	53.543	1.446	75.227	0	215.393
	Julho	2.033	23.610	1.129	25.632	28.538	45.961	13	13.647	0	140.563
	Agosto	1.997	35.914	–36	31.613	44.336	94.398	1.722	–19.498	0	190.446
	Setembro	1.831	66.269	1.014	24.977	42.373	91.774	1.714	–20.874	0	209.078
	Outubro	1.224	5.206	380	10.298	60.878	77.201	869	–29.913	0	126.143
	Novembro	129	–54.306	–171	–22.789	107.920	53.999	250	–42.297	0	42.735
	Dezembro	64	–146.004	–1.309	–77.479	–7.785	–84.096	–17.481	–74.082	0	–408.172
2012	Janeiro	1.194	37.462	974	42.199	–36.345	61.463	–370	12.318	0	118.895
	Fevereiro	1.490	19.609	896	27.811	–6.645	93.170	14.694	–425	0	150.600
	Março	1.604	–5.048	1.021	35.935	6.412	83.182	5.724	–17.084	0	111.746
	Jan.-mar./2012	4.288	52.023	2.891	105.945	–36.578	237.815	20.048	–5.191	0	381.241

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: [1] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA IV.1
Taxa de desemprego por região metropolitana: PME
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003		13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004		12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005		13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006		14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007		12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008		9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009		9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
2010		8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5	6,7	4,5	6,6
2011		6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5	6,0	3,7	5,8
	Jan.-mar./2011	7,5	10,5	5,6	5,0	6,5	4,5	6,3	3,8	6,2
2011	Março	7,6	10,5	5,3	4,9	6,9	5,0	6,5	3,8	6,3
	Abril	7,5	10,2	5,3	4,8	7,1	4,6	6,4	3,7	6,2
	Maio	6,8	10,5	4,7	5,4	6,7	5,1	6,4	4,4	6,3
	Junho	6,1	10,2	4,6	5,3	6,6	4,8	6,2	4,1	6,1
	Julho	6,3	9,8	4,7	5,0	6,5	4,7	6,0	3,7	5,8
	Agosto	6,7	8,9	4,8	5,1	6,3	5,2	6,0	3,8	5,8
	Setembro	6,4	9,0	5,0	5,7	6,1	4,8	6,0	3,4	5,8
	Outubro	6,0	9,4	4,5	5,7	5,6	4,4	5,8	3,6	5,6
	Novembro	5,5	8,4	4,2	5,5	5,0	3,6	5,2	3,4	5,1
	Dezembro	4,7	7,7	3,8	4,9	4,7	3,1	4,7	3,0	4,6
2012	Janeiro	5,7	8,3	4,5	5,6	5,5	3,9	5,5	3,8	5,4
	Fevereiro	5,1	7,8	4,7	5,7	6,1	4,1	5,7	3,7	5,6
	março	6,2	8,1	5,1	5,9	6,5	5,2	6,2	4,5	6,1
	Jan.-mar./2012	5,7	8,1	4,8	5,7	6,0	4,4	5,8	4,0	5,7

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA IV.2
Taxa de desemprego aberto: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003		12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005		10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006		10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007		10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008		9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009		10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
2010		8,9	9,4	7,1	11,2	10,1	6,9
2011		8,3	8,9	6,2	10,4	8,5	6,0
	Jan.-mar./2011	8,4	8,6	6,1	9,7	8,2	6,6
2011	Março	9,0	9,2	6,3	10,0	8,4	7,0
	Abril	8,8	9,8	6,4	10,2	8,8	6,8
	Maio	8,5	9,4	6,7	10,2	8,9	7,0
	Junho	8,7	9,0	6,7	10,4	9,0	6,8
	Julho	8,8	8,7	6,7	10,6	9,0	6,6
	Agosto	8,7	8,9	6,4	11,0	8,9	5,9
	Setembro	8,5	9,2	6,3	11,3	9,0	5,6
	Outubro	7,9	9,1	5,9	11,2	8,4	5,3
	Novembro	7,5	8,8	5,8	10,6	7,9	5,0
	Dezembro	6,9	8,2	5,4	9,8	7,5	4,6
2012	Janeiro	7,6	8,5	5,5	10,3	7,3	4,5
	Fevereiro	8,4	9,4	6,0	10,9	7,1	4,5
	Março	9,1	10,3	6,6	11,7	7,3	4,9
	Jan.-mar./2012	8,4	9,4	6,0	11,0	7,2	4,6

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.3
Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005		1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006		1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007		1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008		1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009		1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
2010		0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	0,8
2011		n.d.	1,8	n.d.	1,7	2,2	0,6
	Jan.-mar./2011	n.d.	2,3	n.d.	1,7	2,3	0,6
2011	Março	n.d.	2,2	n.d.	2,1	2,3	0,7
	Abril	n.d.	1,8	n.d.	1,9	2,1	0,5
	Maio	n.d.	1,6	n.d.	1,8	2,0	0,6
	Junho	n.d.	1,6	n.d.	1,5	2,1	0,4
	Julho	n.d.	1,5	n.d.	1,5	2,1	n.d.
	Agosto	n.d.	1,4	n.d.	n.d.	2,2	n.d.
	Setembro	n.d.	1,4	n.d.	n.d.	2,1	n.d.
	Outubro	n.d.	1,2	n.d.	n.d.	2,2	n.d.
	Novembro	n.d.	1,3	n.d.	1,3	2,1	n.d.
	Dezembro	n.d.	1,1	n.d.	n.d.	2,1	n.d.
2012	Janeiro	n.d.	1,4	n.d.	1,3	2,1	n.d.
	Fevereiro	n.d.	1,3	n.d.	1,3	2,2	n.d.
	março	n.d.	1,3	n.d.	1,3	2,3	n.d.
	Jan.-mar./2011	n.d.	1,3	n.d.	1,3	2,2	n.d.

Fonte: PED/Dieese.
n.d. = não disponível.

TABELA IV.4
Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003		5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004		5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005		4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006		4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007		3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008		3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009		2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
2010		2,4	2,2	1,4	4,0	4,0	0,9
2011		1,6	1,9	n.d.	3,5	2,8	0,7
	Jan.-mar./2011	1,7	2,0	n.d.	3,2	3,3	0,8
2011	Março	1,6	2,1	n.d.	3,6	3,2	0,8
	Abril	1,8	2,0	n.d.	3,6	2,9	0,8
	Maio	1,7	2,0	n.d.	3,6	2,8	0,6
	Junho	1,7	2,1	n.d.	3,6	2,8	0,5
	Julho	1,7	2,2	n.d.	3,5	2,6	n.d.
	Agosto	1,6	2,0	n.d.	3,4	2,7	n.d.
	Setembro	1,6	2,0	n.d.	3,3	2,8	n.d.
	Outubro	1,5	1,8	n.d.	3,6	3,0	n.d.
	Novembro	1,5	1,9	n.d.	3,6	2,8	n.d.
	Dezembro	1,5	1,8	n.d.	3,2	2,6	n.d.
2012	Janeiro	1,4	1,7	n.d.	3,4	2,5	n.d.
	fevereiro	1,4	1,7	n.d.	3,6	2,6	n.d.
	março	1,5	1,7	n.d.	4,3	2,7	n.d.
	Jan.-mar./2012	1,4	1,7	n.d.	3,8	2,6	n.d.

Fonte: PED/Dieese.
n.d. = não disponível.

TABELA IV.5
Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003		19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005		17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006		15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007		15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008		13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009		13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
2010		12,1	13,8	8,9	17,0	16,6	8,6
2011		10,6	12,5	7,4	15,2	13,6	7,1
	Jan.-mar./2011	10,8	12,9	7,3	14,5	13,8	8,0
2011	Março	11,3	13,4	7,4	15,7	13,9	8,5
	Abril	11,2	13,6	7,4	15,7	13,8	8,1
	Maio	10,7	13,0	7,7	15,6	13,7	8,2
	Junho	11,0	12,7	7,8	15,5	13,9	7,7
	Julho	11,1	12,4	8,0	15,6	13,7	7,6
	Agosto	11,2	12,3	7,7	15,6	13,8	6,7
	Setembro	10,6	12,5	7,7	15,8	13,9	6,4
	Outubro	9,9	12,2	7,1	15,9	13,5	6,0
	Novembro	9,5	11,9	7,0	15,5	12,8	5,7
	Dezembro	9,0	11,0	6,4	14,1	12,2	5,2
2012	Janeiro	9,6	11,5	6,5	15,0	11,9	5,1
	Fevereiro	10,4	12,4	7,0	15,8	11,9	5,1
	março	11,1	13,3	7,6	17,3	12,3	5,4
	Jan.-mar./2012	10,4	12,4	7,0	16,0	12,0	5,2

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6
Taxa de desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2003		10,1	15,2
2004		9,1	14,4
2005		7,8	12,4
2006		8,1	12,2
2007		7,4	11,6
2008		6,1	10,0
2009		6,5	9,9
2010		5,2	8,5
2011		4,7	7,5
	Jan.-mar./2011	5,0	7,9
2011	Março	5,0	8,2
	Abril	5,0	8,1
	Maio	4,9	8,0
	Junho	5,0	7,6
	Julho	4,7	7,6
	Agosto	4,6	7,6
	Setembro	4,7	7,5
	Outubro	4,5	7,2
	Novembro	3,9	6,7
	Dezembro	3,7	6,0
2012	Janeiro	4,3	6,9
	fevereiro	4,6	7,1
	março	5,0	7,7
	Jan.-mar./2012	4,6	7,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7
Taxa de desemprego por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2003		12,0	16,6	10,7
2004		10,5	15,8	10,4
2005		8,8	13,4	9,1
2006		8,9	13,6	9,2
2007		8,1	12,6	8,8
2008		6,7	10,6	7,5
2009		6,6	10,5	8,0
2010		5,5	9,1	6,5
2011		5,0	8,1	5,8
	Jan.-mar./2011	5,1	8,2	6,2
2011	Março	5,4	8,5	6,3
	Abril	5,0	8,6	6,4
	Maio	5,3	7,9	6,3
	Junho	5,1	8,2	6,0
	Julho	5,0	8,1	5,8
	Agosto	5,2	8,1	5,7
	Setembro	5,3	8,3	5,6
	Outubro	4,9	8,2	5,4
	Novembro	4,7	7,5	4,7
	Dezembro	3,7	7,0	4,5
2012	Janeiro	4,2	7,4	5,4
	fevereiro	4,1	7,6	5,8
	março	4,8	8,5	6,1
	Jan.-mar./2012	4,4	7,8	5,8

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8
Taxa de desemprego por faixa etária
(Em %)

Período		15-17	18-24	25-49	> = 50
2003		38,2	23,4	9,4	5,3
2004		35,4	22,5	8,7	4,7
2005		33,3	20,6	7,4	3,7
2006		32,6	21,1	7,6	3,7
2007		31,9	19,8	7,2	3,2
2008		28,8	16,6	6,3	2,8
2009		28,7	17,3	6,6	3,0
2010		25,8	14,9	5,5	2,4
2011		23,0	13,4	4,9	2,3
	Jan.-mar./2011	24,7	14,2	5,1	2,3
2011	Março	25,4	14,4	5,2	2,6
	Abril	25,3	15,0	5,0	2,4
	Maio	21,4	13,5	5,4	2,5
	Junho	19,2	14,4	5,0	2,4
	Julho	23,4	13,9	4,8	2,5
	Agosto	25,5	13,6	4,8	2,3
	Setembro	24,2	13,5	4,9	2,2
	Outubro	22,9	12,6	4,8	2,2
	Novembro	20,0	11,4	4,4	2,0
	Dezembro	20,3	10,6	3,9	1,7
2012	Janeiro	23,8	11,9	4,6	2,0
	Fevereiro	23,8	13,3	4,8	1,9
	Março	24,6	14,5	5,1	2,0
	Jan.-mar./2012	24,1	13,2	4,8	2,0

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.9
Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2003		7,2	16,9
2004		6,4	15,9
2005		5,6	13,6
2006		5,6	13,7
2007		5,0	12,9
2008		4,3	11,0
2009		4,5	11,2
2010		3,7	9,4
2011		3,3	8,3
	Jan.-mar./2011	3,5	8,7
2011	Março	3,6	9,0
	Abril	3,3	9,1
	Maio	3,7	8,6
	Junho	3,4	8,6
	Julho	3,3	8,4
	Agosto	3,2	8,4
	Setembro	3,2	8,4
	Outubro	3,2	8,0
	Novembro	2,9	7,2
	Dezembro	2,4	6,8
2012	Janeiro	3,0	7,7
	Fevereiro	3,1	8,0
	Março	3,5	8,6
	Jan.-mar./2012	3,2	8,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10
Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2003		45,4	54,6
2004		43,6	56,4
2005		43,5	56,5
2006		44,8	55,2
2007		43,3	56,7
2008		41,9	58,1
2009		43,5	56,5
2010		41,6	58,4
2011		42,1	57,9
	Jan.-mar./2011	42,5	57,5
2011	Março	41,5	58,5
	Abril	41,9	58,1
	Maio	42,0	58,0
	Junho	43,3	56,7
	Julho	42,4	57,6
	Agosto	41,8	58,2
	Setembro	42,0	58,0
	Outubro	42,0	58,0
	Novembro	40,3	59,7
	Dezembro	42,1	57,9
2012	Janeiro	42,2	57,8
	Fevereiro	43,4	56,6
	Março	43,2	56,8
	Jan.-mar./2012	42,9	57,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11
Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2003		27,6	72,4
2004		26,1	73,9
2005		26,4	73,6
2006		26,1	73,9
2007		24,8	75,2
2008		25,3	74,7
2009		26,0	74,0
2010		25,5	74,5
2011		25,3	74,7
	Jan.-mar./2011	25,7	74,3
2011	Março	25,5	74,5
	Abril	23,6	76,4
	Maio	26,6	73,4
	Junho	25,5	74,5
	Julho	25,6	74,4
	Agosto	24,7	75,3
	Setembro	25,1	74,9
	Outubro	25,8	74,2
	Novembro	26,1	73,9
	Dezembro	23,5	76,5
2012	Janeiro	25,5	74,5
	Fevereiro	25,4	74,6
	Março	25,8	74,2
	Jan.-mar./2012	25,6	74,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12
Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005		0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006		0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007		0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008		0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009		0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
2010		0,5	6,9	34,9	50,3	7,4
2011		0,5	7,2	34,1	50,1	8,0
	Jan.-mar./2011	0,6	7,4	34,6	49,8	7,6
2011	Março	0,5	7,4	34,3	49,4	8,3
	Abril	0,8	7,9	35,9	47,6	7,8
	Maio	0,5	6,4	33,1	51,5	8,5
	Junho	0,5	5,9	35,7	49,7	8,3
	Julho	0,5	7,4	34,9	48,5	8,7
	Agosto	0,5	7,8	33,9	49,5	8,2
	Setembro	0,4	7,6	33,8	50,1	8,0
	Outubro	0,5	7,1	33,1	51,1	8,3
	Novembro	0,3	6,8	32,4	52,4	8,1
	Dezembro	0,5	7,6	33,0	51,5	7,4
2012	Janeiro	0,5	7,9	31,4	52,4	7,7
	Fevereiro	0,4	7,3	34,1	51,4	6,9
	Março	0,4	7,3	34,7	50,9	6,8
	Jan.-mar./2012	0,5	7,5	33,4	51,5	7,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.13
Composição do desemprego por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2003		33,2	26,9	39,8
2004		29,9	26,9	43,2
2005		27,7	26,1	46,2
2006		26,4	25,7	47,8
2007		24,2	25,1	50,7
2008		22,5	24,6	52,9
2009		20,3	23,3	56,4
2010		19,1	23,9	57,0
2011		18,4	23,4	58,2
	Jan.-mar./2011	17,7	22,7	59,6
2011	Março	18,3	22,9	58,8
	Abril	17,7	23,3	59,0
	Maio	19,1	21,5	59,4
	Junho	18,6	23,3	58,1
	Julho	18,7	23,4	57,9
	Agosto	19,4	23,1	57,5
	Setembro	19,2	23,9	56,9
	Outubro	18,2	24,9	56,9
	Novembro	19,7	24,8	55,5
	Dezembro	17,0	24,8	58,3
2012	Janeiro	16,0	22,6	61,4
	Fevereiro	15,3	21,7	62,9
	Março	16,0	22,9	61,0
	Jan.-mar./2012	15,8	22,4	61,8

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14
Composição do desemprego por faixa de duração
(Em %)

Período		<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2003		18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004		20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005		22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006		21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007		24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008		23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009		25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
2010		25,6	49,1	7,5	10,2	7,5
2011		25,9	51,0	7,2	8,8	7,2
	Jan.-mar./2011	27,2	50,6	5,7	9,0	7,5
2011	Março	25,9	53,7	4,8	8,3	7,3
	Abril	27,5	53,0	4,8	7,9	6,8
	Maio	24,6	54,6	5,3	8,0	7,6
	Junho	25,3	52,6	5,6	8,0	8,6
	Julho	26,1	49,9	7,7	8,5	7,7
	Agosto	27,3	49,3	8,5	8,4	6,5
	Setembro	27,3	48,7	9,0	8,3	6,7
	Outubro	24,2	50,5	9,5	8,8	7,0
	Novembro	24,0	51,0	9,5	9,3	6,2
	Dezembro	23,5	49,9	8,8	11,0	6,8
2012	Janeiro	29,7	46,9	7,6	9,0	6,7
	Fevereiro	28,2	51,6	6,4	8,2	5,6
	Março	26,2	53,3	6,0	7,8	6,8
	Jan.-mar./2012	28,0	50,6	6,7	8,3	6,4

Fonte: PME/IBGE.

V. RENDIMENTOS

TABELA V.1
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região
(Em R$ de março de 2012)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT[1]	Total
2003		957,10	1.051,24	1.182,08	1.314,65	1.528,59	1.263,56	1.346,02	1.286,59	1.341,86
2004		933,25	1.029,72	1.179,51	1.299,44	1.504,56	1.271,52	1.328,83	1.327,26	1.328,72
2005		963,20	1.048,96	1.206,25	1.327,49	1.523,21	1.256,05	1.349,22	1.316,73	1.346,95
2006		1.008,77	1.105,75	1.254,39	1.363,78	1.600,44	1.297,95	1.402,59	1.420,29	1.403,83
2007		1.035,64	1.133,98	1.299,88	1.442,84	1.629,83	1.352,80	1.447,35	1.434,04	1.446,42
2008		1.021,31	1.210,01	1.359,70	1.518,48	1.668,33	1.386,87	1.496,49	1.516,14	1.497,86
2009		1.010,63	1.251,71	1.415,32	1.567,49	1.720,99	1.449,97	1.543,98	1.604,28	1.548,20
2010		1.132,58	1.307,88	1.494,89	1.676,67	1.728,35	1.545,27	1.601,92	1.705,29	1.609,16
2011		1.158,84	1.375,63	1.561,78	1.759,13	1.740,09	1.585,53	1.645,41	1.743,79	1.652,30
	Jan.-mar./2011	1.167,19	1.274,34	1.515,27	1.778,36	1.728,05	1.607,69	1.634,24	1.744,34	1.641,95
2011	Março	1.154,85	1.256,54	1.528,73	1.786,31	1.736,71	1.586,44	1.637,38	1.764,04	1.646,24
	Abril	1.107,22	1.295,11	1.518,69	1.727,29	1.702,14	1.596,81	1.607,72	1.664,03	1.611,66
	Maio	1.121,12	1.329,49	1.532,50	1.765,83	1.721,83	1.558,57	1.626,38	1.683,30	1.630,36
	Junho	1.118,96	1.356,37	1.608,76	1.706,32	1.743,05	1.596,07	1.635,14	1.720,13	1.641,09
	Julho	1.165,14	1.438,37	1.610,99	1.753,30	1.772,30	1.626,28	1.671,41	1.684,85	1.672,36
	Agosto	1.186,10	1.418,15	1.598,17	1.819,90	1.762,87	1.607,76	1.680,26	1.707,11	1.682,14
	Setembro	1.122,91	1.439,14	1.571,12	1.762,42	1.744,56	1.556,38	1.649,82	1.740,37	1.656,16
	Outubro	1.180,47	1.460,72	1.584,25	1.733,51	1.743,84	1.547,37	1.649,54	1.845,21	1.663,23
	Novembro	1.227,15	1.464,06	1.575,22	1.733,67	1.740,89	1.558,66	1.651,71	1.815,25	1.663,16
	Dezembro	1.175,42	1.483,18	1.595,89	1.772,17	1.765,52	1.555,41	1.670,26	1.832,14	1.681,59
2012	Janeiro	1.261,42	1.527,22	1.623,56	1.742,99	1.766,70	1.617,06	1.681,35	1.862,41	1.694,02
	Fevereiro	1.191,73	1.490,58	1.595,50	1.807,53	1.812,01	1.578,94	1.701,13	1.837,93	1.710,71
	Março	1.205,80	1.482,90	1.669,80	1.805,30	1.852,40	1.613,30	1.728,40	1.849,80	1.736,90
	Jan.-mar./2012	1.219,65	1.500,23	1.629,62	1.785,27	1.810,37	1.603,10	1.703,63	1.850,05	1.713,88

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.
Nota: [1] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA V.2
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região
(Em R$ de março de 2012)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT[1]	Total
2003		935,47	1.044,48	1.172,55	1.316,97	1.501,57	1.248,74	1.331,14	1.247,56	1.325,29
2004		907,29	1.023,69	1.172,47	1.299,53	1.522,79	1.265,93	1.333,23	1.278,31	1.329,39
2005		968,03	1.070,55	1.215,06	1.333,48	1.548,12	1.266,17	1.364,92	1.304,07	1.360,66
2006		1.031,04	1.126,40	1.271,90	1.373,57	1.634,04	1.313,89	1.425,15	1.434,11	1.425,78
2007		1.061,87	1.171,31	1.313,70	1.461,18	1.666,64	1.379,31	1.475,68	1.473,17	1.475,50
2008		1.045,99	1.216,37	1.381,15	1.561,02	1.714,04	1.423,03	1.533,46	1.526,28	1.532,95
2009		1.028,52	1.255,15	1.429,77	1.595,73	1.752,63	1.483,59	1.570,01	1.623,91	1.573,78
2010		1.160,47	1.326,66	1.500,91	1.718,13	1.778,20	1.580,78	1.639,64	1.732,32	1.646,13
2011		1.152,41	1.432,66	1.574,94	1.785,78	1.804,60	1.618,47	1.688,39	1.779,66	1.694,78
	Jan.-fev./2011	1.126,76	1.250,09	1.473,23	1.779,54	1.735,78	1.587,76	1.626,98	1.732,84	1.513,09
2011	Fevereiro	1.142,95	1.250,88	1.492,17	1.767,31	1.744,26	1.559,14	1.628,46	1.769,64	1.638,34
	Março	1.089,79	1.289,50	1.485,25	1.714,88	1.707,78	1.589,06	1.600,99	1.667,99	1.605,68
	Abril	1.093,06	1.330,39	1.505,62	1.757,09	1.720,27	1.547,14	1.630,02	1.681,95	1.633,65
	Maio	1.084,28	1.350,82	1.569,53	1.686,80	1.742,89	1.583,27	1.622,22	1.707,60	1.628,20
	Junho	1.123,72	1.422,35	1.573,54	1.722,04	1.773,22	1.611,33	1.654,92	1.675,26	1.656,35
	Julho	1.137,61	1.408,97	1.562,04	1.793,34	1.761,38	1.589,11	1.663,75	1.698,31	1.666,17
	Agosto	1.086,53	1.439,39	1.525,40	1.745,97	1.753,84	1.539,80	1.640,97	1.735,46	1.647,59
	Setembro	1.133,93	1.452,35	1.554,91	1.714,71	1.750,16	1.540,33	1.640,07	1.821,79	1.652,79
	Outubro	1.179,55	1.472,72	1.540,38	1.722,23	1.749,63	1.545,85	1.645,45	1.795,95	1.655,98
	Novembro	1.152,07	1.514,00	1.621,29	1.855,52	2.024,20	1.605,39	1.807,89	1.955,23	1.818,20
	Dezembro	1.494,92	2.011,29	2.014,91	2.157,68	2.200,28	2.094,83	2.100,47	2.150,74	2.103,99
2012	Janeiro	1.146,23	1.504,08	1.555,08	1.787,66	1.817,88	1.565,88	1.691,60	1.826,84	1.701,07
	Fevereiro	1.142,52	1.471,56	1.622,66	1.769,97	1.846,89	1.586,66	1.705,23	1.843,55	1.714,92
	Jan.-fev./2012	1.144,38	1.487,82	1.588,87	1.778,82	1.832,39	1.576,27	1.698,42	1.835,19	1.707,99

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.
Nota: [1] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA V.3
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de março de 2012)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2003		1.368,15	857,94	1.224,60	1.977,18	1.062,04	1.346,02
2004		1.364,01	852,43	1.216,77	1.935,82	1.055,16	1.328,83
2005		1.352,22	889,04	1.222,59	2.008,80	1.076,32	1.349,22
2006		1.398,46	916,53	1.272,17	2.118,71	1.126,65	1.402,59
2007		1.411,64	962,25	1.301,63	2.249,25	1.200,70	1.447,35
2008		1.440,27	974,73	1.333,25	2.341,04	1.250,25	1.496,49
2009		1.474,07	1.023,09	1.374,95	2.465,33	1.291,67	1.543,98
2010		1.496,25	1.125,66	1.420,26	2.569,64	1.333,67	1.601,92
2011		1.517,34	1.194,25	1.457,74	2.622,76	1.387,50	1.645,41
	Jan.-mar./2011	1.504,53	1.184,17	1.443,11	2.636,21	1.405,99	1.634,24
2011	Março	1.507,71	1.205,48	1.450,29	2.684,16	1.397,50	1.637,38
	Abril	1.505,09	1.201,09	1.447,36	2.632,90	1.345,78	1.607,72
	Maio	1.514,26	1.205,53	1.455,51	2.631,87	1.361,04	1.626,38
	Junho	1.513,94	1.232,80	1.461,42	2.605,65	1.339,19	1.635,14
	Julho	1.534,00	1.318,46	1.494,11	2.632,67	1.368,61	1.671,41
	Agosto	1.514,55	1.239,73	1.464,63	2.630,94	1.417,82	1.680,26
	Setembro	1.520,51	1.177,43	1.458,53	2.525,74	1.373,76	1.649,82
	Outubro	1.518,31	1.133,31	1.450,19	2.565,70	1.400,78	1.649,54
	Novembro	1.525,75	1.149,60	1.459,52	2.637,91	1.405,08	1.651,71
	Dezembro	1.548,07	1.120,59	1.472,36	2.701,06	1.420,02	1.670,26
2012	Janeiro	1.553,95	1.123,11	1.479,05	2.739,51	1.430,99	1.681,35
	Fevereiro	1.570,22	1.215,22	1.510,27	2.687,06	1.494,06	1.701,13
	Março	1.579,10	1.289,50	1.528,10	2.759,80	1.497,30	1.728,40
	Jan.-mar./2012	1.567,76	1.209,28	1.505,81	2.728,79	1.474,11	1.703,63

Fonte: PME/IBGE.

TABELA V.4
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de março de 2012)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2003		1.393,80	826,48	1.233,85	1.992,17	1.011,15	1.331,14
2004		1.398,58	834,47	1.235,76	1.969,86	1.025,53	1.333,23
2005		1.395,74	873,60	1.250,70	2.066,44	1.058,95	1.364,92
2006		1.454,59	900,59	1.310,33	2.212,11	1.098,51	1.425,15
2007		1.478,82	957,18	1.352,50	2.360,61	1.166,81	1.475,68
2008		1.507,53	958,34	1.382,19	2.460,46	1.231,04	1.533,46
2009		1.526,11	1.009,81	1.413,70	2.563,88	1.269,29	1.570,01
2010		1.553,89	1.129,19	1.467,58	2.670,68	1.324,06	1.639,64
2011		1.586,49	1.178,32	1.512,41	2.742,60	1.374,70	1.688,39
	Jan.-fev./2011	1.510,31	1.151,88	1.442,52	2.652,84	1.377,77	1.626,98
2011	Fevereiro	1.510,55	1.181,98	1.448,15	2.688,93	1.362,92	1.628,46
	Março	1.508,55	1.177,29	1.445,77	2.635,89	1.327,46	1.600,99
	Abril	1.515,12	1.173,32	1.450,08	2.639,68	1.345,99	1.630,02
	Maio	1.511,77	1.205,85	1.454,68	2.600,52	1.318,69	1.622,22
	Junho	1.529,27	1.295,37	1.485,97	2.642,43	1.327,58	1.654,92
	Julho	1.514,21	1.212,76	1.459,50	2.634,74	1.387,99	1.663,75
	Agosto	1.520,42	1.152,49	1.453,91	2.530,09	1.358,73	1.640,97
	Setembro	1.518,97	1.113,39	1.447,13	2.572,02	1.385,76	1.640,07
	Outubro	1.526,80	1.126,76	1.456,43	2.643,64	1.393,32	1.645,45
	Novembro	1.759,97	1.154,59	1.652,83	2.959,02	1.414,44	1.807,89
	Dezembro	2.112,22	1.224,25	1.957,64	3.747,55	1.480,86	2.100,47
2012	Janeiro	1.577,78	1.182,03	1.511,02	2.716,08	1.436,62	1.691,60
	Fevereiro	1.571,82	1.257,16	1.516,38	2.746,81	1.451,82	1.705,23
	Jan.-fev./2012	1.574,80	1.219,59	1.513,70	2.731,44	1.444,22	1.698,42

Fonte: PME/IBGE.

TABELA V.5
Salário mínimo real
(Em R$ de março de 2012)

Período		SMR
2003		146,91
2004		171,80
2005		205,65
2006		249,90
2007		287,10
2008		336,12
2009		397,56
2010		462,41
2011		525,97
	Jan.-mar./2011	512,87
2011	Março	519,21
	Abril	522,95
	Maio	525,93
	Junho	527,09
	Julho	527,09
	Agosto	529,30
	Setembro	531,68
	Outubro	533,38
	Novembro	536,42
	Dezembro	539,16
2012	Janeiro	618,47
	Fevereiro	620,88
	Março	622,00
	Jan.-mar./2012	620,45

Fonte: PME/IBGE.

VI. INFORMALIDADE

TABELA VI.1
Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003		24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004		23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005		23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006		23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007		22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008		19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009		17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
2010		18,3	19,4	18,0	17,3	18,4	16,2	18,0	13,5	17,7
2011		18,3	17,5	16,3	16,2	16,9	15,8	16,7	12,8	16,5
	Jan.-mar./2011	17,9	18,2	15,9	16,5	17,6	15,4	17,0	11,9	16,7
2011	Março	17,7	18,4	15,7	16,4	17,4	15,7	16,9	12,4	16,6
	Abril	17,3	18,1	16,5	16,3	17,7	16,0	17,1	12,5	16,8
	Maio	18,7	18,2	17,2	16,3	17,5	16,4	17,2	12,5	16,9
	Junho	18,2	18,2	16,9	16,5	17,0	16,8	17,0	13,0	16,7
	Julho	19,5	18,0	16,6	15,7	16,9	15,5	16,7	12,8	16,5
	Agosto	18,7	16,4	15,9	15,6	17,0	15,3	16,5	11,7	16,2
	Setembro	19,2	16,3	16,7	16,0	16,4	15,6	16,5	12,3	16,2
	Outubro	19,0	16,8	16,5	15,8	15,9	16,0	16,2	14,4	16,1
	Novembro	17,8	17,0	16,0	16,6	15,8	16,2	16,3	14,0	16,1
	Dezembro	18,3	16,9	15,6	16,5	15,6	15,8	16,1	14,6	16,0
2012	Janeiro	17,1	16,5	15,2	16,8	15,1	15,9	15,8	14,6	15,7
	Fevereiro	16,3	15,5	15,7	15,6	15,2	15,3	15,5	14,2	15,4
	Março	16,9	16,1	15,9	16,0	15,5	15,3	15,8	13,5	15,7
	Jan.-mar./2012	16,7	16,0	15,6	16,1	15,3	15,5	15,7	14,1	15,6

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.2
Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003		24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004		24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005		22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006		22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007		21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008		22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009		23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
2010		21,5	21,6	15,9	21,6	16,4	17,4	18,4	17,8	18,4
2011		20,1	19,9	16,5	21,3	16,0	16,1	17,9	17,4	17,9
	Jan.-mar./2011	20,3	20,8	16,4	21,9	16,0	16,5	18,1	17,9	18,1
2011	Janeiro	19,9	20,8	16,2	21,6	16,2	17,2	18,2	17,7	18,2
	Fevereiro	20,9	20,5	16,5	22,4	16,0	16,4	18,3	17,8	18,3
	Março	20,1	21,1	16,4	21,7	15,7	15,8	17,9	18,2	18,0
	Abril	21,4	21,3	17,0	21,1	15,8	15,4	18,0	16,9	17,9
	Maio	20,0	19,6	16,9	21,4	16,4	15,8	18,1	17,0	18,0
	Junho	19,2	19,8	16,6	20,9	16,2	15,8	17,8	17,1	17,8
	Julho	19,7	19,5	16,5	20,8	15,9	16,6	17,7	17,6	17,7
	Agosto	19,4	19,9	16,3	21,1	16,1	16,1	17,8	18,0	17,9
	Setembro	19,6	19,7	15,8	20,7	15,9	15,3	17,5	17,5	17,5
	Outubro	19,3	19,0	16,2	21,4	16,1	15,9	17,8	15,2	17,6
	Novembro	21,0	18,5	16,6	21,5	16,1	16,3	18,0	17,7	18,0
	Dezembro	20,9	18,5	16,4	21,3	16,0	16,9	17,9	17,7	17,9
2012	Janeiro	20,4	18,5	17,0	21,6	16,3	16,6	18,1	17,1	18,1
	Fevereiro	20,5	18,0	17,3	21,7	15,7	16,7	17,9	16,8	17,8
	Março	20,3	19,8	17,7	21,2	15,6	17,4	18,0	17,7	16,8
	Jan.-mar./2012	20,4	18,8	17,3	21,5	15,9	16,9	18,0	17,2	17,9

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.3
Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003		84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,0
2004		74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005		79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006		91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007		81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008		78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009		81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
2010		64,7	78,2	40,1	37,9	32,3	40,9	37,4	47,9	38,0
2011		58,0	68,3	34,5	32,5	31,8	37,4	34,7	40,5	35,0
	Jan.-fev./2011	67,0	61,7	30,9	26,1	29,4	34,8	31,2	31,3	31,1
2011	Fevereiro	68,9	51,5	22,9	25,5	25,9	28,8	27,8	44,2	28,8
	Março	84,9	55,4	37,3	43,1	16,9	39,0	28,1	45,6	29,2
	Abril	64,3	73,4	25,0	41,4	19,2	36,4	29,1	34,9	29,5
	Maio	49,1	78,8	32,3	43,8	11,9	35,0	25,4	39,9	26,3
	Junho	33,8	68,8	16,3	15,8	10,7	45,3	18,1	53,7	20,0
	Julho	50,6	48,8	18,2	18,0	23,4	34,9	24,9	43,3	26,0
	Agosto	42,2	79,9	24,9	38,0	24,9	32,6	31,9	30,5	31,8
	Setembro	62,9	68,9	33,2	22,4	38,2	28,3	36,4	40,9	36,7
	Outubro	53,1	60,3	35,7	23,1	38,3	25,0	35,5	42,7	36,0
	Novembro	69,2	66,7	49,8	42,0	54,5	40,5	52,4	37,6	51,3
	Dezembro	51,8	95,0	79,6	50,8	84,9	62,1	72,5	53,8	71,1
2012	Janeiro	87,4	42,8	30,1	31,6	30,5	31,7	33,5	45,8	34,3
	Fevereiro	44,1	43,1	31,5	33,2	17,4	26,4	25,0	43,0	26,2
	Jan.-fev./2012	65,8	42,9	30,8	32,4	24,0	29,0	29,3	44,4	30,2

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.4
Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003		62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,6
2004		49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005		42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	–0,6	29,1
2006		54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	–3,1	29,3
2007		44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,5
2008		46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,1	20,8
2009		59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,5
2010		46,4	45,8	4,0	22,6	11,0	–5,1	17,2	–2,5	15,6
2011		44,2	37,9	1,2	21,2	9,9	–6,7	15,2	–6,6	13,4
	Jan.-fev./2011	40,6	34,7	4,3	12,0	3,1	–7,7	9,6	–13,0	7,7
2011	Fevereiro	35,7	31,7	5,4	14,5	4,2	–6,8	10,8	–14,9	8,5
	Março	46,6	39,3	–0,6	25,8	4,9	–12,9	13,6	–3,1	12,3
	Abril	40,1	40,3	–1,7	21,8	6,3	–8,8	12,6	–0,4	11,6
	Maio	41,3	32,9	1,3	16,7	12,9	–7,6	14,6	–11,1	12,4
	Junho	47,3	42,8	5,0	14,8	13,3	–12,1	15,2	–9,5	13,1
	Julho	43,0	44,2	–2,5	11,2	4,0	–9,8	9,1	–11,4	7,4
	Agosto	34,8	23,0	–3,4	17,2	8,8	–8,6	11,9	–14,6	9,5
	Setembro	38,6	31,4	–4,2	16,1	3,3	–9,3	9,6	–12,8	7,7
	Outubro	35,8	36,9	–6,7	16,1	3,5	–10,3	9,6	–9,3	8,0
	Novembro	51,5	24,7	0,4	31,3	23,2	–8,3	24,4	6,5	23,0
	Dezembro	70,1	69,6	18,4	59,8	31,9	22,9	42,6	12,5	40,1
2012	Janeiro	60,3	26,6	4,5	17,1	–0,8	–4,5	9,8	–8,5	8,3
	Fevereiro	32,8	36,7	–1,3	16,1	–0,8	–8,2	8,3	–2,8	7,4
	Jan.-fev./2012	46,6	31,7	1,6	16,6	–0,8	–6,4	9,0	–5,7	7,8

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

VII. POPULAÇÃO IDOSA ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA VII.1
Brasil: PEA idosa por faixa etária e sexo
(Em mil pessoas)

Período	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	> = 80	Total
			Masculino			
2001	1.417	855	494	228	120	3.113
2002	1.523	855	489	235	133	3.235
2003	1.589	911	539	257	140	3.437
2004	1.639	884	507	236	141	3.407
2005	1.639	897	510	251	175	3.472
2006	1.693	1.025	570	289	173	3.750
2007	1.838	995	527	278	162	3.800
2008	1.894	1.082	553	309	159	3.998
2009	1.929	1.115	589	269	174	4.076
			Feminino			
2001	801	435	244	106	57	1.644
2002	826	478	271	124	66	1.765
2003	902	488	269	129	65	1.853
2004	893	497	262	129	66	1.847
2005	994	529	287	144	85	2.039
2006	1.060	567	302	134	96	2.160
2007	1.049	570	291	164	94	2.168
2008	1.223	625	306	176	87	2.417
2009	1.149	612	291	148	83	2.284
			Total			
2001	2.218	1.290	738	334	177	4.758
2002	2.349	1.334	760	359	199	5.000
2003	2.492	1.398	809	386	204	5.290
2004	2.532	1.381	769	365	208	5.255
2005	2.632	1.426	798	395	259	5.510
2006	2.753	1.592	873	423	270	5.910
2007	2.887	1.565	818	442	256	5.968
2008	3.118	1.707	859	486	246	6.415
2009	3.078	1.727	880	418	257	6.360

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

TABELA VII.2
Brasil: PEA idosa por anos de estudo e sexo
(Em mil pessoas)

Período	0 a 4	5 a 7	8 a 10	> = 11	Total
			Masculino		
2001	2.416	195	145	356	3.113
2002	2.472	225	137	400	3.233
2003	2.617	225	157	436	3.435
2004	2.534	241	171	458	3.404
2005	2.542	249	185	495	3.470
2006	2.646	299	218	585	3.749
2007	2.632	294	255	619	3.800
2008	2.741	292	272	691	3.996
2009	2.687	291	304	750	4.032
			Feminino		
2001	1.277	125	66	175	1.642
2002	1.366	148	74	176	1.764
2003	1.394	152	93	213	1.851
2004	1.390	137	91	226	1.844
2005	1.515	155	103	262	2.036
2006	1.529	178	136	316	2.158
2007	1.520	163	150	332	2.164
2008	1.649	175	173	415	2.413
2009	1.431	203	173	449	2.257
			Total		
2001	3.693	320	211	531	4.755
2002	3.838	373	211	575	4.997
2003	4.010	377	250	649	5.286
2004	3.924	378	262	684	5.248
2005	4.057	404	289	756	5.506
2006	4.175	477	354	901	5.907
2007	4.152	457	405	951	5.964
2008	4.390	467	445	1.106	6.409
2009	4.118	494	477	1.200	6.289

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Nota: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

TABELA VII.3
Brasil: taxa de participação da população idosa na atividade econômica por faixa etária e sexo
(Em %)

Período	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	> = 80	Total
			Masculino			
2001	63,5	49,0	38,1	28,2	17,2	45,9
2002	65,8	49,2	35,2	27,7	17,5	45,9
2003	65,6	49,0	38,0	27,4	17,3	46,1
2004	64,6	46,6	34,8	25,2	17,0	44,5
2005	64,5	45,0	35,7	25,4	19,2	44,2
2006	64,3	48,6	36,8	27,9	18,1	45,3
2007	65,3	45,0	33,2	25,3	16,2	43,6
2008	65,0	47,6	32,5	27,3	14,8	44,0
2009	63,6	46,6	33,4	23,5	15,1	43,0
			Feminino			
2001	31,3	20,3	15,0	9,8	5,1	19,2
2002	31,2	22,0	15,3	10,6	5,4	19,7
2003	31,8	21,4	14,5	10,6	5,1	19,6
2004	30,4	20,5	14,6	10,0	4,9	18,8
2005	33,4	21,7	15,1	10,6	5,8	20,1
2006	34,0	22,2	15,2	9,6	6,3	20,4
2007	32,0	21,7	14,6	11,0	5,8	19,7
2008	34,8	22,1	14,5	11,4	5,0	20,6
2009	32,5	21,3	13,0	9,4	4,7	19,0
			Total			
2001	46,3	33,1	25,2	17,7	9,7	31,0
2002	47,3	34,1	24,1	17,8	10,0	31,2
2003	47,3	33,8	24,7	17,9	9,8	31,3
2004	46,2	31,9	23,7	16,4	9,5	30,1
2005	47,7	32,2	23,9	16,8	10,9	30,6
2006	47,8	34,1	24,7	17,4	10,8	31,3
2007	47,4	32,3	22,9	17,1	9,7	30,2
2008	48,5	33,5	22,5	18,2	8,7	30,8
2009	46,8	32,8	22,0	15,3	8,7	29,6

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

TABELA VII.4
Brasil: taxa de participação da população idosa por anos de estudo e sexo
(Em %)

Período	0 a 4	5 a 7	8 a 10	> = 11	Total
			Masculino		
2001	46,5	43,3	42,0	45,4	45,9
2002	46,3	46,0	37,4	46,6	45,9
2003	46,9	43,7	40,7	45,1	46,1
2004	45,0	44,6	40,0	43,4	44,5
2005	44,6	42,9	40,7	44,0	44,2
2006	44,5	49,2	42,5	48,3	45,3
2007	43,4	45,0	41,6	44,7	43,6
2008	43,7	47,2	40,8	44,9	44,0
2009	41,8	42,2	44,9	46,4	42,8
			Feminino		
2001	19,0	20,3	16,2	21,8	19,2
2002	19,5	21,5	16,8	20,7	19,7
2003	19,2	21,6	19,4	20,7	19,6
2004	18,5	19,5	16,8	21,6	18,8
2005	19,8	21,3	17,7	22,8	20,1
2006	19,6	22,6	19,7	23,8	20,4
2007	18,9	20,8	19,9	23,1	19,7
2008	19,6	21,9	19,1	25,7	20,6
2009	17,1	21,8	19,8	25,3	18,9
			Total		
2001	31,0	30,0	28,1	33,5	31,0
2002	31,1	31,7	26,2	33,7	31,2
2003	31,3	31,0	28,9	32,5	31,3
2004	29,9	30,4	27,1	32,6	30,1
2005	30,4	30,9	27,7	33,3	30,6
2006	30,4	34,2	29,5	35,5	31,3
2007	29,5	31,8	29,6	33,7	30,2
2008	29,9	32,9	28,3	35,1	30,8
2009	27,8	30,5	30,7	35,4	29,4

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Nota: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

TABELA VII.5
Brasil: PEA idosa aposentada por faixa etária e sexo
(Em mil pessoas)

Período	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	> = 80	Total
			Masculino			
2001	634	592	439	210	109	1.984
2002	682	578	441	218	124	2.043
2003	693	656	488	238	126	2.201
2004	707	664	454	218	132	2.176
2005	731	681	449	236	161	2.257
2006	751	768	501	259	149	2.428
2007	759	735	447	247	143	2.330
2008	794	816	482	280	144	2.517
2009	787	858	510	240	162	2.557
			Feminino			
2001	363	282	186	78	40	949
2002	368	295	188	90	45	987
2003	408	333	202	98	48	1.089
2004	425	319	187	94	49	1.073
2005	463	343	216	104	59	1.186
2006	492	354	211	101	67	1.227
2007	472	352	205	116	60	1.205
2008	534	395	240	120	61	1.351
2009	542	393	208	114	57	1.314
			Total			
2001	998	873	624	288	149	2.933
2002	1.051	873	629	308	170	3.030
2003	1.101	989	690	335	174	3.290
2004	1.132	983	641	312	181	3.249
2005	1.194	1.024	665	340	220	3.443
2006	1.243	1.122	712	360	217	3.654
2007	1.231	1.087	652	363	202	3.535
2008	1.328	1.211	722	401	205	3.867
2009	1.329	1.251	718	354	219	3.870

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

TABELA VIII.1
Brasil: população idosa ocupada por faixa etária e sexo
(Em mil pessoas)

Período	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	> = 80	Total
			Masculino			
2001	1.360	836	485	225	119	3.025
2002	2.195	1.467	829	483	231	5.205
2003	1.526	885	531	252	139	3.333
2004	1.583	866	502	234	140	3.325
2005	1.588	867	501	249	172	3.377
2006	1.633	1.007	559	288	170	3.658
2007	1.786	976	516	276	160	3.714
2008	1.851	1.065	546	306	159	3.927
2009	1.886	1.085	582	267	171	3.991
			Feminino			
2001	779	427	241	106	56	1.608
2002	1.363	803	469	268	124	3.026
2003	883	477	264	126	64	1.813
2004	868	492	261	128	66	1.815
2005	963	518	284	144	83	1.992
2006	1.038	558	298	133	96	2.123
2007	1.023	567	286	162	94	2.131
2008	1.194	614	304	174	85	2.371
2009	1.122	601	288	148	82	2.241
			Total			
2001	2.139	1.263	726	331	174	4.634
2002	3.558	2.270	1.298	750	355	8.231
2003	2.409	1.362	795	378	202	5.146
2004	2.450	1.359	762	362	206	5.140
2005	2.551	1.385	784	393	255	5.369
2006	2.671	1.565	857	421	267	5.781
2007	2.809	1.542	802	438	254	5.845
2008	3.045	1.679	850	481	244	6.299
2009	3.009	1.687	870	415	252	6.232

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

TABELA VIII.2
Brasil: população idosa ocupada por anos de estudo e sexo
(Em mil pessoas)

Período	0 a 4	5 a 7	8 a 10	> = 11	Total
			Masculino		
2001	2.350	191	139	345	3.025
2002	2.414	214	125	386	3.139
2003	2.543	216	149	424	3.332
2004	2.477	236	164	446	3.322
2005	2.479	240	178	478	3.376
2006	2.590	290	212	565	3.657
2007	2.577	288	250	600	3.714
2008	2.695	289	266	675	3.925
2009	2.638	284	293	733	3.949
			Feminino		
2001	1.254	124	63	166	1.607
2002	1.342	144	72	169	1.728
2003	1.368	147	90	207	1.811
2004	1.367	134	91	221	1.812
2005	1.482	153	98	256	1.989
2006	1.505	174	132	311	2.121
2007	1.501	157	145	325	2.128
2008	1.620	173	168	406	2.367
2009	1.410	199	166	438	2.214
			Total		
2001	3.604	315	202	511	4.631
2002	3.756	358	198	556	4.868
2003	3.911	362	239	631	5.143
2004	3.843	370	254	667	5.134
2005	3.962	393	276	734	5.365
2006	4.095	464	343	876	5.778
2007	4.077	445	395	925	5.842
2008	4.315	462	434	1.081	6.292
2009	4.048	483	460	1.171	6.162

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Nota: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

TABELA VIII.3
Brasil: população idosa ocupada por posição na ocupação e sexo
(Em mil pessoas)

Período	Empregados			Conta-própria	Empregadores	Outros[2]	Não remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU[1]					
				Masculino				
2001	323.156	403.633	86.096	1.500.064	316.233	340.502	55.591	3.025.275
2002	321.710	463.591	101.870	1.559.429	274.268	372.363	48.193	3.141.424
2003	355.784	427.687	108.255	1.636.965	329.786	431.328	43.010	3.332.815
2004	353.183	440.037	115.740	1.614.439	330.011	436.096	35.556	3.325.062
2005	351.681	430.109	112.609	1.593.953	343.682	495.164	49.491	3.376.689
2006	358.793	467.819	129.795	1.706.192	360.403	581.032	54.321	3.658.355
2007	422.127	514.627	139.755	1.731.131	316.319	517.571	72.807	3.714.337
2008	484.610	521.245	131.712	1.750.534	394.073	580.478	64.720	3.927.372
2009	476.267	527.365	156.919	1.777.633	363.316	610.109	79.843	3.991.452
				Feminino				
2001	102.133	233.098	62.153	442.145	55.972	486.587	226.243	1.608.331
2002	97.388	226.565	68.417	499.640	58.416	550.738	227.748	1.728.912
2003	120.031	221.742	94.335	500.976	61.185	576.749	238.002	1.813.020
2004	114.429	246.263	83.677	527.252	58.590	576.534	208.545	1.815.290
2005	120.257	253.477	112.140	572.276	76.450	634.770	222.669	1.992.039
2006	153.515	278.467	132.633	594.672	67.758	651.341	244.729	2.123.115
2007	150.802	306.252	138.378	637.093	59.839	593.981	244.785	2.131.130
2008	171.544	327.788	153.301	736.386	88.399	671.623	222.405	2.371.446
2009	146.945	338.329	156.762	694.924	85.570	607.386	210.999	2.240.915
				Total				
2001	425.289	636.731	148.249	1.942.209	372.205	827.089	281.834	4.633.606
2002	419.098	690.156	170.287	2.059.069	332.684	923.101	275.941	4.870.336
2003	475.815	649.429	202.590	2.137.941	390.971	1.008.077	281.012	5.145.835
2004	467.612	686.300	199.417	2.141.691	388.601	1.012.630	244.101	5.140.352
2005	471.938	683.586	224.749	2.166.229	420.132	1.129.934	272.160	5.368.728
2006	512.308	746.286	262.428	2.300.864	428.161	1.232.373	299.050	5.781.470
2007	572.929	820.879	278.133	2.368.224	376.158	1.111.552	317.592	5.845.467
2008	656.154	849.033	285.013	2.486.920	482.472	1.252.101	287.125	6.298.818
2009	623.212	865.694	313.681	2.472.557	448.886	1.217.495	290.842	6.232.367

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Notas: [1] Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis.

[2] A categoria "Outros" inclui: empregados sem declaração de carteira; trabalhador doméstico sem declaração de carteira; trabalhador na produção para o próprio consumo; trabalhador na produção para o próprio uso; e sem declaração.

Obs.: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

TABELA VIII.4
Brasil: idosos empregados por categoria de ocupação e sexo
(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos		Total
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU[1]	Com carteira	Sem carteira	
				Masculino				
2001	222.360	185.555	43.090	28.206	86.096	10.727	28.691	604.725
2002	222.343	209.393	48.009	37.267	101.870	11.937	39.857	670.676
2003	253.049	203.162	49.512	30.672	108.255	10.619	30.115	685.384
2004	263.966	220.040	37.210	36.813	115.740	12.898	31.311	717.978
2005	247.235	210.192	45.393	28.602	112.609	12.496	36.827	693.354
2006	257.100	239.641	42.520	37.700	129.795	14.993	41.740	763.489
2007	330.764	270.970	47.334	42.186	139.755	9.785	36.943	877.737
2008	381.637	284.201	51.576	44.599	131.712	11.023	36.092	940.840
2009	368.845	280.284	57.362	42.151	156.919	11.445	49.866	966.872
				Feminino				
2001	47.793	48.904	16.589	15.156	62.153	34.931	152.129	377.655
2002	50.322	61.108	17.443	18.402	68.417	28.224	137.203	381.119
2003	64.246	56.962	19.920	15.279	94.335	33.847	140.189	424.778
2004	62.754	71.580	22.362	21.005	83.677	28.456	142.020	431.854
2005	60.020	50.609	21.975	16.649	112.140	37.680	174.876	473.949
2006	72.438	82.888	23.889	18.377	132.633	52.940	164.874	548.039
2007	82.610	74.415	31.420	23.922	138.378	34.495	195.612	580.852
2008	89.569	90.130	36.860	15.530	153.301	40.217	209.901	635.508
2009	76.257	84.299	31.620	29.313	156.762	35.756	211.731	625.738
				Total				
2001	270.153	234.459	59.679	43.362	148.249	45.658	180.820	982.380
2002	272.665	270.501	65.452	55.669	170.287	40.161	177.060	1.051.795
2003	317.295	260.124	69.432	45.951	202.590	44.466	170.304	1.110.162
2004	326.720	291.620	59.572	57.818	199.417	41.354	173.331	1.149.832
2005	307.255	260.801	67.368	45.251	224.749	50.176	211.703	1.167.303
2006	329.538	322.529	66.409	56.077	262.428	67.933	206.614	1.311.528
2007	413.374	345.385	78.754	66.108	278.133	44.280	232.555	1.458.589
2008	471.206	374.331	88.436	60.129	285.013	51.240	245.993	1.576.348
2009	445.102	364.583	88.982	71.464	313.681	47.201	261.597	1.592.610

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Notas: [1] Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis.

Obs.: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

TABELA VIII.5
Brasil: população idosa ocupada por setor de atividade e sexo
(Em mil pessoas)

Período	Indústria[1]	Construção	Comércio[2]	Administração pública[4]	Serviços domésticos	Outros serviços[5]	Outras atividades[6]	Total
				Masculino				
2002	203.025	260.513	407.176	118.628	51.794	407.988	1.692.300	3.141.424
2003	233.988	239.413	459.199	123.769	40.734	421.651	1.814.061	3.332.815
2004	227.568	251.823	455.891	127.643	44.209	440.977	1.776.951	3.325.062
2005	245.696	262.060	477.317	121.795	49.323	411.256	1.809.242	3.376.689
2006	262.724	297.061	502.409	138.458	56.733	459.390	1.941.580	3.658.355
2007	282.939	332.674	552.522	145.605	46.728	516.528	1.837.341	3.714.337
2008	309.508	381.619	585.223	141.171	47.115	547.160	1.915.576	3.927.372
2009	282.168	404.610	548.709	160.839	61.311	590.800	1.943.015	3.991.452
				Feminino				
2002	200.386	4.318	194.406	24.211	165.427	259.862	880.302	1.728.912
2003	224.850	2.783	187.678	37.322	174.424	278.938	907.025	1.813.020
2004	233.118	2.846	202.641	34.312	170.476	275.921	895.976	1.815.290
2005	275.883	2.875	210.938	49.624	213.184	288.262	951.273	1.992.039
2006	269.299	6.284	234.252	39.797	218.396	363.201	991.886	2.123.115
2007	305.715	7.047	242.763	52.993	230.107	382.361	910.144	2.131.130
2008	347.137	7.443	253.419	59.627	250.118	462.361	991.341	2.371.446
2009	345.316	3.366	252.794	60.425	247.487	425.716	905.811	2.240.915
				Total				
2002	403.411	264.831	601.582	142.839	217.221	667.850	2.572.602	4.870.336
2003	458.838	242.196	646.877	161.091	215.158	700.589	2.721.086	5.145.835
2004	460.686	254.669	658.532	161.955	214.685	716.898	2.672.927	5.140.352
2005	521.579	264.935	688.255	171.419	262.507	699.518	2.760.515	5.368.728
2006	532.023	303.345	736.661	178.255	275.129	822.591	2.933.466	5.781.470
2007	588.654	339.721	795.285	198.598	276.835	898.889	2.747.485	5.845.467
2008	656.645	389.062	838.642	200.798	297.233	1.009.521	2.906.917	6.298.818
2009	627.484	407.976	801.503	221.264	308.798	1.016.516	2.848.826	6.232.367

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Notas: [1] Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

[2] Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

[3] Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

[4] Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

[5] Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

[6] Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

Obs.: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

A série inicia-se em 2002, pois para 2001 não foi possível compatibilizar os setores de atividades apresentados na tabela acima.

IX. DESEMPREGO DA POPULAÇÃO IDOSA

TABELA IX.1
Brasil: taxa de desemprego da população idosa por sexo
(Em %)

Período	Masculino	Feminino	Total
2001	2,8	2,2	2,6
2002	2,9	2,0	2,6
2003	3,0	2,2	2,7
2004	2,4	1,7	2,2
2005	2,7	2,3	2,6
2006	2,5	1,7	2,2
2007	2,3	1,7	2,1
2008	1,8	1,9	1,8
2009	2,1	1,9	2,0

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Nota: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

TABELA IX.2
Brasil: taxa de desemprego da população idosa por anos de estudo e sexo
(Em %)

Período	< = 4	> 4	Total
	Masculino		
2001	2,8	3,1	2,8
2002	2,4	4,7	2,9
2003	2,8	3,6	3,0
2004	2,3	2,9	2,4
2005	2,4	3,5	2,7
2006	2,1	3,3	2,5
2007	2,1	2,6	2,3
2008	1,7	2,0	1,8
2009	1,8	2,5	2,1
	Feminino		
2001	1,8	3,6	2,2
2002	1,7	3,0	2,0
2003	1,9	3,1	2,2
2004	1,7	1,8	1,7
2005	2,2	2,5	2,3
2006	1,5	2,1	1,7
2007	1,2	2,7	1,7
2008	1,8	2,2	1,9
2009	1,5	2,6	1,9

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Nota: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

X. RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO IDOSA

TABELA X.1
Brasil: rendimentos médios reais recebidos pela população idosa por sexo segundo a fonte
(Em R$ de setembro de 2009)

Período	Rendimento médio total			Rendimento médio do trabalho			Rendimento médio de benefícios			Rendimento médio de outras fontes		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	1.037,31	678,70	861,61	1.216,41	675,88	1.075,64	957,38	684,21	806,29	1.002,65	616,87	807,39
2002	1.013,90	663,05	839,80	1.142,98	660,50	1.013,51	940,72	671,91	790,63	1.125,60	572,95	834,29
2003	959,90	649,10	805,98	1.115,34	621,63	982,00	903,04	671,39	774,70	802,97	454,46	612,14
2004	972,14	660,57	814,69	1.089,86	646,25	968,55	954,77	703,43	814,97	688,96	408,51	518,99
2005	1.020,20	716,94	866,52	1.170,16	783,53	1.056,27	984,66	745,79	851,89	760,03	432,86	567,83
2006	1.089,59	767,34	925,03	1.308,93	714,20	1.132,21	1.044,93	833,55	927,36	714,58	448,89	553,39
2007	1.178,73	786,72	981,86	1.462,09	766,41	1.255,22	1.092,69	829,71	947,50	770,83	466,47	592,01
2008	1.167,66	831,53	995,77	1.411,01	815,60	1.226,10	1.104,74	879,94	978,83	838,10	527,99	660,11
2009	1.213,08	869,23	1.037,34	1.418,70	863,37	1.246,40	1.165,08	925,54	1.032,15	885,92	509,75	659,95

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

Nota: População idosa refere-se aos indivíduos com 60 anos ou mais.

Valores corrigidos pelo INPC – PNAD/Ipeadata.

XI. INFORMALIDADE NA POPULAÇÃO IDOSA

TABELA XI.1
Brasil: proporção dos empregados idosos sem carteira e por conta própria na ocupação total por sexo
(Em %)

Período	Sem carteira			Conta-própra		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	13,3	14,5	13,7	49,6	27,5	41,9
2002	14,8	13,1	14,2	49,6	28,9	42,3
2003	12,8	12,2	12,6	49,1	27,6	41,6
2004	13,2	13,6	13,4	48,6	29,0	41,7
2005	12,7	12,7	12,7	47,2	28,7	40,3
2006	12,8	13,1	12,9	46,6	28,0	39,8
2007	13,9	14,4	14,0	46,6	29,9	40,5
2008	13,3	13,8	13,5	44,6	31,1	39,5
2009	13,2	15,1	13,9	44,5	31,0	39,7

Fonte: PNADs/IBGE de 2001 a 2009.

TABELA XII.1
Número de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição por clientela e por sexo

Período		Concedidos						Ativos					
		Urbana			Rural			Urbana			Rural		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001		75.414	32.245	107.659	462	31	493						
2002		108.800	46.056	154.856	562	27	589	2.270.301	643.834	2.914.135	6.216	310	6.526
2003		88.620	44.915	133.535	438	30	468	2.305.978	680.380	2.986.358	6.555	325	6.880
2004		94.145	48.903	143.048	834	52	886	2.344.078	721.316	3.065.394	7.175	360	7.535
2005		97.756	51.459	149.215	1.409	103	1.512	2.382.650	762.838	3.145.488	8.472	442	8.914
2006		116.743	61.580	178.323	1.525	103	1.628	2.445.600	817.297	3.262.897	9.961	541	10.502
2007		153.027	85.095	238.122	1.079	62	1.141	2.534.454	890.503	3.424.957	10.822	591	11.413
2008		172.059	87.253	259.312	1.423	119	1.542	2.633.728	975.544	3.609.272	11.981	712	12.693
2009		188.339	89.506	277.845	1.617	174	1.791	2.749.251	1.049.102	3.798.353	13.357	874	14.231
2010	Janeiro			17.538			95						
	Fevereiro			17.855			100						
	Março			26.296			151						
	Abril			21.194			120						
	Maio			21.460			138						
	Junho			20.877			97						
	Julho			20.729			114						
	Agosto			24.572			118						
	Setembro			22.935			132						
	Outubro			23.655			132						
	Novembro			22.726			106						
	Dezembro			23.185			131						
	Jan.-dez./2010	176.359	86.663	263.022	1.302	132	1.434	2.849.499	1.119.813	3.969.312	14.366	987	15.353

Fontes: Ministério da Previdência Social (MPS) e AEPS/Infolog.

Nota: Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

TABELA XII.2
Número de benefícios de aposentadoria por idade por clientela e por sexo

Período		Concedidos						Ativos					
		Urbana			Rural			Urbana			Rural		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001		29.532	46.266	75.798	101.905	146.607	248.512						
2002		41.270	62.735	104.005	136.305	188.586	324.891	569.882	1.073.180	1.643.062	1.317.254	2.076.256	3.393.510
2003		79.176	101.650	180.826	112.965	149.942	262.907	612.600	1.142.518	1.755.118	1.399.787	2.190.549	3.590.336
2004		91.383	124.149	215.532	117.434	153.645	271.079	672.269	1.242.439	1.914.708	1.490.139	2.308.103	3.798.242
2005		75.042	95.090	170.132	113.954	166.868	280.822	711.870	1.307.522	2.019.392	1.572.320	2.437.696	4.010.016
2006		68.882	93.784	162.666	122.074	177.907	299.981	749.127	1.375.169	2.124.296	1.665.344	2.587.273	4.252.617
2007		78.625	113.769	192.394	132.995	193.829	326.824	789.363	1.453.776	2.243.139	1.755.522	2.733.254	4.488.776
2008		87.764	127.633	215.397	141.667	194.814	336.481	835.315	1.547.476	2.382.791	2.066.849	3.011.315	5.078.164
2009		100.221	143.355	243.576	145.717	213.428	359.145	892.178	1.649.364	2.541.542	2.127.933	3.147.843	5.275.776
2010	Janeiro			16.975			21.461						
	Fevereiro			15.171			22.949						
	Março			21.019			36.085						
	Abril			16.937			29.535						
	Maio			18.466			30.382						
	Junho			17.870			29.053						
	Julho			17.783			30.752						
	Agosto			20.207			32.000						
	Setembro			18.709			30.131						
	Outubro			18.516			27.467						
	Novembro			17.954			29.143						
	Dezembro			18.336			28.376						
	Jan.-dez./2010	86.296	131.647	217.943	147.356	199.978	347.334	933.041	1.736.897	2.669.938	2.188.153	3.268.809	5.456.962

Fontes: MPS e AEPS/Infolog.

Nota: Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

TABELA XII.3
Número de Benefícios de Prestação Continuada (BPC): idade por clientela e por sexo

Período		Urbanos					
		Concedidos			Ativos		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001		45.246	44.765	90.011			
2002		68.556	71.194	139.750	266.440	315.916	582.356
2003		55.068	61.336	116.404	304.270	357.960	662.230
2004		139.021	177.982	317.003	418.745	509.617	928.362
2005		80.946	104.090	185.036	473.728	587.428	1.061.156
2006		75.299	98.386	173.685	526.939	664.563	1.191.502
2007		78.181	103.071	181.252	573.533	732.420	1.305.953
2008		85.932	112.482	198.414	625.850	808.053	1.433.903
2009		85.754	109.407	195.161	670.743	874.156	1.544.899
2010	Janeiro			13.626			
	Fevereiro			12.005			
	Março			16.878			
	Abril			14.110			
	Maio			15.049			
	Junho			13.811			
	Julho			14.032			
	Agosto			15.238			
	Setembro			14.280			
	Outubro			13.633			
	Novembro			13.190			
	Dezembro			13.187			
	Jan.-dez./2010	74.602	94.437	169.039	703.809	924.045	1.627.854

Fontes: MPS e AEPS/Infolog.

Nota: Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

TABELA XII.4
Número de benefícios de aposentadoria por invalidez previdenciária por clientela e por sexo

Período		Concedidos						Ativos					
		Urbana			Rural			Urbana			Rural		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001		64.306	42.600	106.906	12.599	5.515	18.114						
2002		89.669	60.208	149.877	16.689	7.988	24.677	1.084.491	773.470	1.857.961	102.886	41.705	144.591
2003		89.037	60.392	149.429	16.547	8.711	25.258	1.118.025	808.305	1.926.330	115.879	49.079	164.958
2004		110.882	76.923	187.805	16.948	9.777	26.725	1.168.558	856.071	2.024.629	133.381	58.661	192.042
2005		137.279	95.000	232.279	20.877	12.387	33.264	1.245.829	922.095	2.167.924	156.728	71.094	227.822
2006		89.619	62.176	151.795	12.673	7.385	20.058	1.284.960	960.327	2.245.287	169.984	78.839	248.823
2007		73.622	47.309	120.931	9.081	5.199	14.280	1.298.010	976.352	2.274.362	178.535	83.535	262.070
2008		107.788	66.476	174.264	13.393	7.794	21.187	1.345.889	1.022.269	2.368.158	284.948	124.069	409.017
2009		96.466	61.819	158.285	12.972	7.764	20.736	1.376.280	1.047.926	2.424.206	285.798	127.287	413.085
2010	Janeiro			13.730			1.743						
	Fevereiro			12.041			1.562						
	Março			17.014			2.627						
	Abril			14.268			2.031						
	Maio			14.053			1.955						
	Junho			12.885			1.796						
	Julho			10.712			1.641						
	Agosto			13.409			1.920						
	Setembro			13.263			2.042						
	Outubro			13.509			1.986						
	Novembro			12.759			1.980						
	Dezembro			12.981			1.771						
	Jan.-dez./2010	97.332	63.292	160.624	14.384	8.670	23.054	1.406.030	1.072.892	2.478.922	287.062	131.254	418.316

Fontes: MPS e AEPS/Infolog.

Notas: [1] Tem direito à aposentadoria por invalidez previdenciária o segurado considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

[2] Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

TABELA XII.5
Número de benefícios de aposentadoria por invalidez acidentária por clientela e por sexo

Período		Concedidos						Ativos					
		Urbana			Rural			Urbana			Rural		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001		4.661	2.079	6.740	373	60	433						
2002		6.568	2.530	9.098	515	74	589	86.834	21.713	108.547	3.672	511	4.183
2003		5.760	2.259	8.019	421	64	485	90.435	23.819	114.254	4.051	570	4.621
2004		6.441	2.306	8.747	266	56	322	94.628	26.014	120.642	4.387	636	5.023
2005		6.944	2.355	9.299	289	70	359	99.487	28.271	127.758	4.830	717	5.547
2006		4.398	1.332	5.730	110	14	124	101.964	29.556	131.520	5.001	733	5.734
2007		3.422	926	4.348	121	26	147	103.005	30.330	133.335	5.181	772	5.953
2008		5.959	1.510	7.469	269	101	370	106.291	32.216	138.507	7.985	1.256	9.241
2009		6.682	1.645	8.327	459	154	613	110.248	33.570	143.818	8.293	1.382	9.675
2010	Janeiro			802			51						
	Fevereiro			681			44						
	Março			982			127						
	Abril			790			67						
	Maio			782			59						
	Junho			707			59						
	Julho			609			69						
	Agosto			760			58						
	Setembro			840			53						
	Outubro			896			73						
	Novembro			812			66						
	Dezembro			795			79						
	Jan.-dez./2010	7.389	2.067	9.456	557	248	805	114.775	35.286	150.061	8.661	1.599	10.260

Fontes: MPS e AEPS/Infolog.

Notas: [1] Na aposentadoria por invalidez acidentária, a incapacidade é consequência de acidente de trabalho.

[2] Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **Ipea** 2012

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Cristina Celia Alcantara Possidente
Eliezer Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Fabiana da Silva Matos
Lucia Duarte Moreira
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Maria Hosana Carneiro Cunha

Livraria
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11,5/14,5 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em AP 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro - RJ

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ISSN-1676-0883

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SAE SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministério do Trabalho e Emprego